



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NA
PARAÍBA: PROGRESSO, TRABALHO E DEPENDÊNCIA (1935-1960)**

José Batista de Lira Neto

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB

MAIO – 2019

**A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NA
PARAÍBA: PROGRESSO, TRABALHO E DEPENDÊNCIA (1935-1960)**

José Batista de Lira Neto

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L768p Lira Neto, José Batista de.

A política de modernização da produção algodoeira na
Paraíba: progresso, trabalho e dependência (1935-1960)
/ José Batista de Lira Neto. - João Pessoa, 2019.
174 f. : il.

Orientação: Tiago Bernardon de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Algodão. 2. Modernização. 3. Trabalho. I. Oliveira,
Tiago Bernardon de. II. Título.

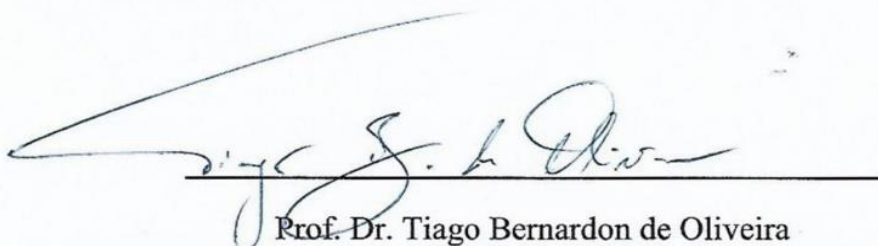
UFPB/CCHLA

**A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NA
PARAÍBA: PROGRESSO, TRABALHO E DEPENDÊNCIA (1935-1960)**

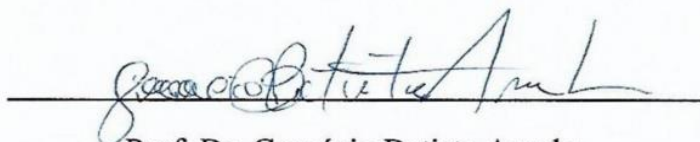
José Batista de Lira Neto

Dissertação de Mestrado avaliada em 29/5/2019 com conceito APROVADA

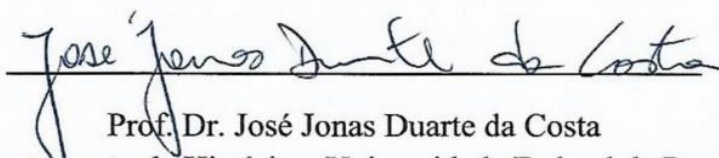
BANCA EXAMINADORA



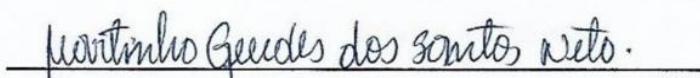
Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador



Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo



Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa
Departamento de História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Externo



Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

DEDICATÓRIA

Ao meu avô, José Batista de Lira (In memoriam), que me inspirou a pesquisar sobre o algodão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares que sempre me apoiam nessa minha caminhada da carreira de professor e respeitaram os momentos em que eu tive de me ausentar para me dedicar à dissertação. Agradeço por me ajudarem no meu futuro.

Ao meu avô José Batista de Lira (*In memoriam*), pois sem ele talvez eu nunca tivesse me inspirado a realizar essa pesquisa. Queria muito tê-la feita ao seu lado, mas sei que, de onde ele estiver, ele me ajudou a escrevê-la. Agradeço a Deus, pois mesmo passando por inúmeros momentos de preocupação, sempre O tive como alicerce para me ajudar. À minha avó Julia e ao meu avô Antonio, que me fizeram entender o mundo do campo e se identificar com a vida dos agricultores. Ao meu tio Jonas e à minha tia Nilene, que nos primeiros meses do mestrado me receberam em sua casa e dispuseram de grande atenção para com a minha pessoa, enquanto eu me estabelecia e me acostumava com a rotina de João Pessoa. À minha noiva e futura esposa, Brenda Souza, pois sem ela eu não teria ânimo nem para fazer a seleção do mestrado. Graças ao seu apoio e carinho de sempre, prestei a seleção e consegui o ingresso no mesmo. E não só isso, por sempre acreditar no meu potencial e por me apoiar nessa caminhada do mestrado, nos vários momentos de angústia e desmotivação. Agradeço a mesma por me fortalecer nos momentos de dificuldades.

Aos meus amigos que também me animavam nessa jornada de virar mestre, sempre me incentivando quando falava que estava perto de terminar meu texto e felizes por eu ter chegado nessa etapa da carreira, agradeço por todo o apoio. Aos meus colegas de turma do mestrado que acreditaram em um potencial que às vezes eu nem sabia que tinha, obrigado por me fazerem acreditar na minha real capacidade. Agradecimento especial aos meus colegas Emanuel, Fabiana, Diognys, Taynnã, Lidineide e Ademir, no qual nutri um sentimento de apreço e amizade durante os desafios do início ao fim do mestrado.

Ao meu orientador Tiago Bernardon de Oliveira, agradeço por toda paciência e compreensão quando lia meus textos. Obrigado por contribuir tanto com a minha pesquisa e sempre acreditar no potencial da mesma. E posso dizer que fico muito feliz por ter sido seu orientando, pois passei a admirá-lo tanto como professor quanto como pessoa. Espero que nos encontremos mais vezes lutando lado a lado nos caminhos da

História. Também agradeço a professora Ana Beatriz Ribeiro, que desde o início da minha pesquisa no mestrado deu encaminhamentos que muito ajudaram minha pesquisa. Obrigado por acreditar na minha pesquisa e a ver evoluir tanto graças a sua ajuda. Ao professor Martinho Guedes, que desde o Estágio Docência do Mestrado me ajudou com minha pesquisa, acreditando no potencial da mesma. Por toda a ajuda com suas sugestões pontuais e nos momentos de dúvida, meu muito obrigado. Ao professor José Jonas Duarte da Costa, que tanto me emocionou com seu vínculo afetivo com o algodão e com o trabalhador do campo, os meus sinceros agradecimentos. Ao professor Gervácio Batista Aranha, que durante a minha graduação, enquanto eu tentava fazer a pesquisa sobre o algodão em Ingá-PB, em homenagem ao meu avô que tinha falecido, mesmo eu sendo de outra instituição e sem me conhecer, me indicou leituras de dissertações que me ajudaram a me reanimar para realização da minha pesquisa. Hoje o mesmo fez parte da minha banca, mas muito antes ele já me ajudava, então, meu muito obrigado por tudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) pela oportunidade que me deram para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa. Juntamente agradeço ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES sob a forma de bolsa de estudos. Também agradeço aos responsáveis pelos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida, do Arquivo Histórico da Fundação Espaço Cultural - FUNESC e da Hemeroteca Digital Brasileira, localizada no site da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. O acesso a seus acervos foi de grande ajuda para a minha pesquisa. Meu muito obrigado.

RESUMO

A Paraíba, por vários períodos da sua história, teve no algodão o grande produto da sua economia, o que fez com que o referido estado também sofresse influências das estratégias econômicas de empresas originárias de países centrais na dinâmica da economia capitalista mundial. No governo de Argemiro de Figueirêdo (1935-1940) seria implementada uma forte política agrícola que enfatizaria a modernização do cultivo de algodão e de suas usinas de beneficiamento. Nesse período houve um forte incentivo à entrada de empresas estrangeiras algodoeiras (ACCO e SANBRA), o que trouxe impactos nas relações sociais de produção na Paraíba. Para implementar tais medidas, forjou-se todo um discurso difundido pelos órgãos de opinião pública que visavam demonstrar a efetividade da política agrícola movida pelo Estado. O município de Ingá passou a ser tomado como um grande modelo de sucesso dessa política, que prometia o progresso econômico e social a todos os paraibanos através da modernização da produção algodoeira. Para avaliar os resultados desse “progresso”, outros políticos, como Ruy Carneiro (1940-1945), entraram em cena, julgando e apontando a situação em que se encontrava a Paraíba. E em meio a todo esse processo estavam os *trusts* estrangeiros, os pequenos e grandes agricultores, os proprietários de terras, os comerciantes de algodão e os trabalhadores das usinas, cujos interesses por vezes rivalizavam entre si, apesar dos discursos que sublinhavam os benefícios comuns a todos os paraibanos. Cabe, então, analisarmos quais impasses esse processo trouxe para as diversas classes sociais durante e no pós-política agrícola de modernização da produção algodoeira na Paraíba.

Palavras-chave: Algodão; Modernização; Trabalho.

ABSTRACT

Paraíba, for several periods of its history, had in cotton the great product of its economy, which made that the state also underwent influences of the economic strategies of companies originating from countries central in the dynamics of the capitalist economy world-wide. In the government of Argemiro de Figueirêdo (1935-1940) a strong agricultural policy would be implemented that would emphasize the modernization of cotton cultivation and its processing plants. During this period, there was a strong incentive to the entry of foreign companies cotton (ACCO and SANBRA), which had an impact on the social relations of production in Paraíba. In order to implement such measures, a whole discourse was formulated by the public opinion bodies that sought to demonstrate the effectiveness of the state's agricultural policy. The municipality of Ingá came to be regarded as a great success model of this policy, which promised economic and social progress to all the paraibanos through the modernization of cotton production. In order to evaluate the results of this "progress", other politicians, such as Ruy Carneiro (1940-1945), came on the scene, judging and pointing out the situation in which Paraíba was. And in the midst of this process were the foreign trusts, the small and large farmers, the landowners, the cotton merchants, and the factory workers, whose interests sometimes rivaled each other, in spite of the speeches that underlined the common benefits to all the paraibanos. It is then necessary to analyze what impasses this process has brought to the various social classes during and post-politics agricultural of modernization of cotton production in Paraíba.

Key-words: Cotton; Modernization; Labor.

Lista de Abreviaturas

ACCO - Anderson Clayton & Cia

DEE - Departamento Estadual de Estatística

DEP - Departamento de Estatística e Publicidade

DEPPB - Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DVOPPB - Diretoria de Viação e Obras Públicas do Estado da Paraíba

EUA - Estados Unidos da América

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool

ISPT - Inspetoria do Serviço de Plantas Têxteis

NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

PP - Partido Progressista da Paraíba

PRL - Partido Republicano Libertador da Paraíba

SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

Lista de Figuras

Figura 1: Argemiro de Figueirêdo.....	32
Figura 2: Caixa Central de Crédito Agrícola da Paraíba.....	39
Figura 3: Will L. Clayton.....	49
Figura 4: Aspectos das instalações da Anderson Clayton em Ingá.....	53
Figura 5: Aspecto externo da moderna usina de beneficiamento instalada em Ingá em 1936 e aspecto interno da usina inaugurada em Caiçara em 1935.....	54
Figura 6: Campo de Cooperação “Cameliães” em Ingá, trabalho do S.de P. Têxteis.....	54
Figura 7: Cultivo e adubação de algodoads em Ingá.....	55
Figura 8: Cultivo de um campo de demonstração de algodão Texas em Sapé, trabalhado pela Diretoria de Fomento.....	66
Figura 9: Um campo de demonstração de algodão Express em Alagoa Grande, trabalhado pela Diretoria de Fomento.....	66
Figura 10: Trabalho de genética do algodão (autofecundação) em campo de experimental em Pilar.....	66
Figura 11: Algodoad herbáceo 105 em campo experimental em Pilar, trabalhado pela Diretoria de Fomento.....	67
Figura 12: Agrônomo ensinando lavoura racional em Piancó.....	69
Figura 13: Arando em campo de algodão fibra longa em Patos.....	69
Figura 14: Campo de Cooperação “Violêta” em Guarabira do S. de P. Texteis, onde estava acontecendo à pulverização de arseniato de chumbo para eliminar um surto de curuquerê.....	70
Figura 15: Posto de Expurgo de Sementes de Barreiras, concluído pelo governo de Argemiro em Santa Rita.....	72
Figura 16: Algodão expurgado e examinado no Posto de Expurgo de Barreiras em Santa Rita.....	72
Figura 17: Escola de Agronomia do Nordeste em Areia.....	73
Figura 18: Lavoura irrigada e trabalhada de acordo com a técnica da Diretoria de Fomento em Catolé do Rocha.....	79
Figura 19: Studio da P. R. I-4 da Rádio Tabajára da Paraíba.....	85
Figura 20: Usina de Algodão da firma Anderson Clayton & Cia. Ltda. em Patos.....	96
Figura 21: Usina de beneficiamento e prensagem de algodão em João Pessoa.....	97

Figura 22: Construída estrada Ingá- Serra Redonda.....	105
Figura 23: Alargamento e revestimento estrada Itabaiana-Ingá.....	105
Figura 24: Alargamento estrada Ingá-Campina Grande.....	106
Figura 25: Mata-burros construído na estrada Ingá-Campina Grande em 1936.....	106
Figura 26: Caminhão com abacaxis que seriam exportados para a Suécia.....	107
Figura 27: Ruy Carneiro.....	113
Figura 28: Colheita de algodão Herbáceo 105 no campo de cooperação “S. Maria” sob o trabalho do S. de P. Têxteis em Itabaiana.....	127
Figura 29: Interior de uma usina de beneficiamento de algodão na área de prensagem em João Pessoa.....	144
Figura 30: Interior de uma usina de beneficiamento de algodão em João Pessoa.....	145

Lista de Quadros

Quadro 1: Número das máquinas agrícolas.....	40
Quadro 2: Máquinas agrícolas.....	41
Quadro 3: Os principais exportadores de algodão da Paraíba de julho de 1937 a junho de 1938.....	50
Quadro 4: Lavoura mecânica e lavoura rotineira.....	55
Quadro 5: Campos experimentais de algodão - ano de 1935.....	63
Quadro 6: Número de campos de demonstração.....	65
Quadro 7: Número de técnicos da Diretoria de Produção.....	68
Quadro 8: Sementes de algodão distribuídas.....	99
Quadro 9: Paraíba - exportação de algodão para o mercado internacional - 1937.....	108
Quadro 10: Instituições de crédito na Paraíba - 1935.....	134
Quadro 11: Produção agrícola do município de Ingá em 1956.....	148

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1: “PLANTE E PROSPERE, AGRICULTOR PARAIBANO!”: O PROGRESSO POR MEIO DO ALGODÃO	23
1.1 O lugar do algodão paraibano na economia-mundo	23
1.2 Um político que luta pela agricultura	30
1.2.1 Uma política agrícola que priorizava o algodão.....	38
1.3 A Anderson Clayton e a SANBRA: as donas do algodão paraibano	43
1.4 Ingá: o município exemplo do programa algodoeiro da Paraíba	52
1.5 Técnicos e ensino agrícola: Argemiro e os profissionais da agricultura	61
CAPÍTULO 2: “A PARAÍBA SOB UM REGIME DE TRABALHO E DE PROGRESSO”: PROSPERIDADE REAL OU RETÓRICA?	89
2.1 A hegemonia do grupo algodoeiro e o progresso pregado pelo Estado.....	89
2.1.1 Outros feitos da política agrícola de Argemiro para com o algodão.....	105
2.2 Ruy Carneiro, e a contranarrativa sobre o “progresso” no governo de Argemiro de Figueirêdo	111
CAPÍTULO 3: O TRABALHADOR E O LEGADO DA MODERNIZAÇÃO ALGODOEIRA: “O TRUSTE ESTRANGEIRO QUE NOS ESCRAVIZA”	124
3.1 A condição social e econômica do trabalhador do campo algodoeiro.....	124
3.2 A situação do proletariado algodoeiro	139
3.3 O legado da modernização algodoeira	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	163

INTRODUÇÃO

O algodão já teve muita importância na história paraibana e também na brasileira, quando figurou entre os principais produtos da economia do país. Muitos pesquisadores paraibanos se debruçaram sobre a história desse produto discutindo temas que visavam os grupos sociais, políticos e econômicos que giravam em torno dessa cultura, assim como das cidades que cresceram por conta de sua comercialização, além de vários outros temas correlacionados. O algodão já foi de protagonista a contextualizador, mas nunca perde seu posto de elemento importante para a compreensão da história da Paraíba. E mais uma vez vim recorrer a ele para contar mais um aspecto da história deste estado. Em minha análise, não dialogarei apenas sobre o algodão, mas ele será novamente o elemento que servirá de elo para todas as minhas discussões relacionadas à política e a sociedade da Paraíba da década de 1930 e, em especial, citarei o exemplo do município de Ingá, já que o mesmo teve grande destaque durante esse período de incremento da produção algodoeira no estado. Nesse período, políticos como Argemiro de Figueirêdo acreditavam no poder que o algodão detinha para a promoção do “progresso” na Paraíba e no Brasil. Portanto, nesta dissertação, tratarei dos esforços governamentais pela modernização agrícola do estado, com fortes incentivos à produção algodoeira, dos interesses dos fazendeiros, dos trabalhadores do campo e dos trabalhadores das usinas, os que dispunham de braços fortes para cultivar o algodão e de mentes para sonharem com a mudança de vida que o algodão iria trazer.

Ao adentrar na política de Argemiro de Figueirêdo (1935-1940), que tratava o algodão como protagonista do dinamismo econômico do estado, verifica-se, porém, que sua Plataforma de Governo também contribuiu para a incrementação de outras culturas (SANTANA, 1999, p. 166). No entanto, “apesar dos percalços da luta por mercados para o montante de sua produção, o ALGODÃO continuou a liderar a nossa pauta de exportação e a ser prioridade do governo Argemiro de Figueiredo” (SANTANA, 1999, p. 193). A campanha de renovação agrícola através do cultivo de novas culturas não era uma campanha em confronto com o algodão, pois este produto ainda continuava a receber os maiores cuidados do Estado (DEPPB, 1938, p. I). Celso Mariz (1978, p. 131), intelectual da própria época, afirmava em 1939 que as principais culturas do estado paraibano eram o algodão e a cana de açúcar, com o algodão ocupando o primeiro lugar nos índices de produção em 1937, com 46,31% da produção geral do estado. Quando se falava sobre o serviço de classificação do algodão, o DEE (1940)

apontava que a principal lavoura do estado era “alvo dos melhores cuidados do governo”, enquanto afirmava que a “intensificação da policultura, adotada pelo Govêrno do Estado não prejudicou o amparo ao algodão, que é o lastro da economia paraibana”. Afinal, para o órgão responsável pela divulgação pública das políticas econômicas do governo, “embora a atual administração cuide da formação de novas riquezas agrícolas, o fomento da lavoura algodoeira é um dos pontos mais visados” (DEE, 1940, p. 77). Estas afirmações são importantes, já que através da política de incentivo a novas culturas pode-se chegar a avaliar que o governo não estava apenas centrado no algodão, embora lhe concedesse centralidade na economia estadual, em convergência com os interesses da oligarquia vinculada à sua produção.

Além disso, uma questão que me surpreendeu acerca da historiografia paraibana sobre o algodão foi descobrir que não existem muitos trabalhos que tomam o algodão como protagonista, mesmo a época do algodão na Paraíba sendo tão citada informalmente no meio acadêmico e na sociedade paraibana. Muitos o citam, mas poucos o focaram como objeto de estudo. Por isso elenquei quatro grandes trabalhos acadêmicos sobre o algodão paraibano que contribuíram decisivamente para a minha pesquisa e que ganham destaque na historiografia paraibana, citados aqui por ordem da publicação.

Primeiro, o de Silvano Alberto de Vasconcellos (1980), intitulado *A ascensão e a queda da economia algodoeira de Campina Grande (1907 - 1940) - Um estudo de caso*. Nele o autor faz uma análise da trajetória sobre a economia algodoeira mundial, principalmente no que concerne à atuação inglesa para com a Revolução Industrial, fazendo toda essa trajetória até chegar ao momento da relação do algodão com a Paraíba, estendendo a discussão do algodão paraibano até a década de 1930, quando a produção algodoeira passou a ter relevância em São Paulo. Contudo, seu principal território de estudo foi Campina Grande, município paraibano que, segundo o autor, ganhou o título de “Liverpool brasileira”, por ser o mercado algodoeiro mais intenso do país. Seu estudo sobre o referido município teve como recorte temporal o período de 1907-1940, conseguindo abordar várias temáticas, desde o percurso ferroviário de Campina Grande com a capital de Pernambuco, Recife, o que fez de Campina Grande um entreposto comercial algodoeiro nordestino até o momento em que o referido município ganhou destaque atraindo investimentos para o setor algodoeiro, importante economia do Nordeste, começando a surgir usinas, armazéns de beneficiamento,

prensas, além de fábricas têxteis na referida localidade. Entretanto, além de focar nas empresas nacionais, Silvano Vasconcellos também dedica atenção à entrada de empresas estrangeiras no mercado campinense na década de 1930, o que, juntamente com as discrepâncias entre o Nordeste e o Centro-Sul, levaria à crise do setor algodoeiro campinense, finalizando sua discussão com a situação de desmonte do setor têxtil campinense.

O segundo trabalho é o de Josefa Gomes de Almeida e Silva (1985), denominado *Latifúndio e Algodão em Campina Grande: modernização e miséria*. Nele a autora também tem por recorte espacial o município de Campina Grande, mas agora focando principalmente nos agentes da economia algodoeira, primeiramente falando da origem do latifúndio campinense e suas relações com o algodão, além da expansão urbana da cidade e as resistências das camadas populares nesse contexto. Além disso, a mesma entra na discussão das propostas políticas para a economia algodoeira, principalmente no período do entre-guerras, fazendo toda uma discussão sobre a modernização no setor do produto, demonstrando que a modernização implantada não alterava a estrutura socioeconômica e as relações de produção. Por fim, a autora também foca em Campina Grande como entreposto comercial algodoeiro, colocando os coronéis como ativos articuladores das atividades comerciais algodoeiras, além de impulsionadores no beneficiamento e nas dinâmicas de escoamento do algodão. Ademais, Josefa Silva também foca na presença das empresas estrangeiras e sua articulação com as empresas locais. E ainda aponta que aos trabalhadores que não estavam inclusos nesse processo de modernização restava uma “vida de miséria”.

O terceiro trabalho acadêmico que destaco aqui é o de Gervácio Batista Aranha (1991), intitulado *Campina Grande no Espaço Econômico Regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)*. Nessa obra mais uma vez se toma por foco Campina Grande, mas o referido autor agora aborda a relação da economia algodoeira com a estrada de ferro inglesa da empresa Great Western of Brazil Railway, relação que levaria essa cidade a se tornar um empório comercial algodoeiro. O autor faz todo um debate para situar o Brasil em meio à divisão internacional do trabalho, demonstrando a influência inglesa, principalmente no que concerne à implantação das ferroviárias brasileiras, com objetivo de facilitar a exportação de determinados produtos. Após isso, Gervácio Aranha trata de analisar a participação da Paraíba nesse processo de incremento de ferrovias, citando Campina Grande em meio a

esse processo de implantação até chegar à relação estrada de ferro e expansão da economia algodoeira campinense, demonstrando sua ascensão à condição de empório comercial algodoeiro. Não cessando sua discussão, o autor ainda discute sobre a evolução urbana da cidade em meio a esse período. No mais, o autor finaliza sua explanação fazendo uma relação entre a ferrovia, os caminhões e as tropas de burros, significativo meio de transporte da história campinense. Vale salientar que o autor também faz uma pertinente explanação sobre as relações de trabalho na economia algodoeira e também cita a presença das empresas estrangeiras em meio a todo esse processo.

Já o quarto trabalho é o livro coletivo de Rossana de Souza Sorrentino (coord.), Maria Helena Pereira Cavalcanti, Regina Célia Gonçalves e Vilma de Lurdes Barbosa de Souza (1993) denominado *Uma História do Ingá*, produzido junto ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Por mais que esse livro centre no município de Ingá, ele é um rico relato sobre o contexto histórico do algodão paraibano em geral, pois nos trechos que as autoras trabalham a história do algodão no município terminam por contextualizar, de forma geral, a situação da economia algodoeira em toda a Paraíba. Perpassando a história do algodão paraibano desde o período colonial até a década de 1980, quando é acometido pela praga do bicudo, a referida obra consegue abordar os aspectos sociais, políticos e econômicos que giravam em torno do algodão. Como salientado, por mais que o livro foque na história do município referente ao período trabalhado nesta dissertação, a abordagem consegue analisar brevemente a política agrícola de Argemiro de Figueirêdo, a chegada das empresas estrangeiras, a relação das empresas com os fazendeiros e os pequenos agricultores, até a saída da ACCO do município. De forma significativa, o referido livro consegue abordar o contexto da economia algodoeira da época por mim analisada, além de contribuir para as discussões sobre o município que destaco como exemplo do programa algodoeiro na Paraíba, o município de Ingá.

Esses quatro trabalhos constituem uma contribuição significativa para o estudo da história do algodão paraibano e brasileiro, cada um abordando o referido objeto de forma diferenciada, mas tendo em comum a história de municípios paraibanos como foco. Todos falam de questões da economia algodoeira paraibana em geral, focando em grandes medidas outros municípios, a modernização que atingia toda a Paraíba e as relações de trabalho que eram comuns em várias localidades. O que entra, então, como

destaque na pesquisa que realizei é a análise das políticas do estado para com a economia algodoeira a partir da década de 1930, buscando agora entender como as políticas agrícolas eram levadas para a população, muitas vezes colocando, nos discursos oficiais, o algodão como elemento para o progresso a todos os habitantes da Paraíba. Objetiva-se, portanto, ver como se processou a construção da hegemonia algodoeira na Paraíba em meio às medidas de modernização de sua produção entre os anos 1935 (com a posse de Argemiro de Figueirêdo no governo estadual) e 1960 (quando na década de 1950 podemos observar as consequências dessa modernização). E ao buscar isso, ainda que conceda maior foco a Ingá, termino por citar vários municípios em meio a esse processo de implantação da política agrícola de modernização do cultivo do algodão. No que concerne à modernização no setor algodoeiro, avalio que contribuí com o estudo da efetivação da entrada das empresas estrangeiras, sua atuação para com os trabalhadores, fato que é abordado nas obras acima citadas, mas agora também discutindo o legado dessa modernização na década de 1950, sem deixar de salientar mais uma vez a situação dos trabalhadores algodoeiros em meio a todo esse novo processo. Entendo, portanto, que o meu trabalho ajuda a conferir um novo ânimo para a historiografia acerca da produção algodoeira paraibana, podendo vir a incentivar o surgimento de novos trabalhos sobre essa temática com foco especial em outros municípios, já que faço prelúdios das atuações algodoeiras em várias localidades, esperando que futuros pesquisadores possam trilhar seus caminhos.

Em relação às fontes, para discutir a minha temática utilizei periódicos (jornais e revistas), documentos oficiais (anúários, relatórios, sinopses, álbuns, obras de publicidade do Estado), relatos orais, fotografias e inventários *post mortem*. Além de fazer uma revisão bibliográfica sobre o período estudado, usando até de algumas obras de intelectuais da própria época, como Celso Mariz e Argemiro de Figueirêdo, governador da Paraíba entre 1935 e 1940, cujas políticas foram fundamentais para os processos aqui analisados. Posso ressaltar os periódicos como as fontes mais requisitadas nesta pesquisa. Entre eles, destacam-se o jornal *A União*¹, o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal Pequeno* e a revista *O Cruzeiro*.² Os mesmos me auxiliaram, por

¹ A escolha do jornal *A União* se deu pelo fato não só de sua ampla circulação, mas também pelo mesmo ser o jornal do governo do estado da Paraíba. Portanto este jornal tornou-se imprescindível para compreender o ponto de vista que o governo gostaria de ver difundido junto à população da Paraíba, como forma de construção da hegemonia, como veremos neste trabalho.

² Outro periódico que poderia ser de grande ajuda para esta pesquisa seria o *A Voz da Borborema* que tinha forte relação com a família Figueirêdo. Contudo, devido ao volume de fontes que já havia

meio da discussão teórico-metodológica de Tania Regina de Luca (2005), a identificar e a refletir sobre: as “filiações político-partidárias da imprensa local e suas relações com a elite” (a imprensa e a elite algodoeira paraibana vinculada à política agrícola do Estado), “as funções sociais desses impressos” (o discurso sobre o progresso que adviria por meio da política agrícola de modernização da produção do algodão e que permitiria aos trabalhadores paraibanos conseguirem uma ascensão social), “o público a que se destinava” (os agricultores do estado), “os objetivos propostos” (a difusão da política agrícola paraibana), “o grupo responsável pela publicação” (o Estado paraibano e simpatizantes do regime vigente³), “aquilo que se elegeu digno de chegar até o público” (a escolha dos temas agrícolas que deveriam chegar ao público), as “motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (a publicidade para aceitação e divulgação da política agrícola ou apoio/denúncia para com a ação dos *trusts*), “a ênfase em certos temas associados ao público que o jornal ou revista visa atingir” (a ênfase em temas agrícolas e sobre o algodão para atingirem as classes vinculadas ao algodão paraibano), “o grupo responsável pelo editorial” (o Estado paraibano, no caso do jornal *A União*) e “as ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros” (as ligações com os interesses favoráveis à economia algodoeira e à entrada/permanência das empresas estrangeiras). Esses diversos pontos que a autora levanta me auxiliaram na construção do meu texto e demonstram como os impressos são fontes pertinentes para analisarem determinados períodos históricos. Cabe ao historiador, então, dedicar-se à “análise do discurso” desses impressos. Como demonstra Tania de Luca (2005, p. 140), “jornais e revistas não são [...] obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir através da palavra escrita”. E ainda sobre os periódicos, vale salientar que fiz uma preferência metodológica de transcrever minhas fontes de acordo com a grafia original, sem efetuar correções ou atualizações. Por falar em grafia, cabe salientar que utilizo o termo “estado”, com “e” minúsculo para me referir à unidade administrativa da federação brasileira (no caso, a

pesquisado e o limitado período da pesquisa para a conclusão do mestrado, optei por deixá-lo para futuras pesquisas.

³ A autora até faz um comentário sobre a relação dos impressos e do regime que perpassa por este trabalho: “O papel desempenhado por jornais em regimes autoritários, como o Estado Novo [...], seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos” (LUCA, 2005, p. 129). Neste trabalho destaco em alguns momentos a atuação do Estado Novo e é perceptível como a imprensa e a publicidade era importante durante o período desse regime.

Paraíba), enquanto “Estado”, com “E” maiúsculo, à estrutura político-institucional de gerenciamento das políticas públicas.

Outra fonte significativa para a minha temática são as fotografias. Algumas fotografias que constam nesta dissertação ficaram restritas apenas como ilustração para facilitar o interesse de outros pesquisadores, mas outras tantas foram tratadas como fontes para a análise aqui desenvolvida. Neste trabalho, o que devemos atentar sobre as fotografias está articulado às afirmações de Boris Kossoy (2001), que me ajudaram a perceber que em certos casos existem intenções de terceiros por trás das fotos e que toda fotografia é produzida com certa finalidade, assim como aquelas escolhidas para serem publicadas. Toda fotografia tem uma intencionalidade e no caso paraibano do período deste trabalho podemos identificar que as fotografias eram usadas pelos órgãos de propaganda do governo para tentar atestar o quanto o programa político agrícola era efetivo, para demonstrar quais resultados as pessoas iriam conseguir se seguissem o que estava sendo exposto pelas mesmas. As fotografias serviam para cativar o povo e os governantes acerca do que estava sendo implantado pelo Estado paraibano. Carregadas de “bons resultados”, o que era divulgado ao grande público tinha por intenção convencer a população e construir consensos em torno da implementação dessas políticas.

Por mais que a fotografia seja testemunha de algo, atestando a existência do que a mesma demonstra (DUBOIS, 1993, p. 73), devemos nos atentar a outra afirmação de Philippe Dubois (1993, p. 179): “o que uma fotografia não mostra é tão importante quanto o que ela revela”. As fotografias nesse período eram ferramentas de publicidade do Estado paraibano, as mesmas pretendiam demonstrar o progresso agrícola do estado em curso, mas não mostravam as práticas consideradas antiquadas que ainda persistiam no campo, as desigualdades sociais a que eram submetidos os agricultores que não possuíam capital para acompanharem a política agrícola do Estado e nem se achavam nas fotos as consequências negativas daquela modernização algodoeira. O verdadeiro trabalhador do campo que trabalhava para erguer a economia algodoeira do estado, passando por situações desfavoráveis nesse período, esse não tinha muito espaço nas fotos desta pesquisa, pois o mais importante era divulgar o “progresso” e as técnicas modernas “neutras”.

As explicações expostas servem para ponderarmos sobre as questões que pretendo desenvolver na dissertação. No capítulo 1 buscarei demonstrar o papel do algodão da Paraíba no processo da economia-mundo; averiguarei a proximidade de Argemiro de Figueirêdo com o setor vinculado à produção do algodão e o Estado Novo; expor o objetivo do Estado paraibano com a implantação de uma política para a agricultura que delegava muitas vezes à economia algodoeira o papel de destaque através da modernização; indagarei sobre o que levou algumas empresas algodoeiras estrangeiras a virem à Paraíba; demonstrarei porque Ingá era considerado um município exemplo do programa algodoeiro; e investigarei o discurso hegemônico que fazia com que grande parte da Paraíba se dedicasse à economia algodoeira, através dos meios de comunicação e dos profissionais da agricultura.

Já no capítulo 2, analisarei o processo de construção da hegemonia algodoeira no Estado paraibano e sua efetivação; discutirei a política agrícola de Argemiro de Figueirêdo por meio das avaliações críticas efetuadas durante o governo de seu sucessor Ruy Carneiro.

E, por último, no capítulo 3, identificarei como era a relação dos proprietários de terra e dos trabalhadores do campo na sociedade algodoeira paraibana, como o poder local dos senhores do algodão era exercido e a quem eram destinados os projetos agrícolas e de modernização; irei buscar os resquícios do que foi propagado no período do governo Argemiro e no que resultou nos anos seguintes; demonstrarei as vivências dos trabalhadores das empresas algodoeiras e qual era o local destinado a eles nesse processo de desenvolvimento e modernização através do algodão; e, por fim, evidenciarei as intenções das empresas algodoeiras estrangeiras para com a Paraíba.

Enfim, convido-vos agora a adentrar na época em que, por meio do algodão, traçava-se o caminho do progresso da Paraíba. Uma época em que os fazendeiros, comerciantes, pequenos agricultores e trabalhadores do setor algodoeiro iriam viver, por meio das políticas agrícolas, uma grande mudança em suas vidas; uma época em que a influência externa de países e empresas estrangeiras seria tão presente no território paraibano que suas atuações poderiam ser observadas dos grandes aos pequenos municípios do estado; uma época em que o “ouro branco” novamente ganharia destaque na economia e na história paraibana. Cabe agora, caro leitor, observarmos como isso se sucedeu.

CAPÍTULO 1: “PLANTE E PROSPERE, AGRICULTOR PARAIBANO!”: O PROGRESSO POR MEIO DO ALGODÃO

A trajetória da produção do algodão paraibano, inserido no processo da economia mundial, possui configurações diferenciadas a cada período histórico. Desde o começo de seu cultivo na região, sua produção foi se modificando e ganhando novos influenciadores em caráter global. Em caráter local, na Paraíba, em meados da década de 1930, um grande articulador das atividades algodoeiras foi o governador Argemiro de Figueirêdo, que implantou um programa para a agricultura que atribuía à produção do algodão um papel central na economia regional. Abrindo caminho para empresas algodoeiras estrangeiras, ele estimulou a modernização desse setor na Paraíba. Para buscar a aceitação dos paraibanos para com o seu projeto, valeu-se dos meios de comunicação e de profissionais da agricultura. Municípios como Ingá, localizado na mesorregião do Agreste Paraibano, seguiriam seu programa e seriam grandes exemplos do progresso proporcionado pelo cultivo modernizado do algodão. A Paraíba, então, seria nesse período uma terra em que o agricultor só precisaria “plantar para prosperar”⁴.

1.1 O lugar do algodão paraibano na economia-mundo

A economia algodoeira teve na Paraíba grande destaque na primeira metade do século XX. Neste período, no país, muitas vezes esta cultura era apenas suplantada pela cultura cafeeira, a qual as instâncias governamentais brasileiras conferiam maior prioridade. O algodão por muito tempo foi o “ouro branco” da Paraíba, e esse “ouro” atingiu muitos municípios deste estado. Mas para que isso acontecesse, houve apoio e incentivo governamental para essa cultura, atribuindo-lhe um caráter modernizador da economia regional, em comum acordo com empresas estrangeiras que se beneficiariam com a exportação desse produto. A princípio, devemos perceber como se operou esse processo de interesses de outras nações pelo algodão brasileiro e como isso impactou a economia e a sociedade paraibana.

O algodão é uma planta nativa do Brasil e já era manipulado pelos indígenas antes da conquista europeia. No período colonial, até o século XVIII, ele era utilizado para autoconsumo, normalmente para produção de tecidos e utensílios domésticos. Mas

⁴ Jornal *A União* de 26 de março de 1940, p. 6.

com a evolução da indústria inglesa, já na segunda metade daquele século, o algodão brasileiro atraiu a atenção do mercado internacional (FERNANDES, 1999, p. 31). Podemos perceber, então, que o algodão começa no Brasil suas atividades como um produto não capitalista, usado apenas para autoconsumo, com pequenas cadeias mercantis locais, passando a ser destinado, a partir da Revolução Industrial para fins de mercado⁵.

Contundo, sobre as cadeias mercantis locais é importante ressaltar que durante a colonização portuguesa, no decorrer do primeiro século da colonização, apenas poucos fardos foram enviados para Portugal (COSTA; BUENO, 2004, p. 16). Algumas espécies de algodoeiros do Oriente foram introduzidas na Bahia por alguns colonos portugueses e posteriormente levadas ao Sul do país pelos jesuítas. Para fins de comércio, as plantações de tal produto remontam ao primeiro período de decadência da economia açucareira, entre os séculos XVI e XVII (GONÇALVES; RAMOS, 2008, p. 25). Em 1750, sob a administração do Marquês de Pombal, iniciou-se um estímulo à produção algodoeira do Brasil (COSTA; BUENO, 2004, p. 16). No século XVIII o algodão brasileiro teve sua produção estimulada pela Coroa portuguesa para atendimento de demandas provocadas pela Revolução Industrial, que tinha na Inglaterra sua propulsora:

Foram criadas, em 1753 e 1758, duas companhias de comércio, para cooperar no transporte do algodão brasileiro. Em 1760, o Maranhão exportou para a Europa 130 sacas de algodão; em 1830, o volume aumentara drasticamente, para 69 mil sacas. Rapidamente, a cultura se expandiu por todo o Nordeste. Portugal passou a se alinhar entre os grandes fornecedores de matéria-prima para as fábricas inglesas. Além do mais, na década de 1770 começaram a deteriorar-se as relações entre a Inglaterra e suas colônias, o que levaria à declaração da independência e ao confronto armado, que começou em 1776 e só terminou oficialmente com o tratado de paz de 1783. O governo português tirou grande proveito do conflito, suprindo as fábricas inglesas com o algodão que os Estados Unidos pararam de fornecer. (COSTA; BUENO, 2004, p. 16).

A Inglaterra se tornaria, então, um grande mercado consumidor do algodão brasileiro. O interesse britânico pelo algodão nos remonta a Immanuel Wallerstein (2001). Este autor nos mostra que as cadeias mercantis transcendem as barreiras dos Estados, que há uma transnacionalidade dessas cadeias na economia-mundo capitalista, pela qual, devido à escassez de uma matéria-prima, há um deslocamento para regiões

⁵ SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. **Latifúndio e Algodão em Campina Grande: modernização e miséria.** Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 1985. p. 27.

em busca desse mesmo produto. Encontrada a região preferencial para a produção ou extração dessa matéria-prima, é estabelecida uma relação em que se estabelecerá um “centro” e a(s) “periferia(s)”. Toda orientação produtiva passa a ser designada a partir dos interesses e da capacidade de obtenção de lucros do “centro” advindos dos fluxos da produção/extração da(s) “periferias”. E o Brasil, como grande produtor/extrator de bens do setor primário-exportador de forma geral, e de forma específica em relação à cadeia produtiva vinculada à economia algodoeira mundial, ocuparia a posição de “periferia”, cujo “centro” seria ocupado, em um primeiro momento, pela Inglaterra, pioneira da Revolução Industrial, e, posteriormente, por outras nações, como veremos adiante.

No entanto, o algodão brasileiro, mesmo integrado à economia mundial, não tinha condições de competir com os concorrentes mais fortes como os norte-americanos devido à sua produção ser portadora de um nível técnico baixo. Mas em períodos de conjunturas mundiais particulares, surtia o seu *boom*, como quando da suspensão do algodão das Antilhas nas Guerras Napoleônicas, no início do século XIX, e no conflito norte-americano na Guerra de Secessão durante a década de 1860 (ARANHA, 1991, p. 114). Como vimos anteriormente, as cadeias mercantis se movimentavam pelas regiões quando havia uma necessidade de troca mercantil do produto procurado, conseqüentemente quando outras nações produtoras não estavam em condições propícias para fornecer o algodão, o Brasil “periferia” sempre surgiria como boa alternativa, resultando assim em épocas de *booms* na economia algodoeira nacional, gerando algum lucro para o país, porém sendo a maior parte do excedente do lucro sempre destinada ao “núcleo” Inglaterra durante esse período.

No entanto isso durou pouco. Em 1870, após a Guerra de Secessão, com o retorno dos EUA ao mercado internacional e devido à concorrência da produção egípcia, houve o fim do *boom* algodoeiro brasileiro desse período (SORRENTINO et al., 1993, p. 34). Com isso, as cadeias mercantis continuavam em busca das transações mais favoráveis, procurando sempre o melhor mercado, o que levava como foi dito, a uma contenção do mercado algodoeiro nacional em relação aos interesses internacionais. E a Inglaterra continuaria fazendo suas articulações pelo mercado mundial.

Nas últimas décadas do século XIX, a Inglaterra incentivou a modernização do Brasil, emprestando capital para a construção de portos, de ferrovias, de redes elétricas e

para a implantação de um parque fabril. Sendo mais específico em relação aos interesses ingleses, foi instituído um parque fabril têxtil, onde a Inglaterra emprestaria capital para que os brasileiros comprassem equipamentos, alguns já defasados, da própria Inglaterra. Devido a esse parque fabril, começou a existir uma necessidade de matéria-prima, o que levou à compra de algodão do Nordeste que vendia o algodão por preços mais acessíveis (SORRENTINO et al., 1993, p. 47). Com a indústria têxtil e a produção algodoeira, a Inglaterra acabou por incentivar certo movimento econômico no Nordeste, embora isso tenha custado dívida externa, máquinas defasadas e dependência comercial com a mesma. Esse movimento, mesmo com seus limites, resultou em ferrovias, portos, redes elétricas e fábricas têxteis que iriam surgir no Nordeste e conseqüentemente na Paraíba durante o final do século XIX ou início do século XX. Mas a poderosa Inglaterra iria perder seu posto de principal potência industrial no decorrer do século XX. E em seu lugar assumiriam os Estados Unidos da América.

Os EUA passariam a estreitar suas relações com o Brasil ainda no século XIX, quando o citado país se tornou a primeira grande potência a reconhecer a queda da Monarquia e o então governo republicano do Marechal Deodoro da Fonseca. Nessa mesma época era perceptível a simpatia dos novos dirigentes com a “americanização” do país, o que levaria a certo enfraquecimento do elo brasileiro com a Grã-Bretanha (ARRUDA, 2012, p. 123). Outro episódio que estreitou as relações do Brasil com os EUA no processo de substituição da hegemonia da Grã-Bretanha foi a Revolta da Esquadra (1893), na qual os EUA apoiaram o governo brasileiro contra os revoltosos. Pedro Fassoni Arruda (2012, p. 125) aponta que, ao final da citada revolta, “Diplomacia, transações comerciais e balas de canhão à espreita selariam um novo tipo de relação, que tendia a colocar o Brasil debaixo do imenso guarda-chuva do ‘irmão-americano’”. E a cada ano que passava, o “irmão-americano” ficava mais próximo do Brasil:

A “americanização” do país ganhou força na primeira década do século 20. Rio Branco fez diversas declarações em favor do pan-americanismo e, em 1906, o Brasil foi sede da conferência pan-americana, realizada no Rio de Janeiro. O ministro também nomeou Joaquim Nabuco para o cargo de embaixador brasileiro em Washington, sendo que ambos se esforçaram para modificar a política brasileira em dois sentidos. [...] Segundo, ele garantiu, junto com Nabuco, que o foco da diplomacia brasileira se deslocasse para Washington, posição antes ocupada por Londres. (ARRUDA, 2012, p. 127).

Outro episódio que iria expandir essa relação Brasil-Estados Unidos da América no início do século XX foi a Primeira Guerra Mundial. A mesma não só firmou a “tendência de declínio dos investimentos britânicos e crescente dominação das finanças estadunidenses, mas também a presença cada vez maior de representantes diplomáticos do governo brasileiro, cuja orientação era inteiramente pró-estadunidense” (ARRUDA, 2012, p. 131). Já a partir da Primeira Guerra Mundial, os EUA se consolidariam como o “maior ‘parceiro comercial’ do Brasil e se manteriam como os maiores compradores de café, cacau e borracha, os três principais produtos da pauta das exportações brasileiras” (ARRUDA, 2012, p. 140). Posteriormente os EUA estenderiam suas atenções a outro produto de grande valor para economia brasileira, o algodão.

A conjuntura mudou no período entre-guerras, quando a dominação inglesa declinaria e os Estados Unidos da América assumiriam a liderança das potências capitalistas. No pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a recuperação europeia se deu de maneira dificultosa, abrindo caminho para a nova potência chamada EUA. E como resposta à crise de 1929, os Estados Unidos da América cada vez mais buscariam aumentar seu grau de influência nos países latino-americanos, onde o Brasil se incluía e seria uma peça nesse jogo do imperialismo (SILVA, 1985, p. 108-109). Como Immanuel Wallerstein (2001) nos explana, há uma constante reestruturação geográfica onde os países “periféricos” viram “centrais”, como estou a demonstrar no caso dos EUA em relação à Inglaterra, isto é, há alteração nos postos das potências mundiais. O grande influenciador econômico será, a partir desse momento, os EUA, e ele procurará o mercado favorável de produtos que gerarão excedente de lucro para si, a nova poderosa potência mundial.

Como Galliza (1993, p. 187) nos aponta, “o capital estrangeiro, que se instalou nos países periféricos, desenvolveu os setores de atividade econômica que interessavam ao centro metropolitano, e foi canalizado para as áreas de sua conveniência”. Em sua condição de dependência associada, os países periféricos acabam por desenvolver setores primário-exportadores de conveniência aos interesses do capital estrangeiro. E esse movimento poderá ser percebido durante todo o processo analisado por esta dissertação, pois países ou empresas estrangeiras só entrariam no Brasil – e conseqüentemente na Paraíba – em busca de produtos que fornecessem retorno conveniente aos seus interesses financeiros.

A partir desses elementos, passamos a entender que o Brasil estava inserido em um processo bem maior, no qual ele integraria uma ampla rede de relações e disputas de outras potências que expandiam suas cadeias mercantis e produtivas e seu grau de influência por conta do interesse em determinados produtos, como o algodão. Mas e a Paraíba, estado protagonista por muito tempo da economia algodoeira nacional? Qual seria sua posição dentro desse processo?

Por mais que a produção algodoeira já estivesse presente na Paraíba desde muito tempo, apenas no final do século XVIII é que surgiram os primeiros hectares dessa cultura. Contudo, só no século XIX o algodão ganhou o vulto econômico de se transformar no “ouro branco” da Paraíba (MARIZ, 1978, p. 15-16). Por ter destaque na produção algodoeira do país durante os períodos citados, a Paraíba seria um dos principais estados que iriam sofrer os efeitos da economia-mundo capitalista, ora tendo grande desenvolvimento por meio do algodão, ora seu desenvolvimento sendo contido pelos interesses e conjunturas do mercado externo.

No início do cultivo do algodão na Paraíba, uma das funções destinadas à sua fibra era de servir para a produção de roupas para os escravos (VASCONCELLOS, 1980, p. 21). As principais regiões paraibanas que se destacaram na produção algodoeira foram o Agreste e o Sertão. Nessas regiões, junto ao latifúndio pecuarista, o algodão era produzido para resultar em uma renda adicional tanto para os grandes proprietários como para os pequenos agricultores (ARANHA, 1991, p. 119). O algodão, a princípio, parecia ser uma lavoura democrática, que beneficiava todos os agentes sociais da produção agrícola paraibana. Mas essa “democracia” já carregava o peso dos interesses econômicos nacionais e internacionais.

Immanuel Wallerstein (2001) nos atenta ao fato que no sistema capitalista as operações realizadas nos mercados locais constituem uma parte de um todo. Os produtores que fazem esse intermédio no processo de venda e compra, estão inseridos em uma grande cadeia mercantil.

Não podemos cair na reflexão simplista de que um vendedor, ao vender seu produto a um determinado comprador, local ou externo, não está sob influência dos interesses externos das cadeias mercantis. Quando a produção da economia algodoeira paraibana estava em seu estado embrionário, quando os produtores a colocavam em uma situação de renda adicional e, posteriormente, começa a ganhar um pouco de vulto

econômico, ela já estava começando a ser inclusa nos interesses das grandes potências. Estas, ao verem tal produção se destacando em um determinado país, já se deslocam em busca deste produto, além do fato de transformarem o país em “periferia” global, estabelecendo um grau de dependência que está mascarado por certos “amparos”, a exemplo da industrialização incentivada pela Inglaterra e a modernização aliada às empresas americanas que, como veremos posteriormente, sempre irá favorecer seu país “núcleo”. E isso perdurará ao longo do século XX, quando várias potências apareceram como contribuintes para o “progresso” ou “modernização” do país.

No latifúndio do Agreste, além do atendimento da produção doméstica, o algodão servia principalmente para alimentação do gado, mas com a elevação do mercado internacional, os proprietários visaram o aumento de seus lucros, e, com isso, obrigavam os camponeses a plantarem maior número de algodão e lhe entregarem uma parte da safra, já que eles usufruíam de suas terras (SORRENTINO et al., 1993, p. 37). Vemos então que o peso dos interesses internacionais trouxe consequências para as condições de vida do trabalhador do campo paraibano, retirando o caráter inicialmente “democrático” da economia algodoeira, o que não iria cessar com o passar do tempo, como veremos posteriormente.

Com a Revolução Industrial, o algodão do Norte/Nordeste brasileiro transformou-se de complemento da pecuária no Agreste e no Sertão para interesse do mercado internacional no final do século XVIII. O algodão se torna então dependente do capitalismo industrial até meados do século XIX e século XX, onde estará sob influência do capitalismo financeiro internacional (SILVA, 1985, p. 7-8). Na primeira metade do século XX, algumas nações, a exemplo dos EUA, iriam atuar com suas empresas, grandes detentoras do capital internacional, juntamente com os projetos estatais de modernização da lavoura que se efetivariam na Paraíba.

O algodão paraibano seguiria em destaque no país pelas primeiras décadas do século XX, “já, que até 1931, a Paraíba era o maior produtor-exportador de algodão. Entretanto, a partir de 1932, ela perde esta posição para São Paulo” (GURJÃO, 1994, p. 131). Embora isso tenha acontecido, os paraibanos na segunda metade da década de 1930 começariam a ser estimulados a perceber, através de meios da propaganda estatal, que o algodão seria a esperança da mudança de vida. Mas mal sabiam eles que quando

um grupo não possui uma visão de mundo autônoma acaba ficando à mercê do que a visão de mundo do grupo dominante lhes impõe.

1.2 Um político que luta pela agricultura

A partir da década de 1930, embora a oligarquia algodoeira continuasse a manter sua presença, a Paraíba perdeu a posição de maior estado produtor de algodão devido à concorrência paulista (GURJÃO, 1994, p. 121). Por mais que o algodão paraibano perdesse sua posição no Brasil, o jogo de interesses do grupo algodoeiro não se estagnaria e continuaria a lutar pela sua predominância e privilégios perante as esferas estatais. Os integrantes de setores capitalizados vinculados ao algodão fariam articulações para continuarem em seus postos.

Havia uma luta por parte das instâncias governamentais vinculadas ao grupo algodoeiro para que sua visão de mundo permanecesse como a mais favorável, em uma disputa por hegemonia. Por trás da esperança de que o algodão traria benefícios à toda a população, o prometido progresso parecia ser apenas fruto de retórica, já que atingia apenas alguns grupos da sociedade.

Para identificarmos a atuação do grupo algodoeiro na Paraíba, primeiro devemos entender a ascensão de Argemiro de Figueirêdo ao governo paraibano. Durante o governo de Gratuliano Brito (1932-1934), Argemiro de Figueirêdo ganhou destaque como Secretário do Interior e Segurança Pública, tendo sido escolhido por possuir boa relação com os coronéis do estado. Por obter êxito nessas relações, o mesmo passou a ganhar apoio das oligarquias locais que ajudariam em sua futura candidatura ao governo do Estado (SOUSA NETO, 2016, p. 77). Quando se aproximavam as eleições de 1934 o P.P. (Partido Progressista), partido de Gratuliano de Brito, passava por conflitos internos referentes à escolha do novo nome para o governo do Estado da Paraíba, formando assim dois blocos: um sob liderança de Argemiro de Figueirêdo e Odon Bezerra em prol da recandidatura de Gratuliano Brito, e outro simpatizante da candidatura de Virgínio Veloso Borges (SOUSA NETO, 2016, p. 204-205). Coube, então, a José Américo de Almeida, maior líder do partido, resolver tal dilema, como aponta Sousa Neto (2016, p. 206): “com a cisão dos dois blocos dentro do P.P., José Américo se viu diante de um dilema, e para evitar dissidências intrapartidárias, acabou

por escolher um terceiro nome, o de Argemiro de Figueiredo”, que viria a ser eleito Presidente da Paraíba em 24 de janeiro de 1935 (SOUSA NETO, 2016, p. 209). Começaria, então, uma nova fase para os coronéis do Estado, principalmente para os que tinham relação com o algodão, visto que no governo Argemiro muitas ações seriam feitas em prol do citado produto, gerando grandes transformações nas vidas dos coronéis, comerciantes, agricultores e trabalhadores do setor algodoeiro no Estado. No entanto, devemos adentrar ainda mais um pouco na conjuntura política desse período para entendermos o papel do grupo algodoeiro na política paraibana.

Além da escolha do governante do Estado, a campanha para a legislatura de 1935-1938 também resultou em um embate entre dois grupos políticos paraibanos: os “progressistas” e os “libertadores”⁶. Mas os grandes vitoriosos foram os “progressistas”, que, de trinta deputados, conseguiram eleger vinte e sete. Composta em sua maioria (60%)⁷ por representantes das oligarquias algodoeira e pecuarista, a Assembleia Legislativa mostrava a força desse grupo como reforço do PP. E com esse grupo no poder, isto é, com os representantes das oligarquias algodoeira-pecuária ocupando a maioria das cadeiras do Legislativo e Argemiro de Figueirêdo como governante do Estado, a produção algodoeira da Paraíba receberia novos incentivos prioritários.

Um dos grandes responsáveis pela construção do discurso e das práticas hegemônicas que favoreciam o grupo algodoeiro foi justamente Argemiro de Figueirêdo, que esteve na chefia do estado da Paraíba de 1935 a 1940. Ele defendia os interesses de uma fração dominante da economia paraibana, os coronéis do algodão e da pecuária. Difundindo uma imagem progressista do Estado através de intensa propaganda, ele buscou levar à sociedade paraibana ao máximo da modernização da lavoura. Devido à sua política modernizadora, ele favoreceu a entrada de empresas estrangeiras como a SANBRA e a Anderson Clayton, que passaram a ter o domínio do beneficiamento e do comércio algodoeiro paraibano (GURJÃO, 1999, p. 82-83). A entrada dessas empresas e a política modernizadora sustentada por sua plataforma de governo influenciariam a sociedade paraibana de tal forma que as mudanças geradas iriam permanecer ao longo de muitos anos.

⁶ Os “progressistas” eram os representantes do Partido Progressista (PP) e os “libertadores” eram os representantes do Partido Republicano Libertador (PRL).

⁷ Informações articuladas a partir da “nota 179” da obra *Morte e Vida das Oligarquias* (1994) de Eliete Queiróz Gurjão.



Figura 1: Argemiro de Figueirêdo

Fonte: Anuário da Associação Comercial da Paraíba (1939)

Buscar o controle das práticas e da organização do trabalho está no fazer-se e refazer-se da classe dominante (WILLIAMS, 2011). Para que a classe dominante desta época, isto é, o grupo algodoeiro na Paraíba do início da década de 1930 permanecesse em sua posição social em meio a uma economia capitalista em expansão, ela deveria reconfigurar a produção e reorganizar aspectos da exploração da força de trabalho. Promover ideias como o progresso e a modernização da economia algodoeira por meio do fomento do Estado na Paraíba garantiria a esse grupo, essa fração oligárquica de coronéis, a segurança de se manter como classe dominante, implantando sua visão de mundo e acumulando mais capital.

Quando Sonia Mendonça (1998) nos fala sobre o conceito de hegemonia de Gramsci, ela nos aponta que quando a visão de mundo de um grupo se impõe sobre as demais por meio da ação coordenada entre setores da sociedade civil e instituições do Estado, há a existência da hegemonia. Ao promover o desenvolvimento da ideia de que a modernização da produção algodoeira traria benefícios ao conjunto da população paraibana, havia, na realidade, uma tentativa de generalização da visão de mundo da classe hegemônica na Paraíba, isto é, do grupo do algodão e da pecuária, classe a quem Argemiro de Figueirêdo atendia os interesses e estava vinculado umbilicalmente⁸. Mas por que umbilicalmente?

⁸ Essa expressão foi utilizada pela pesquisadora Eliete Gurjão (1999).

Salvino Gonçalves de Sousa Figueirêdo (1868-1941), nascido em Ingá e filho de um médio proprietário de terras, costumava frequentar as missas da matriz de Campina Grande onde estabeleceu contato com pessoas influentes e políticos. Casou-se com filhas de famílias tradicionais dessa cidade, primeiramente com Brígida Agra, e, após sua viuvez, com Luíza Viana. Através desses laços matrimoniais ele conseguiu ascender econômica, social e politicamente. Como comerciante, assentou-se na Rua Irenêo Joffily, fazendo atividades de compra e venda de algodão⁹. Também foi político atuante na cidade. Tornou-se presidente do Partido Republicano Conservador em 1916 e tinha boa relação com seus eleitores. Ele sofrera por se opor à “Revolução” de 1930, mas seu filho engajado politicamente, Argemiro de Figueirêdo, o protegeu, já que o mesmo pertencia à frente política da Aliança Liberal. Apesar dessas circunstâncias, ele pôde acompanhar o prestígio político que o seu filho conseguiria, falecendo apenas em 1941 (SILVA, 1985, 172-174). Salvino Figueirêdo viria a falecer em 13 de janeiro de 1941, mas seu legado tanto no ramo algodoeiro como no político teria sido continuado por meio do seu filho Argemiro de Figueirêdo.

Homem político ativo, ligado ao ramo algodoeiro e vivendo até 1941, certamente ele influenciou o governo de seu filho Argemiro de Figueirêdo, pois como afirma Josefa Silva, “Argemiro de Figueirêdo, reabilitou o ânimo do coronel Salvino que saiu do ostracismo político, reiniciando seus diálogos e reativando seus contatos com antigos correligionários, comprometendo-se, no jogo político até 1941” (1985, p. 172). Usando do prestígio do seu filho, Salvino Figueirêdo articulava com seus aliados e direcionava ao seu filho os resultados dessas articulações. Atendidas ou não, de certa forma elas devem ter influenciado as atividades governamentais do mesmo, favorecendo o grupo a quem ele estava vinculado, isto é, o grupo algodoeiro.

A família Agra também possuía forte ligação com o algodão. Desde meados da segunda metade século XIX, através do empreendedorismo do coronel Honorato da Costa Agra, essa família participava do ramo algodoeiro em Campina Grande. Já no século XX, o coronel Josino da Costa Agra era quem se destacava na produção de algodão, possuindo fazendas em Campina Grande, Ingá e Soledade (SILVA, 1985, p. 169-171). Vale salientar a atuação dessa família no ramo algodoeiro, pois foi a partir dela que Salvino Figueirêdo, ao instituir os primeiros laços matrimoniais com a filha de

⁹ Salvino Figueirêdo entrou no ramo de beneficiamento de algodão em 1917 em Campina Grande (ARAÚJO, 2000, p. 38).

uma família com grande capital algodoeiro, se aproximou das atividades algodoeiras. Argemiro Figueirêdo, por sua vez, era filho do segundo matrimônio, isto é, de Luíza Viana, filha do juiz Dr. Bento Alves Viana.

Em entrevista ao *Diário de Pernambuco* publicada em 2 de outubro de 1936, o deputado Aloysio Campos fala um pouco sobre a proximidade de Argemiro de Figueirêdo com o algodão:

A agricultura e a pecuária apaixonam o governador que nasceu na caatinga, vendo o trabalhador rural plantar algodão no “giro da terra”, em confusão com outras culturas, sem nenhuma orientação agrícola, arrastando-se, curvado, de enxada em punho, por entre as carreiras sem simetria, de lavoura misturada e mal plantada. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02 out. 1936, p. 7).

Argemiro de Figueirêdo nasceu em um lar de pessoas vinculadas ao algodão, tendo no seu pai a referência de representante do grupo algodoeiro e em contatos e articulações políticas. Então não foi coincidência que o grupo algodoeiro foi favorecido em alguns momentos durante seu governo, mantendo assim as oligarquias vinculadas ao algodão ligadas ao seu projeto político para a Paraíba e protagonistas do processo modernizador da lavoura durante a sua gestão. Como afirma Eliete Gurjão (1999, p. 82), “Até 1940, Argemiro de Figueirêdo tinha conciliado os interesses das oligarquias da Paraíba. Defendeu, sobretudo, os interesses de sua fração dominante economicamente, dos ‘coronéis’ do algodão e pecuária, a quem estava umbilicalmente ligado”.

Argemiro de Figueirêdo também se destacou no pós-1937, em meio à conjuntura histórica que estava em vigor nessa época, a da ditadura instituída por Getúlio Vargas a partir de um autogolpe de Estado, o “Estado Novo”. O mesmo se sobressaiu nessa época, desde seu jogo político para permanecer no governo da Paraíba, como por meio de sua política em comunhão com as ideais do Estado Novo.

Embora estivesse comprometido com a candidatura de José Américo, candidato de Getúlio Vargas à presidência da República para as eleições de 1938, Argemiro também se envolveu com a articulação que planejava o golpe de Estado de Vargas em 1937 para implantação do Estado Novo, permanecendo assim no governo da Paraíba, agora na condição de interventor, até 1940 (GURJÃO, 1999, p. 82). E como interventor ele continuava a favorecer os mesmos grupos, conforme afirma Jean Silva (2013, p. 50):

“Na condição de interventor, Argemiro deu continuidade às ações que vinha trabalhando ao longo do período constitucional [...] No campo político passa ainda mais a prestigiar seus aliados (Igreja católica e potentados do açúcar e algodão)”. Argemiro de Figueirêdo foi nomeado interventor em 24 de novembro de 1937.

Entretanto, pode-se chegar à conclusão que naquele momento, com um regime ditatorial como o Estado Novo, os interventores não precisariam mais fazer articulações com os grupos políticos regionais, mas isso precisa ser ponderado, como alerta Jean Silva (2013, p. 124): “em relação à autonomia do interventor, esta também deve ser relativizada, pois o mesmo dependia de negociações com o governo federal e também com os chefes políticos locais”. Portanto, ainda era necessário fazer articulações com os chefes políticos locais e entre esses chefes estavam os representantes do grupo algodoeiro, visto que “Argemiro de Figueiredo, que desde 1934 [...] soube costurar acordos tanto com as oligarquias do interior (algodão), quanto com as do litoral (cana-de-açúcar), a partir de 1937 passou a gozar do completo apoio desses” (SILVA, 2017, p. 82). Rearticulando as oligarquias e em comunhão com a política de Vargas, Argemiro de Figueirêdo conseguia prestígio tanto na esfera local como nacional. Através dessas articulações com os chefes políticos locais, ele buscava uma Paraíba harmônica, em prol do bem coletivo junto aos ditames de Vargas, conforme enfatizavam os discursos oficiais de seus órgãos de governo:

A Paraíba é hoje uma terra próspera e feliz, guiada por uma mentalidade nova e decidida a tudo vencer pelo bem coletivo, de acordo com os ditames do Estado Novo, perfeitamente integrado no programa de redenção moral, social e econômica do Brasil, que vem sendo desenvolvido vitoriosamente pelo grande chefe da Nação, sr. Getúlio Vargas. (DEPPB, 1938, p. IV)

Nos jornais também podemos observar essa integração da política do governo do Estado paraibano com o Estado Novo. Em matéria publicada no *Diário de Pernambuco* em 29 de junho de 1939, que trata sobre uma entrevista concedida pelo secretário da interventoria, Raul de Góes, a *O Jornal*, do Rio de Janeiro, podemos perceber, pelo menos em termos de discurso, essa sintonia e a aproximação dos antigos grupos políticos do estado:

Desde quando governador antes do Estado Novo, e como interventor federal, rigorosamente integrado nos postulados do regimen de

novembro, o sr. Argemiro de Figueiredo nunca teve nem tem outra preocupação que trabalhar pelo progresso da Parahyba.

Tendo encontrado, ao iniciar o governo, o Estado sob uma atmosphaera febricitante de paixões que agitavam e dividiam os espiritos, originarias de campanhas politicas anteriores, procurou e conseguiu harmonizar a familia parahybana, aproveitando valores indistictamente, no objectivo dominantes de crear um ambiente propicio ao seu largo plano de trabalho. Até hoje, inabalável e firme nestes superiores princípios da ethica politica, o sr. Argemiro de Figueiredo tudo tem feito para manter esse ambiente de paz, de compreensão mutua e bôa vontade, convidando a cooperar com seu governo até elementos que lhe eram antagonicos (DIARIO DE PERNAMBUCO, 29 jun. 1939, p. 4).

Esse discurso característico do Estado Novo de promoção da harmonia social e da integração política entre as esferas estadual e federal em prol da elevação política, econômica e moral do Brasil estaria em outro artigo da mesma edição do jornal, intitulado “A Parahyba não estaciona no seu rythmo”:

Enfrentando condições crimatericas calamitosas, como, ultimamente, com a secca que se estendeu a uma vasta area do Estado; a mercê das alternativas de safras vantajosas ou reduzidas, conforme as oscilações do commercio do algodão. Seu principal producto, a Parahyba não estaciona no seu rythmo de trabalho e construcção, procurando o seu governo palmilhar fielmente as directrizes traçadas a 10 de novembro pela singular clarividencia do presidente Getulio Vargas.

Pode-se dizer, em sã consciencia, que a administração Argemiro de Figueiredo é um dos exemplos edificantes do Estado Novo (DIARIO DE PERNAMBUCO, 29 jun. 1939, p. 4).

Conciliando seus opositores e seguindo as diretrizes de Getúlio Vargas, a Paraíba de Argemiro de Figueirêdo era um exemplo a ser seguido na política do Estado Novo. E como sua política agradava Vargas, o estado paraibano passava a receber visitas como a de seu ministro da agricultura, Fernando Costa. Em matéria do jornal *A União* é explanada a importância da visita desse Ministro:

Essa visita tem uma significação especial para nós, paraibanos: primeiro porque iremos hospedar uma das figuras mais brilhantes do Estado Novo, e um dos mais leais e dedicados colaboradores do presidente Vargas, e segundo, porque ela oferece a Paraíba, e particularmente ao interventor Argemiro de Figueirêdo, o ensejo de apontar ao titular da Agricultura o nosso admiravel panorama onde se vê todo um povo entregue ao labor quotidiano, nos campos, nas fábricas, nas usinas e nos centros comerciais, num ambiente de paz e de inteira ordem.

O ministro da Agricultura, que tanto vem fazendo pela renovação dos processos agrários do Brasil, e pela intensificação de culturas novas, adaptaveis ao nosso clima, como acontece vitoriosamente com o trigo,

tera da Paraíba as mais justas homenagens, como um dos propugnadores de uma nova ordem econômica, de acordo com o largo programa do presidente Vargas. (A UNIÃO, 20 jan. 1940, p.1).

Já após a visita à região Norte¹⁰, o ministro Fernando Costa enviou um relatório onde o trecho referente à Paraíba é publicado no periódico governamental *A União* em matéria denominada “A Paraíba em franca expansão produtora”:

Tive ocasião de verificar que o interventor Argemiro de Figueirêdo realiza um govêrno fecundamente empreendedor e de orientação técnica. As providências tomadas, quer agrônômicas quer propriamente relacionadas com a criação, tem sido aceitas e são eficazes. Em consequência, a Paraíba é um Estado em franca expansão produtora, que procura bem aproveitar os seus recursos de riqueza (A UNIÃO, 13 mar. 1940, p. 1).

Até o próprio Getúlio Vargas teceu elogios à administração da Paraíba, como relata o jornal *Meio Dia* do Rio de Janeiro ao Departamento Estadual de Estatística¹¹ (DEE) sobre a reunião dos interventores no Palácio do Catete: “No seu importante discurso, o Chefe da Nação teve oportunidade de referir-se, três vezes, a administração paraibana com o mais justo e honroso dos elogios” (DEE, 1940, p. 122). E o próprio Argemiro de Figueirêdo lembra essa fala do presidente com bastante orgulho dizendo: “As preocupações da atual administração, no que toca á política agrária, já fôram salientadas pelo sr. Presidente da República, no seu discurso de abertura da última reunião de interventores” (FIGUEIRÊDO, 1940, p. 90). Podemos perceber, então, que tanto Getúlio Vargas quanto Argemiro de Figueirêdo nutriam admiração mútua.

O *Jornal Pequeno*, em 3 de março de 1938, em matéria denominada “A Parahyba e o Estado Novo”, faz a seguinte afirmação sobre o governo de Argemiro: “Um modelo de totalitarismo estatal, no sentido puramente administrativo, a obra que o sr. Argemiro de Figueiredo vem reallizando no pequeno e glorioso Estado do norte”

¹⁰ Entre 1913 e 1940, a convenção estabelecida para a divisão regional previa que os estados do atual Nordeste brasileiro, com exceção de Bahia e Sergipe, compunham a região Norte, por sua vez dividida entre Norte Oriental (atual Nordeste) e Norte Ocidental, à época composto pelos estados do Pará e Amazonas e do território do Acre.

¹¹ O Departamento Estadual encarregado pela estatística e publicidade do Estado da Paraíba, teve vários nomes ao decorrer dos anos: em 1938 foi Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba; em 1939 foi Departamento de Estatística e Publicidade; e em 1940 foi Departamento Estadual de Estatística. Ao longo desta dissertação, faremos referência ao nome utilizado na data de cada fonte citada e sua respectiva sigla.

(JORNAL PEQUENO, 03 mar. 1938, p. 1)¹². Então, de acordo com o exposto, podemos concluir que o governo que Argemiro de Figueirêdo vinha realizando na Paraíba estava em comunhão com a política do Estado Novo do presidente Getúlio Vargas. A partir de agora adentraremos nas discussões específicas da política de Argemiro para a agricultura na Paraíba para verificarmos o processo de efetivação desse programa que era visto por bons olhos até pelo chefe da nação.

1.2.1 Uma política agrícola que priorizava o algodão

Em 1935, perante a Assembleia Legislativa Estadual, Argemiro de Figueirêdo discorreu sobre a situação do seu governo, destacando suas ações para o fomento agrícola. Ele afirmou que buscaria “a racionalização dos processos agrários” através do fornecimento de máquinas, de sementes e da criação de estabelecimentos de créditos rurais. E que, além do algodão, produto ao qual ele atribuía ser a “espinha dorsal da economia paraibana”, também haveria de ter cuidado com outras culturas como a cana de açúcar, o fumo, o arroz e a batatinha. Também informou sobre a entrada de novos capitais, como a exemplo dos estabelecimentos industriais de beneficiamento de algodão da firma Anderson Clayton & Cia. E ao falar sobre o desenvolvimento agrícola do estado, ele citou que na Paraíba havia o trabalho dos técnicos junto ao agricultor, cuja função seria a de “libertar o agricultor da rotina” tradicional. As máquinas, por sua vez, proporcionariam barateamento e rendimento da produção. Além disso, afirmou passar a estimular os estabelecimentos de créditos e cooperativas para trabalhar em defesa desses agricultores (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03 out. 1935, p. 10). Em mensagem publicada no *Diário de Pernambuco*, podemos perceber de forma mais direta, através das próprias palavras de Argemiro de Figueirêdo, sua visão sobre sua política de fomento agrícola:

Não tenho perdido tempo nem poupado esforços no sentido de fomentar outras fontes de produção, estimulando as actividades agrícolas em todos os aspectos, racionalizando os processos agrários, fornecendo ao agricultor os instrumentos modernos de cultura e as boas sementes, educando-o nos campos de demonstração e pondo-o em contacto com as nossas organizações de credito rural. E isso vae sendo feito em relação a todos os typos de lavoura, de cultura possível em nossas regiões, enquanto ao mesmo passo se vae activando com melhores cuidados o desenvolvimento rapido da cultura algodoeira, — espinha

¹² O “totalitarismo” nesse trecho remete a ideia de que os governos deveriam ter políticas voltadas para a totalidade da vida social, com reformas sociais, políticas, econômicas, culturais e morais.

dorsal da economia parahybana. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 10 out. 1935, p. 6).

Já no início de 1936, seria criada pelo governo estadual a Caixa do Fomento da Agricultura, que auxiliaria exclusivamente a lavoura e se tornaria o órgão oficial de crédito com uma taxa máxima de 3% ao ano (A UNIÃO, 09 jan. 1936, p. 1). Com uma modalidade de crédito única no Brasil, a Caixa de Fomento da Agricultura dava completa assistência aos lavradores, através dos seus pequenos empréstimos a prazos razoáveis (DIARIO DE PERNAMBUCO, 10 mai. 1936, p. 6). Em matéria no jornal *A União*, jornal oficial do Estado paraibano, apontava-se o que era preciso para alguém receber um empréstimo:

Só terão direito a emprestimo com taxas tão reduzidas os agricultores que fizerem os seus plantios de acordo com a Directoria de Fomento da Produção Vegetal e de Pesquisas Agronomicas, isto é, arando o terreno, fazendo as capinas com o cultivador, não semeando milho e fava no meio do algodual e semeando mamona pelo menos nos aceiros dos plantios e ao longo das cercas e caminhos. O agricultor deve, ainda, combater as pragas pelos methodos da Directoria. (A UNIÃO, 19 jan. 1936)

Os créditos com juros a 3% ao ano seriam dados aos agricultores que se associassem às cooperativas e seguissem os métodos da Diretoria de Produção (MARIZ, 1978, p. 112). Uma parte do dinheiro arrecadado pela taxa de fomento se dirigia à Caixa Central de Crédito Agrícola, onde havia uma articulação direta com o agricultor (MARIZ, 1978, p. 113). A Caixa Central de Crédito Agrícola seria, então, uma ponte entre governo e agricultor.



Figura 2: Caixa Central de Crédito Agrícola da Paraíba

Fonte: Revista *O Cruzeiro* (10 dez. 1938, p. 53).

Por mais que a Paraíba fosse um estado com grande foco no algodão, os métodos para sua produção eram arcaicos, desde a compra das sementes, que provinham de armazéns que não dispunham de métodos adequados de conservação e as misturavam com outras variedades, até a fase de colheita, armazenagem e venda, o que resultava na perda de mercado para o Centro-Sul e para o exterior (ARAÚJO, 2000, p. 54). Diante disso, Argemiro de Figueirêdo devia focar na mudança desses hábitos arcaicos para que a economia paraibana não viesse a se esvaír e pudesse ser competitiva em relação a outras regiões produtivas no Brasil e em outras partes do mundo. A iniciativa que ele tomou foi de incentivar a busca da modernização e a mecanização da lavoura.

Sendo a enxada às vezes o único instrumento do agricultor, o Estado via a necessidade de comprar máquinas agrícolas tanto para empregar em seus campos experimentais como para emprestar aos agricultores, com o objetivo da mecanização da agricultura. Vale salientar que no início do governo Argemiro, a Paraíba dispunha de 170 máquinas agrícolas, já ao final de sua administração podia se encontrar 2.857 máquinas agrícolas (ARAÚJO, 2000, p. 57). Em contraponto, o Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba nos aponta que, ao entrar na chefia do Executivo, Argemiro de Figueirêdo havia encontrado 357 máquinas enquanto em 1938 já dispunha de 2.200 máquinas agrícolas. Já Argemiro de Figueirêdo, em obra publicada em 1940, após ter deixado o governo, aponta os seguintes números sobre as máquinas agrícolas existentes no estado, para avaliação do impacto de suas políticas de modernização:

QUADRO 1: NÚMERO DAS MÁQUINAS AGRÍCOLAS		
ANOS	NÚMERO DE MÁQUINAS	AUMENTO SOBRE 1934
Administração anterior 1934	170	-
Administração atual 1935	399	229
Administração atual 1939	2857	2687

Fonte: FIGUEIRÊDO, Argemiro de. *Em defesa do meu govêrno*. João Pessoa, 1940, p. 37.

E de maneira mais específica, podemos identificar quais máquinas o governo dispunha segundo os apontamentos do Departamento Estadual de Estatística em 1940:

QUADRO 2: MÁQUINAS AGRÍCOLAS	
Arados	454
Cultivadores	663
Grade de discos	119
Grade de dentes	64
Pulverizadores	682
Semeadores	9
Extintôres de formigas	10
Debulhador de milho	2
Escarificador	14
Sulcadôres	3
Tratôr Allis Chalmers	3
Tratôr Caterpillar “22”	2
Tratôr Caterpillar RD4	1
Tratôr John Deere	1

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. *5 anos de Govêrno – Reportagens das festas do quinto aniversário do Govêrno Argemiro de Figueirêdo e uma síntese das suas impressionantes realizações sociais e econômicas que renovaram inteiramente a paisagem paraibana.* João Pessoa, 1940, p. 63.

O Estado buscava a mecanização/modernização da lavoura, mas podemos perceber que não eram objetos tão modernos assim, visto que arados e cultivadores estavam entre as citadas “máquinas” e já eram usados por muitos fazendeiros abastados na Paraíba. O Estado buscava principalmente atingir os agricultores mais pobres no seu programa de novas máquinas agrícolas, já que o mesmo as emprestava para os referidos agricultores, como vemos em matéria a seguir do jornal *A União*:

A Directoria de Fomento da Produção Vegetal e de Pesquisas Agronomicas emprestará machinas agricolas aos agricultores pobres que as não possuïrem e ensinará o seu manejo.

As machinas pôdem apenas ser empregadas em terras sem tocos ou com tocos raros, sisolados. É necessario que os agricultores iniciem, desde já, o destocamento de suas terras, a fim de poderem gozar das extraordinarias vantagens offerecidas pelo Fundo de Fomento da Produção. (A UNIÃO, 19 jan. 1936)

E para que a mecanização fosse efetiva, o poder público fazia uma intensa campanha de valorização dos modernos métodos agrários, tanto na imprensa escrita como no rádio¹³, estimulando para que os agricultores adquirissem suas próprias

¹³ Vale salientar que também havia uma profusão de compartilhamento de mensagens telegráficas, já que tal forma de comunicação era mais comum na época como podemos ver no exemplo a seguir do DEE (1940, p. 33): “Na diretoria do Serviço de Divulgação e Propaganda do D. E. E. ainda funciona a Sucursal da Agência Nacional na Paraíba, que representa bôa organização e tem prestado relevantes serviços ao Estado e à Nação. Ao Estado divulgando pela imprensa e pelo rádio todas as notícias telegráficas que são

máquinas, comprando muitas vezes em consignação e cedendo-as a preço de custo (DEPPB, 1938, p. I). Sobre a campanha de fomento agrícola, o DEE (1940, p. 109-110) também aponta: “Ela é feita todos os dias, pela palavra e pela ação, pelo jornal e pelo rádio, nela colaborando, sob a direta orientação do Chefe do Govêrno, tanto técnicos como intelectuais”. A propaganda agrícola tornava-se efetiva, nos vários recantos do estado paraibano, porque a “Directoria [de Fomento] controla um Boletim mensal, um suplemento semanal do diario oficial ‘A União’, e envia[va], frequentemente, milhares de comunicados agrícolas para o interior” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 07 nov. 1936, p. 3). Nas palavras do próprio Departamento, “Hoje [1938], a mecanização da lavoura na Paraíba é um fato que não mais se discute. Basta apenas que sejam observados os campos de cultura que se estendem por toda esta parte da região nordestina” (DEPPB, 1938, p. I).

No estado da Paraíba, as usinas de beneficiamento de algodão eram arcaicas, resultando em fibras imperfeitas tanto na coloração como no tamanho, além do fato de terem produtividade reduzida (ARAÚJO, 2000, p. 55). Para resolver o problema das usinas que atingia o principal produto do estado, Argemiro de Figueirêdo investiria na modernização do setor para dinamizar a economia paraibana.

Com seu programa de modernização da economia paraibana, principalmente no que concerne ao algodão, Argemiro efetivava uma política de incentivos fiscais com objetivo de atrair conglomerados econômicos e o capital multinacional destinado a esse setor. Então, devido a essa política fiscal e o fato da Paraíba ocupar o posto de um dos maiores produtores de algodão do país, poderosas multinacionais que atuavam na compra, beneficiamento e exportação desse produto se dirigiram ao estado. Estas eram a Anderson Clayton (ACCO) e a SANBRA (ARANHA, 1991, p. 158). Com a entrada das multinacionais para modernização da economia algodoeira e a mecanização da lavoura, o Estado, na pessoa de Argemiro de Figueirêdo, buscava o abandono completo dos processos arcaicos da produção algodoeira.

Em virtude desses incentivos fiscais, a Paraíba passou a possuir, em meados 1938, 22 usinas modernas, quando em 1935 só existiam 4 usinas com tal atributo (DEPPB, 1938, p. I). Através da política fiscal de Argemiro de Figueirêdo, o número se

enviadas do Rio pela Agência Nacional e enviando daqui, diariamente, minuciosas informações sôbre todos os acontecimentos merecedores de divulgação.”.

elevou para “quarenta usinas, instaladas nos principais centros produtores e compradores” (ARAÚJO, 2000, p. 55). O aumento do número das usinas foi algo considerável, como podemos observar. Mas para que tal entrada fosse feita havia um preço a ser pago: a entrada de grandes conglomerados econômicos multinacionais e suas investidas sobre o mercado interno.

As estrangeiras Anderson Clayton e SANBRA foram, portanto, atraídas na década de 1930 para a Paraíba pelas isenções de impostos praticadas no governo Argemiro de Figueirêdo. Alguns municípios como Campina Grande, Guarabira, Ingá e Patos passaram a desfrutar de um período de florescimento econômico, que duraria até meados da década 1950, devido aos investimentos dessas mesmas empresas no setor algodoeiro (GONÇALVES, 1999, p. 32). Essas empresas proporcionariam grande modernização no ramo algodoeiro, trazendo riqueza e desenvolvimento econômico para muitos municípios, ou ao menos a parte de sua população. Mas quem eram essas empresas e quais seus interesses?

1.3 A Anderson Clayton e a SANBRA: as donas do algodão paraibano

Em matéria intitulada “ANDERSON, CLAYTON & CIA. LIMITADA completa 22 anos de atividades no Brasil”, o *Diário de Pernambuco*, em 30 de novembro de 1956 nos apresenta um pouco da história e das atividades dessa empresa norte-americana. A mesma nos mostra que em 1926 um administrador da ACCO, C. E. Waddell, visitou o Brasil para observar nossas produções. Já em 1934 deu-se o início dos investimentos dessa empresa no ramo de financiamento para o plantio de algodão, além da construção de fábricas de óleo vegetal. Em 1935, a ACCO aperfeiçoava o sistema de prensagem de algodão, aumentando a capacidade do seu transporte. E nos anos posteriores, suas instalações de beneficiamento de algodão e extração de óleo iriam se espalhar por todo o território nacional. Além da profusão de suas usinas, a matéria citada explana sobre as atividades da ACCO nos diversos ramos da economia nacional. Na indústria, ela adquiria o algodão diretamente dos produtores para beneficiamento em suas máquinas, fazendo tudo com rigor técnico devido à experiência que a mesma adquiriu em outros países produtores. Na agricultura, concedeu financiamento, fertilizantes e inseticidas aos lavradores. Ademais, no comércio, a ACCO possuía uma grande rede de intercâmbio com várias partes do mundo, levando o algodão para o comércio exterior em igualdade com os demais concorrentes mundiais.

Já a história das origens da SANBRA será explanada a partir do *Histórico Bunge Brasil*, produzido pelo Centro de Memória da Bunge, uma vez que que a SANBRA surgiu por intermédio da referida empresa. A Bunge & Co. foi fundada em 1818, em Amsterdã, na Holanda, e tinha por características a comercialização de produtos importados das colônias holandesas, como o algodão. Em 1859 ela se deslocou para a Bélgica e em 1884 suas atividades seriam iniciadas na Argentina com o nome Bunge y Born. Só em 1923 a Bunge obteve a empresa Cavalcanti & Cia, que atuava no setor de compra, beneficiamento e exportação de algodão no Recife (Pernambuco). Dessa empreitada surgiria, então, a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA).

A SANBRA¹⁴ pertencia, portanto, à firma Bunge & Born, localizada em Buenos Aires, que estendeu suas atividades, a princípio, a Recife e posteriormente à Paraíba. E a Anderson Clayton & Cia. Ltda. foi fundada em 1934 em São Paulo pelo administrador da empresa no Brasil, Wadell, por sua vez filiada da Anderson Clayton & Cia. norte-americana (MARIZ, 1978, p. 119-120). Estas duas empresas estavam devidamente instaladas em Campina Grande, na Paraíba, em 1935 (ARANHA, 1991, p. 158). Instaladas na Paraíba essas empresas trariam grandes transformações para a sociedade, tanto no âmbito econômico como no social. O que restava ao conglomerado da sociedade paraibana era descobrir se essas transformações seriam benéficas ou não.

A Anderson Clayton adentrou no território paraibano por meio da C/A Wharton Pedrosa. Ela encampou a C/A Wharton Pedrosa, que, por sua vez, sucedeu da Companhia Paraibana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão, além das usinas e prensas de Campina Grande, Alagoa Grande e Cabedelo, juntando-as aos novos e modernos estabelecimentos que estavam a surgir em Cajazeiras, Patos, Ingá e Caiçara (MARIZ, 1978, p. 120). A Companhia de Beneficiamento e Prensagem de Algodão havia sido fundada em Campina Grande pelo paraibano Heronides de Holanda, constituindo a maior operação de descaroçamento e prensagem hidráulica do Estado. Em 1924 ela tinha seu controle acionário pela Sociedade Anônima Wharton Pedrosa, que possuía matriz em Natal e filial em Recife, resultante do capital inglês. Essa firma iria durar em Campina Grande até 1936 (GALLIZA, 1993, p. 155-156). Esta situação nos mostra o poder que o capital externo utilizaria no Brasil, já que um dos maiores

¹⁴ Segundo a dissertação de Silvano Vasconcellos (1980) a SANBRA já tinha ligação com o algodão paraibano em 1925, atuando em Campina Grande. Já em 1933 a mesma já aparecia entre os armazéns de compra de algodão da referida cidade. No citado ano, a SANBRA teria se instalado na Paraíba em associação com a firma Pinto Alves & Cia. de Recife.

empreendimentos de descaroçamento e prensagem de algodão seria facilmente encampado pela Anderson Clayton, que, ao adquirir esse empreendimento, já passava a ter aceleradamente grande parte da influência sobre o comércio algodoeiro paraibano, na capital algodoeira do estado, Campina Grande. Aliás, a SANBRA também atuava na Paraíba com sua “filial de Campina Grande com os seus 140.000 m² de área aberta e 16.000 m² de área construída” (ARANHA, 1991, p. 160). Também localizada em Campina Grande, a SANBRA, com seu enorme estabelecimento, compartilharia da ação estratégica da Anderson Clayton de atuar na Paraíba através do seu principal entreposto de algodão, aumentando assim rapidamente seu grau de influência no estado paraibano.

A entrada dessas empresas devido à política modernizadora de Argemiro de Figueirêdo submeteu a economia paraibana às investidas imperialistas através de *trusts*, isto é, a Anderson Clayton e a SANBRA, já que estas duas empresas passaram a monopolizar o comércio algodoeiro paraibano (GURJÃO, 1999, p. 83) A entrada dos *trusts* fez os paraibanos, a princípio, ficarem apreensivos, pois os mesmos não sabiam qual seria o grau de influência e de controle que essas empresas exerceriam sobre a principal fonte de renda de grande parte da sociedade, o algodão, já que esse produto era focado por ambas.

Quando em 1935 a Anderson Clayton e a SANBRA começaram a negociar com o governo suas entradas no estado, iniciou-se uma série de protestos tanto de comerciantes como de produtores. Através da Assembleia Legislativa e da Associação Comercial da Paraíba, comerciantes e produtores encaminharam memorial ao governador por estarem apreensivos em relação à entrada do capital estrangeiro, concitando ao governador a, no lugar de incentivar o capital estrangeiro, focar no impulso para as indústrias locais (SANTANA, 1999, p. 182). Embora tenha acontecido toda essa luta dos comerciantes e produtores locais de algodão, Argemiro de Figueirêdo seguiria com as suas intenções até o final e concederia, em junho de 1935, as isenções para a entrada dessas multinacionais no mercado paraibano, pois o governador via a possibilidade de grande desenvolvimento na economia algodoeira que beneficiaria, por conseguinte, o estado paraibano e, conseqüentemente, o grupo dos comerciantes e produtores de algodão.

O deputado Octávio Amorim também via com otimismo a entrada das firmas estrangeiras. Assim como ele, Celso Mariz¹⁵ (1978), intelectual da própria época, entendia que houve uma “emulação salutar”. Devido à concorrência, as firmas locais tiveram de acelerar sua modernização para que não fossem engolidas pelo capital estrangeiro. E de certo modo isso pode ser colocado como positivo aos olhos de governantes como Argemiro de Figueirêdo, pois, ao seu ver, essas empresas impactaram em um grande número de usinas no estado, trazendo o que havia de mais moderno para época em métodos de beneficiamento de algodão. Contudo, quem não acompanhasse essa modernização tendia a ser eliminado do mercado.

Um exemplo do estado de apreensão que estava na Paraíba é o pronunciamento do deputado Aloysio Campos ao *Diario de Pernambuco*, em 2 de outubro de 1936, segundo o qual o comércio algodoeiro de Campina Grande encontrava-se preocupado com a chegada das usinas da Anderson Clayton e da SANBRA. Naquela ocasião, o deputado falava do perigo representado por essas empresas, que possuíam capital para comprar e reter todo o algodão produzido na região. E afirma que mesmo que isso não acontecesse, os pequenos descarregadores não suportariam a concorrência.

Nos jornais pode ser observado esse embate entre otimistas e apreensivos com a entrada dessas empresas. É fácil encontrar notícias que demonstram o “bem” que essas firmas traziam ao Brasil e conseqüentemente à Paraíba, como podemos ver na matéria¹⁶ escrita por Assis Chateaubriand¹⁷ no *Diario de Pernambuco* em 25 de fevereiro de

¹⁵ Devemos levar em consideração em relação ao posicionamento de Celso Mariz em seu livro *Evolução econômica da Paraíba* (1978), publicado primeiramente em 1939, o trecho seguinte: “Queremos agradecer aqui a todos que nos animaram ou prestaram serviços diretos, com livros, informações, lembranças, para o presente trabalho. Devemos salientar o sr. Interventor Argemiro de Figueiredo que ordenou a publicação na Imprensa Oficial, depois de manter-nos, como funcionário do Estado, em situação de poder recorrer a algumas fontes e completar os diversos capítulos.” (MARIZ, 1978, p. X-XI). O citado teria escrito o trabalho enquanto funcionário do Estado, e o publicaria na Imprensa Oficial, o que torna suas opiniões próximas ao que o Estado queria partilhar.

¹⁶ CHATEAUBRIAND, Assis. O Dilema. **Diario de Pernambuco**. 25 fev. 1937, p. 4.

¹⁷ Assis Chateaubriand é um indivíduo importante para o contexto histórico em que estamos a discorrer. Na biografia de Fernando de Moraes intitulada *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand* (1994) podemos compreender o seu posicionamento enquanto defensor da associação com o capital estrangeiro. Na citada biografia existem várias falas de Chateaubriand, como as seguintes: “eu não consigo conceber o Brasil, senão como o futuro núcleo dos Estados Unidos na América do Sul” (p. 164); “Onde estaria nosso café se não fosse o consumidor americano? Sem os Estados Unidos nós não passamos de um espirro de gato” (p. 251). E ao citar um perfil que foi feito sobre Chateaubriand por Eileen Mackenzie, da revista *The Inter-American*, a biografia demonstra que a referida repórter aponta que o mesmo era “favorável aos Estados Unidos e às grandes empresas” (p. 468), esse favorecimento ficará perceptível ao longo de suas falas nesta dissertação. Vale salientar que o mesmo, em 1931, incorpora aos Diários Associados seu conglomerado jornalístico, o *Diario de Pernambuco*, considerado o mais influente jornal do Nordeste (MORAIS, 1994, p. 265). E o citado jornal tinha grande atuação sobre

1937. A partir de uma explanação sobre a passagem de Willian Clayton, chefe da Anderson Clayton & Cia. no Brasil, o autor fala sobre o bem que essa empresa fazia ao país e sobre a ignorância de alguns grupos que queriam sua retirada:

É o prestígio, é o nome, é o conceito dessa firma de reputação mundial, nos negocios do “ouro branco”, quem colloca vantajosamente uma parte apreciável do producto nacional nos mercados de consumo da Inglaterra, da França, da Allemanha, da Belgica, do Canadá, da Polonia e do Oriente. Não está gastando o Brasil um dollar de propaganda, no exterior para conquistar districtos importantissimos do consumo algodoeiro para o nosso artigo. Anderson Clayton & Cia, trabalham por nós. Tomam a iniciativa da defesa e da venda do “ouro branco” que produzimos. Estimulam a producção. Financiam os pequenos lavradores do Norte e de São Paulo, através das suas organizações de credito. Recebem delles depois o producto. Classificam-no, negociam-no. Embarcam-no para os portos do litoral. Exportam-no. Vedem-no. E por nada disto, o Brasil, que, de repente, se firmou como o quarto paiz exportador de algodão, no mundo, é onerado por despesas de propaganda. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 25 fev. 1937, p. 4).

Mas grande parte da fala de Chateaubriand deve ser vista com ressalvas, visto que o financiamento dos “pequenos lavradores do Norte” era feito na compra por preços tabelados, o que dificultava o rendimento agrícola dos mesmos. Apesar do referido jornalista colocar a propaganda gerada pela empresa como atestado de sua capacidade “benfeitora” para o Brasil, o lucro gerado para o Brasil era apenas consequência, não objetivo principal da empresa estrangeira, já que no mercado interno sua atuação muitas vezes consumiu os pequenos comerciantes locais, como poderemos ver posteriormente neste trabalho. De todo o modo, após essa defesa ao capital estrangeiro, Chateaubriand discorreu duras críticas, chamando de “campanha estúpida”, à tentativa de retirar a Anderson Clayton & Cia. e a SANBRA da região Norte do Brasil. Em contrapartida, afirmava que os argentinos receberam os americanos com grande felicidade, enquanto os brasileiros entraram em conflito. E, por fim, ele termina a matéria dizendo: “ou o Brasil mata a xenophobia, ou a xenophobia acaba com o Brasil”. Tratava-se de argumento repetidos de outro artigo seu publicado um ano antes, em 5 de novembro de 1936, no mesmo *Diario de Pernambuco*, de sua propriedade. Neste artigo, intitulado “Sabedoria de Gringo”, Chateaubriand também recorreu ao tratamento dispensando pela Argentina a essa empresa (ACCO), onde era vista como propulsora de seu progresso, enquanto no Brasil o “chauvinismo bestial de uma caterva de analphabetos procurar

os temas paraibanos, fazendo assim Chateaubriand grande formador de opinião acerca dos temas referentes à Paraíba, seu estado natal.

destruir o esforço do grande grupo americano”, para expulsá-lo do território nacional (DIARIO DE PERNAMBUCO, 5 nov. 1936, p. 4).

Defesas semelhantes eram frequentes no *Diario de Pernambuco*, como a feita por Gomes Maranhão em matéria¹⁸ de 13 de outubro de 1936. Ali o autor comenta sobre a campanha nas Assembleias Estaduais contra a instalação da Anderson Clayton e da SANBRA. Ao final de seu texto o mesmo afirma o seguinte sobre essa campanha: “Talvez até o facto nem tenha a importância que se quer dar e seja antes o fructo de alguma descabida invocação patriótica das muitas que andam por ahi afóra, de penna e tacape contra o estrangeiro que nem toda vez é nosso inimigo” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 13 out. 1936, p. 14). Gomes Maranhão colocava uma dúvida sobre se realmente havia a necessidade de se preocupar com as intencionalidades dessas empresas, mas terminou sua reflexão colocando o estrangeiro como agente benéfico, assim como Chateaubriand.

Vale salientar que, ao explicar sobre a matéria de Chateaubriand, o nome de um personagem específico é citado: William Clayton. Ao conhecermos mais a trajetória do chefe da Anderson Clayton encontramos mais apontamentos sobre essa empresa. Em matéria denominada “O rei mundial do algodão. Quem é William Clayton, chefe da firma Anderson Clayton & CO.”, publicada no *Diario de Pernambuco* em 28 de outubro de 1936, há detalhes sobre a trajetória deste empresário. A matéria já nos demonstra uma afirmação convicta: “O maior commerciante de algodão no mundo é William Lockiart Clayton, homem numero um da Anderson Clayton & C. de Houston, Texas” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 28 out. 1936, p. 7). Após essa afirmação, a matéria dá detalhes sobre a vida pessoal de William e mostra que aos 24 anos ele se tornou negociante de algodão com a firma Anderson Clayton & Cia., firma que tinha em sociedade com seu cunhado Frank E. Anderson e o irmão de seu cunhado M. D. Anderson. E por fim a matéria terminava dizendo que William “considera a Argentina e o Brasil entre os mais perigosos competidores do algodão do sul dos Estados Unidos” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 28 out. 1936, p. 7). De maneira pacífica e encorajadora, essa fala colocava o Brasil como concorrente poderoso dos Estados Unidos. Mas William teria seu papel demonstrado de forma mais explícita em uma matéria datada em 11 de outubro de 1940, quando, na legenda dessa foto a seguir, estava escrito: “O sr.

¹⁸ MARANHÃO, Gomes. Lavoura algodoeira do Nordeste, um caso que requer as vistas do poder publico. **Diario de Pernambuco**. 13 out. 1936, p. 14.

Will L. Clayton, que acaba de ser nomeado pelo governo norte-americano para dirigir o commercio e estreitar as relações de amizade entre América do Sul e os Estados Unidos” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11 out. 1940, p. 1).



Figura 3: Will L. Clayton

Fonte: Diario de Pernambuco (11 out. 1940, p. 1).

Desde sua entrada no comércio nacional, William já estava associado às iniciativas de estreitamento de relações entre América do Sul e Estados Unidos, que foi celebrado nessa matéria de 1940, pois no processo da economia-mundo o Brasil deveria continuar como periferia, sob influência do capital centrado em outras nações, agora dos Estados Unidos, e não como concorrência. Por mais que William Clayton colocasse o Brasil como forte concorrente do algodão dos Estados Unidos, o imperialismo nunca deixaria o Brasil atuar no mercado externo por meio de uma concorrência equânime. Portanto, embora houvesse uma defesa por parte de alguns intelectuais através dos jornais desse estreitamento de relações entre EUA e América do Sul, a entrada do capital estrangeiro trouxe algumas consequências à Paraíba.

Por mais que Celso Mariz tenha nos falado sobre uma “emulação salutar”, ele também afirmava que “A cada chaminé de Anderson Clayton, da Sanbra e do grupo moderno que se aparelhou ao aparecimento destes, paravam 50 ‘vapores’ em torno.” (MARIZ, 1978, p. 122). O preço da entrada desse capital estrangeiro era muito alto para determinados comerciantes, produtores ou exportadores que não tinham condições de

entrar em “emulação”, acarretando o fim de seus negócios. Esse era o preço da modernização algodoeira tal qual foi implementada.

A pesquisadora Martha Falcão Santana (1999) atribui à modernização de Argemiro de Figueirêdo, presente nas relações de produção não capitalistas e no sistema bancário que predominava as cooperativas e caixas rurais, o caráter de “modernização conservadora”. Nesta política haveria a contínua subordinação da massa trabalhadora rural aos coronéis. Mas olhando além, a modernização através das empresas algodoeiras estrangeiras subordinava os produtores de algodão a seus interesses, que consequentemente atingiam os trabalhadores rurais, formando assim uma cadeia de subordinação que sairia das grandes empresas até o pequeno agricultor. Com o passar do tempo, as grandes empresas estrangeiras ganhariam cada vez mais destaque no comércio paraibano:

QUADRO 3: OS PRINCIPAIS EXPORTADORES DE ALGODÃO DA PARAÍBA DE JULHO DE 1937 A JUNHO DE 1938		
EXPORTADORES	Fardos	Quilos
José Henrique & Cia.	37.301	6.823.396
Abílio Dantas & Cia.	26.862	5.739.536
Anderson Clayton & Cia. Ltda.	23.413	4.269.197
Araújo Rique & Cia.	23.115	4.228.613
Soares de Oliveira & Cia.	22.660	4.165.422
Soc. Algodoeira Nordeste Brasileiro	19.779	3.715.712
José de Brito & Cia.	10.896	2.001.934
Claudino Nóbrega & Cia.	8.963	1.696.743
Nicolau da Costa	9.900	1.691.248
Demóstenes Barbosa & Cia.	8.470	1.550.647
Companhia América Fabril	7.819	1.477.096
João Araújo & Cia.	7.882	1.437.557
Exp. de Produtos Brasileiros S/A	7.076	1.307.871
Vieira Filho & Cia.	4.272	805.780
Marques de Almeida & Cia	3.559	576.586
SACEI – Lois Dreyfus & Cia. Ltda.	2.702	475.099
Araújo Lucena & Cia.	2.317	425.089
S/A Ind. Reunidas F. Matarazzo	2.272	374.687
Aluísio Silva & Cia.	672	122.240
José Simões & Filhos	591	110.059

Fonte: MARIZ, Celso. *Evolução Econômica da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1978, p. 123-124.

Ao analisarmos o quadro elaborado por Celso Mariz (1978) e reproduzido acima, podemos perceber que tanto a Anderson Clayton quanto a SANBRA, nos anos

de 1937 a 1938, ocupavam posições de destaque entre os principais exportadores do estado. Apenas três anos após sua implementação, a firma Anderson Clayton já ocupava o terceiro lugar e a SANBRA o sexto. Em pouco tempo as duas grandes multinacionais já demonstravam que chegaram à Paraíba para manterem-se como as principais no comércio algodoeiro e cabia aos outros comerciantes conseguirem sobreviver a essa concorrência.

Alguns comerciantes tomaram providências em relação a essas investidas das empresas multinacionais. Eles “passaram a comprar apenas o algodão em caroço e a pagar um preço superior ao vigente na praça, além de financiarem os agricultores” (SANTANA, 1999, p. 188), prática semelhante a que as empresas empregavam já que suas usinas também financiavam os lavradores. Podemos perceber então que os grandes comerciantes tentavam usar dos mesmos métodos dos *trusts*, mas não possuíam o capital que essas multinacionais detinham, o que acarretava em uma concorrência desigual. Alguns grupos de grandes comerciantes e firmas locais conseguiram acompanhar as empresas estrangeiras, mas, como afirma Gervácio Aranha (1991, p. 159), “a partir de 1935 praticamente desaparecem os pequenos empreendimentos relacionados ao negócio algodoeiro. A SANBRA, a Anderson Clayton e as grandes firmas paraibanas açambarcam a maior parte do algodão produzido no Estado”. Sobre isso, Celso Mariz (1978, p. 120) complementa: “o advento de Anderson Clayton fez tremer os paraibanos. Parecia o polvo de mil tentáculos, a absorção, o aniquilamento inevitável das firmas locais”. No comércio, as pequenas firmas não resistiriam e, na produção, havia a atuação laboriosa junto ao agricultor. Desfrutar dos benefícios da modernização da produção algodoeira era um caminho árduo, mas as empresas com seu apoio por parte da imprensa e do governo do Estado estimulavam o povo paraibano a acreditar que essa ainda era uma boa alternativa.

Em 1936, o algodão assumia posição de destaque na economia brasileira como segundo maior produto em exportação do país, sendo apenas suplantado pelo café¹⁹. O mercado europeu estava interessado nesse algodão, mas “o apetite imperialista dessas empresas não podiam admitir a livre concorrência do algodão brasileiro no mercado europeu” (SILVA, 1985, p. 197), embora em matéria do *Diário de Pernambuco* de 28 de outubro de 1936, já citada neste trabalho, William Clayton, dono da Anderson

¹⁹ SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. **Latifúndio e Algodão em Campina Grande**: modernização e miséria. Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 1985. p. 196.

Clayton, colocava o Brasil como grande competidor. O que Argemiro achava que iria impulsionar o comércio algodoeiro paraibano acabou levando à diminuição da capacidade competitiva do algodão nacional, já que essas empresas monopolizavam grande parte do comércio algodoeiro no país, não só da Paraíba.

No entanto, para alguns, as intenções dessas empresas já haviam sido reveladas. Octávio Amorim que tinha recebido com otimismo as firmas estrangeiras passou a afirmar: “Os americanos aniquilaram, e por onde passaram deixaram um espólio de tristeza. Tudo se consumou friamente – o jogo de câmbio, o regime de congelados, a imposição de mercadorias de consumo, a opressão, a crueldade, o aniquilamento” (BANDEIRA, 1973, p. 255 *apud* SILVA, 1985, p. 202). Não obstante, o governador Argemiro de Figueirêdo continuava sua política modernizadora de fomento agrícola e de mecanização na lavoura. Ele parecia não se importar com esses efeitos, avaliando que a presença dessas firmas estrangeiras contribuiria para incrementar a capacidade produtiva do estado, o que resultaria em beneficiar diretamente os produtores de algodão.

1.4 Ingá: o município exemplo do programa algodoeiro da Paraíba

Ingá²⁰, durante a modernização da agricultura paraibana estimulada por Argemiro de Figueirêdo, veio a receber a Anderson Clayton devido à isenção de impostos que o governo praticava para entrada de novas usinas de beneficiamento. Em 1935 a Anderson Clayton e a SANBRA, já estavam estabelecidas na Paraíba. Em 1936 a Anderson Clayton chega ao Ingá. E como aconteceu no resto da Paraíba, com a chegada da referida empresa em Ingá, com suas máquinas modernas, o desaparecimento dos pequenos vapores dessa localidade foi inevitável (SORRENTINO et al., 1993, p. 50-51). Ingá adentrou no programa governamental por meio de várias formas, desde a instalação de usinas até a criação de campos de cooperação e de demonstração. O referido município era tomado como instrumento de propaganda do Estado, era um exemplo do que poderia acontecer se os municípios paraibanos seguissem com rigor a

²⁰ Ingá é um município paraibano fundado em 03 de novembro de 1840 e localizado nas proximidades de Campina Grande, município que, por sua vez, teve um grande papel na história do algodão brasileiro, sendo entreposto comercial desse produto em direção ao porto de Recife. Em Ingá se repetiu a história de muitos municípios da Paraíba, já que nesse município as atividades de produção algodoeira estão presentes desde meados do século XIX, mas seu auge se daria no século XX, com seu maior destaque na década de 1940. Ingá faria parte da trajetória de ascensão da Paraíba como grande produtora algodoeira nacional. O algodão surgiu para o Ingá com o mesmo caráter que surgiu para muitos municípios da Paraíba: ele era o “ouro branco”, o “progresso” e a “mudança de vida” para o povo que o cultivasse.

política agrícola estatal. O desenvolvimento da produção algodoeira em Ingá servia, então, como elemento de propaganda da política de modernização do setor, um exemplo do que se deveria se propagar pelo Estado.



Figura 4: Aspectos das instalações da Anderson Clayton em Ingá.

Fonte: Revista *O Cruzeiro* (10 dez. 1938, p. 56)

Na edição da revista *O Cruzeiro* do dia 10 de dezembro de 1938, há fotos de várias instalações de empreendimentos paraibanos, visto que a mesma é uma edição especial sobre a Paraíba. Acerca da Anderson Clayton, a revista reporta que essa firma possuía instalações de descarregar algodão em Cajazeiras, Patos, Campina Grande, Ingá, Caiçara e Alagoa Grande. E também nos demonstra como eram compostas essas usinas, onde todas, exceto Alagoa Grande, eram compostas de 4 máquinas Lumus, de 80 serras cada uma, com prensa de alta densidade. As usinas dessa firma eram todas montadas obedecendo as diretrizes exigidas pelo Departamento de Classificação de Algodão. E além das usinas citadas, a Anderson Clayton também possuía duas prensas de alta densidade, sendo uma prensa David Bridge em Campina Grande, e, em Cabedelo, uma prensa Chester. Ademais, em Alagoa Grande havia uma composição diferente, pois a instalação de lá era composta por 4 máquinas Continental de 70 serras cada uma e prensa de baixa densidade, sendo que seu prensamento final era feito em Cabedelo.

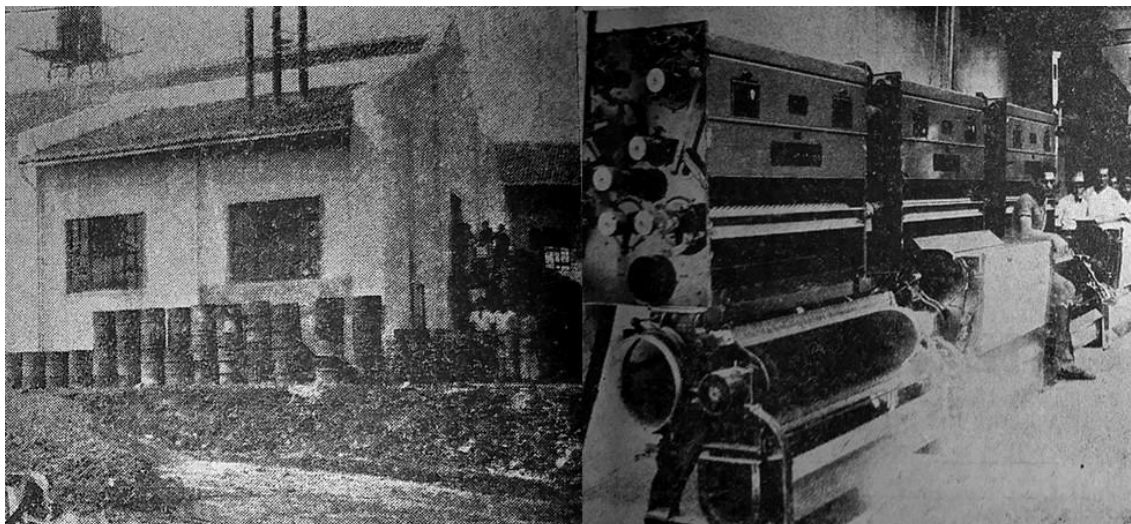


Figura 5: Aspecto externo da moderna usina de beneficiamento instalada em Ingá em 1936 e aspecto interno da usina inaugurada em Caiçara em 1935.

Fonte: *A União* (25 jan.1940, p. 8).

No decorrer do programa de modernização agrícola da produção de algodão promovida no governo de Argemiro de Figueirêdo, Ingá iria ganhando proeminência, visto que “o Ingá era tido como município padrão da expansão algodoeira e da sua modernização. Contava, inclusive, com a existência de um campo de demonstração do governo que distribuía sementes selecionadas para os agricultores” (SORRENTINO et al., 1993, p. 51). Com seus campos de demonstração e cooperação, Ingá ia assumindo a posição de município padrão da produção algodoeira.



Figura 6: Campo de Cooperação “Cameliães” em Ingá, trabalho do S.de P. Têxteis.

Fonte: DEPPB (1938)



Figura 7: Cultivo e adubação de algodoais em Ingá
Fonte: DEPPB (1938)

Em matéria intitulada “Lavoura que henriquece”, escrita por Pimentel Gomes ao *Diario de Pernambuco* de 2 de julho de 1935, abordou-se o desenvolvimento da lavoura paraibana, tomando como exemplo o campo de demonstração feito em 1934 pelo sr. Francisco Magno Bacalhau em Ingá. Pimentel Gomes informou que este agricultor plantou 15 quadros de cinquenta braças usando arados e cultivadores e não semeou o milho entre o algodão. E em 8 quadros de terra idêntica ele semeou algodão e milho por seu processo rotineiro através de enxadas. E o resultado foi esse demonstrado no quadro 4 a seguir:

QUADRO 4: LAVOURA MECÂNICA E LAVOURA ROTINEIRA				
	Área	Despesa total de cultura	Valor total do produto colhido	Lucro total
LAVOURA MECÂNICA	15	1:350\$000	13:000\$000	11:650\$000
LAVOURA ROTINEIRA	8	1:270\$000	2:800\$000	1:530\$000

Fonte: Quadro 4 criado a partir dos dados da matéria “Lavoura que henriquece”, *Diario de Pernambuco*, 2 de julho de 1935, p. 2.

Pimentel Gomes continua sua explanação tecendo considerações acerca de como esses dados, de diferença exponencial, repercutiram tanto no município, chamando a atenção dos agricultores que ainda cultivavam milho junto com o algodão e não utilizavam de máquinas agrícolas. E completa que a Paraíba estava cada vez mais

remodelando seus métodos agrários imperfeitos. Para isso o Estado comprou centenas de máquinas para trabalharem em mais de cem campos de demonstração, onde, através do planejamento capitaneado pelo governador Argemiro de Figueirêdo, seriam criados depósitos de máquinas agrícolas nos municípios mais importantes da Paraíba e seriam vendidas aos agricultores por preços cômodos e com facilidades de pagamentos (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2 jul. 1935, p. 2). Estava, então, Ingá a incentivar como pioneira, através de seus campos de demonstração, o programa agrícola que Argemiro estava a instituir.

Em matéria do jornal *A União* sobre o calendário agrícola, afirma-se que em municípios como Ingá e Campina Grande o entusiasmo dos agricultores para o plantio de 1936 estava enorme. Em Ingá havia muita terra destocada, talvez o dobro que havia destocado em 1935, como em outros municípios do estado (A UNIÃO, 12 jan. 1936, Secção 2, p. 8). E Ingá também dispunha de um técnico agrícola vinculado à Diretoria de Fomento, o técnico Flavio Albuquerque²¹.

Já em 1940, o município de Ingá mais uma vez é aludido acerca dos métodos de cultivo mecânico do solo: “Municípios há, como Ingá, em que os métodos de trabalhar o sólo estão radicalmente transformados. O arado e o cultivador constituem material obrigatório da maioria dos lavradores.” (DEE, 1940, p. 63). O citado município se estabelecia como grande atuante do programa agrícola do governo paraibano. Ainda em matéria²² do jornal oficial do estado *A União* de 9 de junho de 1940, afirmava-se que: “Os agricultores do município de Ingá são os vanguardeiros da generalização da cultura mecanica. Raramente se observa, alí, uma lavoura que não seja trabalhada com máquinas. Dezenas de cultivadores trabalham diariamente em substituição á enxada” (A UNIÃO, 09 jun. 1940, p. 7). Não só o município era exemplo, mas seus agricultores também tomavam a característica de propaganda estatal e esses exemplos nos jornais serviam para o convencimento da população como constataremos.

Partindo do exemplo de Ingá onde a política de Argemiro de Figueirêdo estava atuante, podemos adentrar na questão do processo de convencimento da população sobre a modernização, que pode ser visto em instrumentos como a imprensa oficial, o jornal *A União* e em seu suplemento *Parahyba Rural*:

²¹ Informação coletada no jornal **A União** de 19 de janeiro de 1936, Secção 2, p. 1.

²² As condições atuais da lavoura paraibana. **A União**. 09 jun. 1940, p.7.

Quem planta algodão para ganhar dinheiro, quem planta algodão para conseguir a sua independência econômica, abandona processos velhos, diz um adeus aliviado à enxada, símbolo da pobreza, e segue o exemplo dos agricultores do Ingá.

- a) Prepara cuidadosamente o terreno com arado e a grade;
- b) escolhe semente Texas, expurgada, com germinação garantida, fornecida pela Directoria de Produção;
- c) planta com a semeadeira ou mesmo pelo processo antigo dando, entre as linhas, um espaçamento de 6 palmos (um metro e vinte) e, na linha, entre as covas, de palmo e meio a dois palmos (30 a 40 centímetros);
- d) deixa apenas duas plantas por cova, para o que faz um desbaste, arrancando as mais fracas, quando tiverem menos de um palmo de altura;
- e) faz as capinas com o cultivador;
- f) combate o curuquerê (lagarta da folha) com arseniato de chumbo;
- g) faz colheitas usando dois saccos: num colocará o algodão sadio; noutro as cabeças seccas;
- h) consulta a Directoria de Produção, em João Pessoa, todas as vezes que se encontrar em dificuldades. (A UNIÃO, 15 mar. 1936, Secção 2, p. 1)

No que concerne aos órgãos de opinião pública, devemos salientar que determinados jornais como o *A União* propagariam a ideia da “vocação agrícola” da Paraíba, por meio de um programa agrícola intenso e certos intelectuais também compartilhariam desse pensamento, como a exemplo de Celso Mariz, intelectual da própria época que afirmava o seguinte: “a base de nossa riqueza, de nossa vida produtiva, comercial e financeira, está no setor agrícola” (MARIZ, 1978, p. 153). O jornal *A União*, que estava a serviço do Estado paraibano, seria um mecanismo pelo qual o governo buscaria um consenso na sociedade paraibana e ingaense no que concerne às medidas adotadas para propiciar o progresso através do algodão, como colocado no trecho da matéria acima, segundo a qual os paraibanos deveriam dar adeus aos processos velhos e seguir o exemplo dos agricultores de Ingá que estariam de acordo com a proposta do governo. E dessa forma os jornais tentariam ajudar na disseminação de ideias que favoreciam determinados setores como se fossem benéficas a toda a população, a fim de tentar formar um consenso na sociedade paraibana daquele período e facilitar a implementação dessas políticas.

A historiadora Martha Falcão Santana (1999) nos aponta que, no processo de construção do “Argemirismo”, os meios de comunicação foram instrumentos importantes de governabilidade para projeção das políticas oficiais. Entre eles se destacavam o jornal oficial do Estado *A União*, o jornal católico *A Imprensa* e a Rádio

Tabajara, criada durante seu governo em 1937. Os “jornais *A União*, *A Imprensa* e *A Voz da Borborema*”²³, que por serem favoráveis ao interventor, serviam apenas para enaltecer a sua imagem, fazendo com que se criasse uma imagem positiva a seu respeito.” (SILVA, 2017, p. 116). O jornal *A União*, por ser o jornal oficial do Estado, foi o que mais se beneficiou na política de Argemiro, recebendo investimentos. Ele recebeu durante o governo de Argemiro melhoramentos que modernizaram sua técnica de composição, impressão e encadernação, “à altura das exigências da vida moderna”, segundo o Departamento de Estatística e Publicidade (DEPPB, 1938). De acordo com as diretrizes de Vargas para os meios de comunicação e propaganda, Argemiro investiu no jornal *A União* e criou o Departamento de Estatística e Publicidade em dezembro de 1937, além de beneficiar o jornal arquidiocesano *A Imprensa* com doações e contratos publicitários (SANTANA, 1999, p. 159). O referido Departamento era responsável pelos serviços de estatística, propaganda e radiodifusão do Estado (DEPPB, 1938). O Departamento de Estatística e Publicidade e o jornal *A União* seriam, portanto, os grandes porta-vozes do governo paraibano, inclusive no que se referia à sua política de modernização agrícola:

[...] A União, muito embora reflecta o pensamento official do governo, não se esquece de seu noticiario honesto e sem subterfugios, concorrendo para a instrucção e o conhecimento do povo com um criterio louvavel e bem orientado.

Quem se der á agradável leitura de um dos numeros da “A União” constatará a evidencia desses commentarios, encontrando, avisos, locais e conselhos dos mais uteis, orientando o agricultor, dando-lhes instrucção das mais beneficas para a grandeza do Estado e a riqueza da terra commum. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 27 ago. 1937, p. 8).

Segundo Gramsci, a hegemonia se caracteriza pela combinação da força e do consenso, conseguindo um equilíbrio entre esses dois pontos, buscando fazer com que a força venha a parecer apoiada no consenso da maioria, expresso pelos órgãos de opinião pública, como os jornais (GRAMSCI, 2007). Neste sentido, a historiadora Martha Falcão Santana (1999, p. 158), em uma leitura gramsciana, avalia que, se entendermos que intelectuais partidários do projeto oficial manipulavam a imprensa paraibana que divulgava a realização das obras do governo e estimulavam a orientação para a adoção

²³ O jornal “Voz da Borborema, semanário, foi fundado e mantido pela família de Argemiro Figueiredo, circulou de 1937 a 1940” (CABRAL FILHO, 2014, p. 189). O citado jornal tinha Acácio Figueiredo como orientador (DEP, 1939, p. 7), o mesmo era irmão de Argemiro de Figueirêdo. Como dito anteriormente, dado o volume de fontes já utilizadas para a elaboração desta dissertação e o pouco tempo hábil para sua conclusão, não foi possível realizar a pesquisa neste periódico.

de práticas pertinentes às diretrizes do governo, poderíamos entender que o grupo que está no poder vale-se de intelectuais para conseguirem o apoio e para orientar ideologicamente as massas em conformidade com sua visão de mundo. Um exemplo disso é o suplemento *Parahyba Rural*, dirigido pelo agrônomo Pimentel Gomes, que começou a circular junto ao jornal *A União* a partir de 1934, sublinhando em seus escritos “as vantagens de novas culturas e de métodos modernos e racionais na produção algodoeira” (SANTANA, 1999, p. 179). Neste suplemento, dava-se preferência para publicação de textos de pesquisadores que fizessem estudos sobre as necessidades dos produtores da Paraíba. Em 1936, por sua vez, ressurgia *A União Agrícola*, conhecido desde 1918:

Ao passo que a *Parahyba Rural* circunscrevia um território, o estado paraibano, no qual os intelectuais, devidamente amparados pelas suas instituições de saber, exerceriam a sua força técnica, *A União Agrícola* ressurgia com o valor de uma tradição, trazendo a identidade do seu periódico para o primeiro plano e reafirmando o compromisso daquele jornal com o empreendimento que deveria modernizar as lavouras. (BURITY, 2017, p. 165).

O suplemento *A União Agrícola* tinha como uma de suas funções, “a divulgação dos métodos agrícolas que se pretendia estender por todo o estado” (BURITY, 2017, p. 166). Mas vale salientar que a modernização que esses suplementos demonstravam não era para todos. Os jornais tinham por função difundir discursos e elementos identificados com o “progresso” para aqueles que seguissem as diretrizes do governo para a agricultura. Mas como afirma a historiadora Waniery Loyvia de Almeida Silva, este progresso, apesar dos discursos pretensamente universais, não estava ao alcance de todos:

Sob a propaganda governamental, que tinha uma secção específica e regular no órgão oficial do Estado, jornal *A União*, intitulada *Parahyba Rural*, as atividades agrícolas procuravam mascarar a situação de penúria e humilhação a que viviam submetidos os trabalhadores do campo, procurando através do discurso modernizador inculcar na mentalidade dos paraibanos que existia harmonia e paz do sertão ao litoral, entre as classes trabalhadoras. Não havendo assim discórdias, magoas ou até mesmo desentendimentos de qualquer tipo. (SILVA, 2017, p. 96)

Porém, não só os jornais locais insistiam nos temas relacionados ao “progresso” na Paraíba: “Os elogios a administração paraibana eram publicados não somente na

imprensa local, mas também nas dos outros estados. A Paraíba através de Argemiro de Figueiredo, consolidava a imagem de um lugar em pleno desenvolvimento e progresso” (SILVA, 2017, p. 122). Esse fato pode ser verificado no *Jornal Pequeno*, jornal de Pernambuco, em matéria do dia 23 de abril de 1936 denominada “Um ‘record’ do governador Argemiro de Figueirêdo”, que diz: “O governador da Parahyba, sr. Argemiro de Figueiredo, em entrevista colectiva concedida à imprensa matutina, bateu o record de publicidade, de uma só vez, pois teve o seu retrato em todos os jornaes” (JORNAL PEQUENO, 23 abr. 1936, p. 4). E também na entrevista publicada no *Jornal Pequeno* em 3 de março de 1938, onde Eudes Barros, “um jornalista de elite”, fala a *O Globo*, jornal do Rio de Janeiro, que tem grande prestígio em todo o país, sobre o governo de Argemiro de Figueirêdo, nos seguintes termos:

A obra realizada pelo snr Argemiro de Figueiredo, no pequenino Estado que elle governo há tres anos, pode-se dizer que é um modelo de totalitarismo estatal, no sentido puramente administrativo.

Emquanto, nas outras unidades da Federação, avulta a iniciativa particular, ou esta se equipara á iniciativa official em intensidade de acção constructora, na Parahyba o governo é que constróe e controla tudo [...] o serviço radiophonico, com uma radio-diffusora das mais apreciadas no Norte; o amparo financeiro e technico aos agricultores, que têm á sua disposição sementes seleccionadas e material agrario modernissimo, além das necessarias instrucções dos agronomos da Directoria da Producção; e empréstimos insignificantes a longo prazo. (JORNAL PEQUENO, 03 mar. 1938, p. 1).

Com notícias nos jornais de todo país demonstrando seu programa de governo em prática, Argemiro de Figueirêdo conseguia consolidar a imagem de sua política como uma das mais grandiosas e efetivas do país. O mesmo usava da propaganda e com ela conseguia que a sua visão de mundo prevalecesse sobre as demais, privilegiando os grupos que estavam vinculados à sua política. E pode-se ver que sua política realmente obtinha sucesso quando observamos afirmações como essa: “A Parahyba, como S. Paulo, é a unidade da Federação que apresenta mais accentuado desenvolvimento das suas atividades agrarias. A Parahyba surprehende” (JORNAL PEQUENO, 18 maio 1938, p. 6). Podemos perceber, então, que através dos intelectuais dos jornais, Argemiro procurava direcionar a opinião pública paraibana para aceitar e seguir sua política agrícola e que por meio dela se conseguiria o progresso.

1.5 Técnicos e ensino agrícola: Argemiro e os profissionais da agricultura

Como vimos anteriormente, a organização do trabalho era algo que deveria ser almejado para que o projeto hegemônico ligado aos setores agrários vingasse, buscando o apoio e adesão do conjunto da população paraibana, dentre os quais os pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas. Podemos ver isso nos jornais que buscavam demonstrar como os agricultores deveriam fazer ou qual exemplo eles deveriam seguir. E para que isso acontecesse, também havia os incentivos governamentais através de intelectuais e profissionais da agricultura. Alguns desses profissionais do ramo agrícola a serviço do governo, isto é, os técnicos agrícolas, levavam seus conhecimentos aos quatro cantos da Paraíba, desde o ensino da maneira considerada por eles a mais correta para o cultivo até a implantação, juntamente com o Estado, de campos de cooperação, experimentação e demonstração. Além disso, posteriormente também iria surgir uma instituição de formação desses profissionais que seria propagandeada como um orgulho não só da Paraíba, mas de todo Nordeste: a Escola de Agronomia do Nordeste, localizada em Areia, na região do Brejo paraibano, cujos profissionais também teriam papel fundamental na política de Argemiro de Figueirêdo.

Mas primeiro falaremos do conhecimento passado através dos campos de demonstração. Afinal, o que eram os campos de demonstração que estavam em profusão na Paraíba desse período? “Os campos de demonstração, os campos de cooperação, as estações de experimentação [...] atendiam ao propósito de produzir e fazer circular sementes, mudas, animais de raça, máquinas” (BURITY, 2017, p. 249). Na Paraíba o campo de demonstração era “uma escola prática de lavoura mecânica na própria casa do fazendeiro. Fazendo-o, o Govêrno dá sementes e assistência técnica, empresta máquinas e vende pelo preço de custo adubos e inseticidas” (DEPPB, 1938). Na Paraíba, de 1935 a 1937 a Diretoria de Fomento fez 520 campos de demonstração, entre eles, 263 eram de algodão (DEPPB, 1938). E havia um decreto que contribuía para a profusão desses campos:

O decreto nº. 863, de 7 de dezembro de 1937, tornou obrigatório ás prefeituras a manutenção de um campo de demonstração e multiplicação de culturas lucrativas não vulgares na região ou de variedades nobres das lavouras já existentes. Para a direção do campo e afim de auxiliar os trabalhos dos campos particulares, a prefeitura é obrigada a ter um técnico-agrícola e posto onde o Estado mantém em estoque sementes, máquinas, inseticidas, adubos, etc. (FIGUEIRÊDO, 1940, p. 42-43).

O *Diario de Pernambuco*, em 7 de novembro de 1936, apontava que os campos paraibanos ofereciam os seguintes benefícios aos agricultores:

- A) Machinas emprestadas pelo tempo que durar o contracto;
- B) Sementes gratuitas;
- C) Tem um semi-technico enquanto fôr preciso para ensinar a trabalhadores locais como o serviço deve ser feito;
- D) Tem assistência tecnica assidua;
- E) Tem inseticidas vendidos a preço de custo quando houver ataque de alguma praga na lavoura;

E todo o producto do campo é do lavrador. Apenas elle tem a obrigação de ceder a semente por um preço previamente estipulado, á Directoria.

O campones que trabalha dois anos com a Directoria fica capacitado a ser um lavrador moderno e, portanto, mais abastado. Aprende ganhando e aprende a ganhar sem esforços inuteis. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 7 nov.1936, p. 3).

Na referida citação, são expostos alguns elementos considerados benéficos à cultura algodoeira na Paraíba, que envolviam as máquinas cedidas, as sementes para distribuição, os técnicos para auxiliar e averiguar o andamento do emprego das normas modernas no tratamento da terra e os inseticidas a preço de custo para proteger as lavouras com grande importância econômica para o Estado. E tudo era apresentado como se o lavrador paraibano tivesse esses elementos à sua disposição se seguisse as orientações do Estado. Percebemos, então, que sugeria-se existir uma estrutura estatal bem alicerçada para o agricultor paraibano. Caso o mesmo não optasse em seguir tais normas, ficaria às margens da economia agrícola do estado. Além disso, podemos constatar que aderir aos campos de demonstração dava aos agricultores benefícios significativos. Com máquinas, campos e técnicos, o governo conseguiu ter certo controle da agricultura do estado e ainda imbuía mudanças na mentalidade agrícola paraibana, segundo a qual o lavrador arcaico deveria se transformar em lavrador moderno. Assim, os campos de demonstração foram um dos grandes instrumentos de propagação da ideologia do governo e de certo modo, eles atendiam aos interesses dos agricultores. Vale salientar que o funcionamento desses campos de demonstração se dava da seguinte forma, segundo o DEE:

O Estado emprésta as máquinas, dá sementes, fiscaliza e controla os trabalhos. O auxiliar de campo do município ou o sub-capataz da Diretoria de Fomento ensina aos operários do dono do campo como os trabalhos devem ser feitos.

E isto se faz durante dois anos. No terceiro o lavrador já pode dispensar o auxílio do Estado e adquirir as suas máquinas, pois já tem trabalhadores práticos, êle mesmo conhece o valôr da lavoura racional e já possui a semente de que necessita. (DEE, 1940, p. 64).

Tomando por exemplo Ingá, onde em seu campo experimental testavam-se as variedades e a melhor época de plantio de algodão, podemos perceber que os estudos realizados nesses campos resultavam em aumento da produtividade, o que facilitava a propagação desses projetos. Portanto, esses tipos de políticas públicas eram vistas com bons olhos pelos paraibanos e muitos municípios as seguiam como veremos no quadro 5 a seguir:

QUADRO 5: CAMPOS EXPERIMENTAIS DE ALGODÃO - ANO DE 1935			
PROPRIETÁRIOS	PROPRIEDADES	MUNICÍPIOS	ha
AMÉRICO TITO	PRIMAVERA	INGÁ	40
FRANCISCO M. BACALHAO	BACAMARTI	INGÁ	25
FRANCISCO M. BACALHAO	TAMBOR	INGÁ	10
JOSÉ M. BACALHAO	AMARGOSA	INGÁ	10
EUCLYDES M. BACALHAO	VÁRZEA NOVA	INGÁ	20
JOÃO ALVES TRIGUEIRO	CAMALEÃO	INGÁ	10
JOÃO ALVES TRIGUEIRO	SÃO JOÃO	INGÁ	10
MANUEL LIMA	CALABOÇO	ARARUNA	20
CARLOS ESPINOLA	SAPUCAIA	GUARABIRA	10
ABDON MIRANDA	VÁRZEA	GUARABIRA	20
AFRISIO F. BALTHAR	MUNGUENGUE	PEDRAS DE FOGO	15
ODILON AMORIM	SANTA CLARA	MAMANGUAPE	30
LOURENÇO P. MARQUES	JUREMA	SOUZA	09
DR. ABELARDO DE O. LOBO	BELLA VISTA	PIANCÓ	20
JOCELIN VELLOSO BORGES	PIRAUÁ	PILAR	50
ADAUCTO GOMES DE ARAÚJO	JUCURY	PILAR	12
OCTAVIO RIBEIRO COUTINHO	CHAVES	PILAR	100
PORPHIRIA M. CAMPOS	LIGEIRO	C. GRANDE	37
JOSÉ ADELINO DE MELLO	MASSAPÊ	C. GRANDE	10
JOSIAS AMORIM	SANTA CÂNDIDA	C. GRANDE	18
ANTÔNIO RODRIGUES	VÁRZEA DO ARROZ	C. GRANDE	15
PEDRO VIANNA DA COSTA	COITÉ	PICUHY	08
TERTULIANO V. DOS SANTOS	JABOTÁ	PICUHY	06
BASÍLIO MAGNO DA COSTA	COITÉ	PICUHY	05
DR. PEDRO CORDEIRO	CAUÃ	PICUHY	05
DANIEL CUNHA	SANTANNA	SERRARIA	04
FRANCISCO R. C. LIMA	P. DE CIMA	SERRARIA	04
RAUL NOBREGA	GURINHENZINHO	AL. GRANDE	10
SEVERINO T. DE BRITO	QUEIMADAS	AREIA	40
GENÉSIO DE ALMEIDA	PACATU	AREIA	10
JUVENAL ESPÍNOLA FILHO	JUSSARA	AREIA	06

EUSTHÁCHIO C. MESQUITA	MACAHYBA	AREIA	04
PIO CAVALCANTI DE MELLO	NOVA VISTA	BANANEIRAS	04
JOAQUIM VIRGOLINO	ESPERANÇA	ESPERANÇA	01
DR. ANTÔNIO MEIRELLES	SÃO SALVADOR	SAPÉ	24
DR. JOSÉ MEIRELLES	CUITÉ	SAPÉ	25
DEPUTADO AMÉRICO MAIA	CONCEIÇÃO	CATOLÉ DO ROCHA	17
TOTAL			675

Fonte: Quadro feito a partir da “SUMMULA DOS TRABALHOS DA DIRECTORIA DE PRODUÇÃO NO ANO DE 1935”, In: ANUARIO DA PARAHYBA, 1936, João Pessoa: Imprensa Official, 1936, pp. 26-27 *apud* SANTANA, 1999, p. 177-178.

O quadro 5 acima demonstra a profusão desses campos no estado como método aceito pelos agricultores dos municípios. E nos jornais esses campos também estavam em evidência, como quando uma matéria do jornal *A União* de 25 de janeiro de 1940 falava sobre a existência e a quantidade desses campos em determinados municípios paraibanos. A partir de 1935 foram instalados 46 campos de cooperação de algodão nos municípios de Pilar, Guarabira, Araruna, Pedras de Fogo, Santa Rita, Itabaiana, Ingá, Esperança, São João do Cariri, Alagoa do Monteiro, Santa Luzia, Pombal, Souza, Cajazeiras e Antenor Navarro, correspondentes a uma área de 835 hectares, dos quais 637 hectares com 37 campos cultivados com algodão Texas 7104, enquanto 198 hectares eram ocupados com 9 campos de algodão mocó²⁴, produzindo 190.960 quilos de sementes. E apesar da má distribuição de chuvas em 1938, em 1939 o número de campos de cooperação foi elevado para 66, correspondendo a uma área de 2.315 hectares nos municípios de Araruna, Alagoa Grande, Campina Grande, Guarabira, Itabaiana, Ingá, Pilar, Sapé, Mamanguape, Cabaceiras, Joazeiro, Pombal, Patos, Santa Luzia, São João do Cariri, Taperoá e Cajazeiras. Desses 66 campos, o algodão mocó era cultivado em 41, distribuídos em 7 municípios e correspondendo a uma área de 1.198 hectares; a variedade H-105²⁵ era cultivada em 23 campos em 9 municípios, correspondendo a uma área de 1.011 hectares da variedade H-105; e a variedade Verdão em 2, correspondendo a uma área de 104 hectares no município de Cajazeiras. No total, foi estimada a produção de mais de 200 toneladas de sementes. E para explanar de maneira mais específica, podemos ver os números e a distribuição dos tipos de campos na tabela seguinte:

²⁴ Algodão arbóreo de fibra longa e fina. O mesmo também possui resistência a longos períodos de estiagem, além de ter um ciclo vegetativo de vários anos, gerando assim um custo de produção barato (DEE, 1940, p. 78).

²⁵ Os algodões do tipo Texas e H-105 resultavam em fibras mais uniformes e de melhor comprimento, os mesmos foram implantados para substituírem as velhas castas de algodões herbáceos (DEE, 1940, p. 66).

QUADRO 6: NÚMERO DE CAMPOS DE DEMONSTRAÇÃO						
CULTURAS	Campos feitos em 1935, 1936 e 1937	Hectares plantados nos três anos	Campos em 1938	Hectares em 1938	Campos em 1939	Hectares em 1939
Algodão	263	2.982	131	1.517	254	3.017,5
Cana de açúcar	139	2.011	22	164	20	242
Arroz	18	121	2	51	6	56,5
Batatinha	28	45	1	2	1	1
Mandioca	13	32	1	2	3	18
Mamona	19	62	14	25	7	15
Feijão	17	31	1	2	8	43
Fumo	17	98	2	8	1	1
Cebola	3	1,5	2	1,5	5	6,5
Milho	2	2,5	2	2	21	93
Soja	1	1	—	—	1	10
Amendoim	—	—	—	—	—	—
Culturas diversas	—	—	—	—	35	214
Sorgo	—	—	—	—	1	2
Agave	—	—	—	—	3	14
Totais	520	5.377	177	1.774,5	366	3.730,5

Fonte: DEE, 1940, p. 64.

O Quadro 6 acima demonstra a vasta proeminência do algodão no campo paraibano e nele também podemos identificar mais uma vez o quanto a política agrícola paraibana contribuía para a economia algodoeira, posto que o maior número de campos feitos e hectares plantados tinham no algodão a sua liderança de implantação. No tocante aos campos de demonstração, de acordo com o exposto até o momento, podemos perceber que os mesmos tinham uma proposta clara: trazer ao agricultor a segurança de possuir sementes de qualidade para que o resultado no final da safra fosse gratificante. A única exigência era seguir as regras da Diretoria de Fomento, isto é, da política para a lavoura do Estado. Sendo uma política agrícola que incrementou o volume da produtividade na Paraíba, os campos de demonstração se espalharam rapidamente por vários municípios como veremos nas fotos a seguir:



Figura 8: Cultivo de um campo de demonstração de algodão Texas em Sapé, trabalhado pela Diretoria de Fomento
Fonte: DEPPB (1938)



Figura 9: Um campo de demonstração de algodão Express em Alagoa Grande, trabalhado pela Diretoria de Fomento.
Fonte: DEPPB (1938)



Figura 10: Trabalho de genética do algodão (autofecundação) em campo experimental em Pilar
Fonte: DEPPB (1938)



Figura 11: Algodão herbáceo 105 em campo experimental em Pilar, trabalhado pela Diretoria de Fomento.

Fonte: DEPPB (1938)

Nessas fotografias podemos observar lavouras perfeitas, sendo tratadas com métodos modernos de cultivo, produzindo os tipos de algodão que resultavam em fibras mais uniformes e de melhor comprimento, como o Texas e o herbáceo 105, e também podemos verificar o acompanhamento científico, quando há o desenvolvimento de técnica que envolve a genética do algodão (autofecundação). Nota-se a disposição geométrica do cultivo e a inexistência de outras espécies em meio ao plantio do algodão, como acontecia nos métodos das roças consideradas arcaicas. A política de modernização do cultivo de algodão desenvolvida pelo Estado foi fecunda, pois “instalou, nas várias regiões, campos de demonstração e multiplicação de sementes, distribuindo-as aos agricultores, nas zonas adequadas, depois de expurgá-las, rigorosamente, quanto ao poder germinativo” (ARAÚJO, 2000, p. 56). E para que esses campos se fecundassem pela Paraíba de forma correta e o algodão mantivesse sua qualidade, o governo investia em técnicos agrícolas.

No início de seu governo, Argemiro de Figueirêdo encontrou apenas um agrônomo cumprindo funções para o Estado. Diante disso, resolveu contratar vários técnicos do Sul, atraídos por altos salários, pois alguns recebiam mais que o próprio governador (ARAÚJO, 2000, p. 57). Além de contratar esses técnicos para trabalharem para o Estado em todo seu território, Argemiro também usou de uma política de formação de semi-técnicos na própria Paraíba. Já em 1935 podemos observar, em matéria de 12 de julho de 1935 do *Diário de Pernambuco*, que o governo paraibano “Recommenda também o governo a formação de semi-technicos para o serviço agrícola,

os quaes deverão ser preparados pela Directoria de Producção e servir como capatazes não só na capital como em varias outras cidades do interior” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 12 jul. 1935, p. 2). Essa formação de semi-técnicos seria o ponto de partida para o caráter de formação de profissionais agrônomos, visto que o governo paraibano atribuía à educação do campo o controle da economia da lavoura paraibana. Já em 1938, na Paraíba, podíamos observar o seguinte número de agrônomos, técnicos e capatazes:

QUADRO 7: NÚMERO DE TÉCNICOS DA DIRETORIA DE PRODUÇÃO			
ANOS	AGRÔNOMOS DA DIRETORIA DE PRODUÇÃO	TÉCNICOS	CAPATAZES
Administração anterior 1934	1	-	1
Administração atual 1938	15	41	8

Fonte: FIGUEIRÊDO, 1940, p. 37.

O número de profissionais agrícolas aumentou consideravelmente, como podemos observar no Quadro 7, acima. E com esse maior número, a atuação destes profissionais junto ao Estado paraibano tornava-se cada vez mais influente nas práticas dos agricultores. O governo paraibano começava a dispor, portanto, de um complexo conjunto de ferramentas para auxiliar seu agricultor: “máquinas emprestadas pelo tempo que durar o contrato de cooperação; semente gratuita; técnico agrícola para ensinar o serviço recional aos trabalhadores; assistencia técnica permanente; inseticidas, fungicidas e adubos ao preço de custo” (DEPPB, 1938, p. I). O técnico ou o agrônomo nesse período da história paraibana seria o grande intelectual das massas dos trabalhadores do campo, mas, como foi dito, por mais que muitos paraibanos recebessem os técnicos com bons olhos, eles estavam sintonizados com as prioridades estabelecidas pela política agrícola do Estado, que visava o controle da qualidade do produto para elevar a sua economia e promover desenvolvimento e progresso ao conjunto da população a partir da modernização da agricultura, especialmente do algodão, produto destinado à indústria têxtil. Quem não seguisse essas regras, seria prejudicado durante seu cultivo, pois sofreria concorrência desses campos auxiliados, da Paraíba e de outros lugares do Brasil e do mundo, que tendiam a aumentar a produtividade e diminuir os preços no mercado. Mas fica a questão que não se encerra neste trabalho: será que os técnicos serviam a todos os agricultores paraibanos, desde o

mais pobre ao mais rico? Caso isso não acontecesse, a economia algodoeira por mais que nesse período fosse vista como uma economia de promoção do “progresso para todos”, só estaria servindo para enriquecer os grandes proprietários das fazendas algodoeiras e/ou as empresas estrangeiras de beneficiamento de algodão? Após essa reflexão, deixo como metáfora a foto de um agrônomo ensinando e os lavradores atentos aos seus ensinamentos técnicos; e, em um segundo momento, ricos proprietários de algodão bem vestidos sorrindo para foto, enquanto o trabalhador ara a terra para cultivo de algodão com as máquinas que possivelmente pertencem ou foram adquiridas do Estado:



Figura 12: Agrônomo ensinando lavoura racional em Piancó.

Fonte: DEPPB (1938)



Figura 13: Arando em campo de algodão fibra longa em Patos.

Fonte: DEPPB (1938)

Outro meio de efetivação do governo para a sua política da lavoura foi o seu plano de distribuição de inseticidas. Para combater as pragas da lavoura, principalmente o curuquerê que atacava frequentemente as lavouras de algodão do estado, o governo vendeu milhares de quilos de inseticidas pelo preço de custo e distribuiu aos pobres gratuitamente arseniato de chumbo (DEPPB, 1938). A distribuição do arseniato servia “para generalizar o conhecimento e uso do remédio contra a lagarta da folha ou curuquerê” (MARIZ, 1978, p. 112). E em meados de 1940, o DEE, contabilizava que nos “5 últimos anos o Govêrno Argemiro de Figueirêdo, auxiliando a pobrêsa a debelar terriveis surto de curuquerê [...] distribuiu gratuitamente 17.000 quilos de arseniato de chumbo, em um valôr de 68 contos de réis, emprestando ainda os pulverizadores” (DEE, 1940, p. 65). Na fotografia abaixo, vê-se um aspecto da pulverização de arseniato de chumbo nos campos de Guarabira, realizada com instrumentos individuais:



Figura 14: Campo de Cooperação “Violêta” em Guarabira do S. de P. Texteis, onde estava acontecendo à pulverização de arseniato de chumbo para eliminar um surto de curuquerê.

Fonte: DEPPB (1938).

Para tal efetivação, vale salientar que o governo manteve postos de venda de inseticidas vendidos abaixo do preço de custo em todos os municípios do estado (DEE, 1940, p. 65). Distribuindo a preço de custo e gratuitamente para os agricultores mais pobres, o governo salvava sua principal economia, a economia algodoeira, além de ganhar as graças das grandes massas do campo através desses auxílios “sem interesse”. Caso a economia passasse a sofrer grandes perdas através dessas pragas, Argemiro de Figueirêdo perderia grande parte de seu plano de governo, pois a modernização

agrícola, sobretudo do cultivo do algodão, era a principal atividade econômica e fonte de receitas do Estado. Sem seu cultivo, não haveria produtos para vender para as empresas de processamento do algodão e elas se retirariam da Paraíba, estagnando a “emulação salutar” da produção paraibana enquanto o grupo algodoeiro que detinha grande influência no Estado perderia sua força econômica. Então esse combate às pragas do algodão era condição essencial para o desenvolvimento econômico, político e social da Paraíba, conforme as definições estratégicas do governo.

Outra forma de efetivação do plano político de Argemiro de Figueirêdo foi a distribuição de sementes, algumas produzidas nos próprios campos do Estado, como já vimos anteriormente. Havia toda uma variedade de sementes distribuídas pelo Estado desde arroz, feijão, mandioca até o grande produto econômico do estado, o algodão. Aproximadamente entre 1935 a 1937 “distribuíram-se gratuitamente 290.100 quilos de sementes de algodão” (DEPPB, 1938), grande quantidade de sementes que iriam para a casa dos agricultores depois de expurgadas²⁶. Havia essa distribuição, porque como apontou à época o DEE (1940, p. 65), “A semente que existia na Paraíba não prestava, em regra. A de algodão, especialmente do tipo mata, dava produto ruim que nos desacreditava nos mercados externos. Fibra curtíssima e irregular. Hibridação continua.”. Vendendo pela metade do preço de custo e distribuindo aos pobres gratuitamente sementes de tipos considerados de boa qualidade e já expurgadas, substituindo o tradicional tipo “mata”, o governo da Paraíba pretendia disseminar a produção de tipos de algodão portadores de fibras mais rentáveis no mercado nacional e internacional, o que viria a identificar a Paraíba, como um todo, como uma região produtora de algodão de fibras fortes e longas. E o próprio Argemiro de Figueirêdo (1940, p. 38) demonstra os referidos números de distribuição promovida por seu governo: “Nos cinco anos do meu governo já foram vendidas nessas condições mais de um milhão e duzentos mil quilos de boas sementes de algodão e no mesmo lapso de tempo a distribuição inteiramente gratuita atinge trezentos e cinquenta e três mil quilos.”. A seguir veremos fotos de um Posto de Expurgo com as sementes expurgadas ensacadas prontas para serem levadas para outras localidades para garantir a qualidade do algodão paraibano:

²⁶ O expurgo servia para que as sementes não se tornassem veículo de insetos nocivos ou de fungos que prejudicariam a lavoura (DEE, 1940, p. 69).



Figura 15: Posto de Expurgo de Sementes de Barreiras, concluído pelo governo de Argemiro em Santa Rita.

Fonte: DEPPB (1938)



Figura 16: Algodão expurgado e examinado no Posto de Expurgo de Barreiras em Santa Rita.

Fonte: DEPPB (1938)

E após todo esse percurso sobre os campos de demonstração, os primeiros técnicos agrícolas, a distribuição de sementes e os postos de expurgo, chegamos à grande obra de expansão da formação de profissionais agrícolas do governo de Argemiro, a Escola de Agronomia do Nordeste, localizada em Areia. Mesmo não sendo idealizada em seu governo, esta instituição serviu tanto aos ideais do governo Argemiro para a Paraíba que parecia ter sido idealizada pelo mesmo. Ela foi uma das grandes ferramentas da modernização agrícola da Paraíba da década de 1930, sendo uma instituição que criava profissionais e intelectuais para coordenar as massas do campo e

as formas de cultivo dos produtos agrícolas paraibanos de acordo com as exigências do Estado. Abaixo, segue uma fotografia da Escola de Agronomia, que dá ideia da ampla dimensão física daquela unidade escolar.



Figura 17: Escola de Agronomia do Nordeste em Areia.
Fonte: DEPPB (1938)

No início de seu governo, Argemiro de Figueirêdo procurou concluir as obras da administração anterior, como a Escola de Agronomia do Nordeste em Areia (DEPPB, 1938). Sendo obra do interventor Gratuliano Brito, Argemiro terminou sua edificação que tinha “sido iniciada em 1934 e estava paralisada. Equipou e favoreceu o seu funcionamento. A Paraíba precisava de agrônomos e técnicos” (ARAÚJO, 2000, p. 62) e esse era o objetivo de Argemiro, ter seus próprios técnicos e agrônomos a serviço do Estado e formados pelo próprio ato benéfico do Estado que havia terminado a Escola de Agronomia do Nordeste. Sobre a inauguração dessa Escola, uma matéria do *Diário de Pernambuco* afirmou:

Será um acontecimento do maior relevo para o nosso Estado, que vae, assim, ser dotado de um estabelecimento de ensino superior à altura das necessidades do Nordeste, devendo comparecer as altas autoridades do Estado e da Republica, cavalheiros e famílias de nossa sociedade e a imprensa contrerranea. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 10 abr. 1936, p. 2).

Nas palavras do governo, seria, portanto, uma instituição que iria favorecer todo o Nordeste. A imprensa, tanto paraibana como dos estados vizinhos, fez matérias

exaltando a chegada dessa instituição de ensino. Inaugurada em 20 de março de 1936, sob direção a início do dr. Carvalho Araujo, essa Escola paraibana tinha por finalidade “a maior difusão possível da formação do homem, do ensino e da pratica agricola racional, afim de que a REFORMA da AGRICULTURA NORDESTINA se processe o mais rapido possivel.” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 7 nov. 1936, Secção 3, p. 1).

Buscando reformar a agricultura regional, essa escola dispunha de vários cursos e formas de ensino, dentre os quais se destacam: o curso elementar, o curso médio, o curso superior²⁷, o curso de especialização, a semana dos fazendeiros, o mês feminino, o bureau de informações agrícolas, o ensino ambulante e pesquisas agrônômicas em geral. Cada um desses cursos tinha uma finalidade específica e direcionada a um grupo determinado da sociedade paraibana. O curso elementar, por exemplo, era destinado aos filhos dos lavradores que desejassem adquirir conhecimento sobre agricultura mecânica e noções de agronomia, tendo duração de apenas um ano. O curso médio tinha por objetivo a formação de técnicos agrícolas e tinha duração de dois anos. O curso superior tinha por objetivo a formação de “engenheiros-agrônomo” com duração de quatro anos. E o de especialização era direcionado aos engenheiros-agrônomo que desejassem se aperfeiçoar em uma especialidade agrícola tendo duração de dois anos. E todos esses cursos tinham uma finalidade em comum: formar profissionais agrícolas para o estado paraibano. O “mês feminino” seria organizado anualmente na escola no mês de janeiro para que as fazendeiras e suas filhas não se deslocassem para as capitais na procura de “distrações”. Nesse período a escola ministrava cursos de avicultura, jardinocultura, horticultura, apicultura, puericultura, enfermagem, arranjos domésticos, economia dirigida, arte culinária, higiene e etc. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 7 nov. 1936, Secção 3, p. 1). Ademais, cabe destaque a um dos cursos, chamado de “Semana dos Fazendeiros”:

A ESCOLA realizará annualmente na segunda quinzena de julho, a SEMANA DOS FAZENDEIROS durante a referida semana serão ministradas aos srs. FAZENDEIROS, pelos professores da ESCOLA e por technicos especialmente convidados, aulas praticas sobre todas as actividades agrícolas.

A SEMANA DOS FAZENDEIROS tem por finalidade o FOMENTO AGRICOLA; assim sendo, os srs. FAZENDEIROS ficarão hospedados no Internato da ESCOLA e completamente livres de quaesquer gastos.

²⁷ Cada curso formava um tipo de profissional: o superior formava agrônomo; o médio formava técnico-agrícolas; e o elementar formava os “capatazes rurais” (FIGUEIRÊDO, 1940, p. 40).

Além das aulas práticas, os srs. FAZENDEIROS terão oportunidade de ver o que a AGRICULTURA RACIONAL póde produzir, e como deverão applicar taes processos em suas propriedades. Os srs. FAZENDEIROS terão oportunidade ainda de adquirir sementes puras e seleccionads, bem como reproductores de pedigree. Serão realizados á noite ligeiras palestras sobre assumptos sociaes. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 7 nov. 1936, Secção 3, p. 1).

Com um curso direcionado aos fazendeiros, Argemiro de Figueirêdo conseguiu transformar os filhos fazendeiros das velhas oligarquias em profissionais agrícolas que aceitariam as mudanças modernas que o Estado estava a pensar para a agricultura e consequentemente a economia algodoeira. Neste processo, Argemiro conseguia incentivar o abandono dos processos arcaicos de agricultura de forma indireta, estabelecendo nesses fazendeiros os ideais modernos para agricultura através da Escola de Agronomia do Nordeste, transformando os fazendeiros em líderes dos “lavradores modernos” que estavam a surgir no estado. A Escola de Agronomia tornava-se, assim, um grande instrumento de propagação da aceitação dos métodos modernos para agricultura, que tanto pode ser propagado por seus cursos e por outros meios, como publicações de artigos e suplementos em jornais de grande circulação no estado.

Outro serviço prestado pela escola, o “bureau de informações agrícolas”, tinha por fim tirar dúvidas dos agricultores por meio de cartas. Os agricultores deveriam mandar cartas para o diretor da Escola e o mesmo as responderia com as informações desejadas. Já as pesquisas agronômicas seriam feitas em laboratórios e nos campos de demonstração espalhados por todo estado. E o ensino ambulante funcionava a partir da criação de um requerimento por parte do agricultor pedindo ajuda ao diretor da Escola que enviaria um técnico para o destino requisitado. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 7 nov. 1936, Secção 3, p. 1). Ademais, havia uma modalidade de ensino, o curso de férias, que tinha como objetivo atingir os professores, e, em extensão, os alunos das escolas primárias: “Houve, aí [na Escola], em 1939, um curso de férias para professores primários o que vai permitir, desde êste ano, que se leve até á escola primária e em todos os recantos da Paraíba, o ensino dos métodos de lavoura mais modernos” (FIGUEIRÊDO, 1940, p. 40). Por isso, como afirmado anteriormente, essas formas de ensino corroboravam para a efetivação do programa do governo, incentivando a modernização dos métodos agrícolas do estado.

Em 1938, Pimentel Gomes tornou-se diretor da Escola de Agronomia do Nordeste (BURITY, 2017, p. 164). Agrônomo formado e, como vimos anteriormente, influente intelectual dos periódicos paraibanos, à frente do suplemento *Parahyba Rural* do jornal *A União*, Pimentel Gomes seria um grande líder do projeto de Argemiro de Figueirêdo para a Escola de Agronomia. Em matéria do *Diario de Pernambuco*, nota-se a importância conferida à escola, ao reunir na residência de seu diretor autoridades e outros convidados para o banquete da solenidade de formatura da segunda turma de técnicos agrícolas da escola:

Às 19 horas, na residencia do sr. Pimentel Gomes, diretor da Escola, teve lugar o banquete, nelle tomando parte o sr. Lauro Montenegro, secretario da Agricultura e representante do sr. Interventor federal; o coronel Oscar Apocalypse, chefe da 15ª Junta de Recrutamento; o tenente Gurgel do Amaral, representante do commandante Magalhães Barata; professores da escola, o prefeito [de Areia] Cunha Lima, jornalistas e outros convidados. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 17 nov. 1938, p. 3).

Com o secretário da Agricultura da interventoria, um coronel, um tenente, professores, o prefeito de Areia e jornalistas, Pimentel trazia ao seu banquete representantes de quase todas as classes paraibanas. Só faltavam na mesa as cadeiras para os trabalhadores do campo, que pareciam estar cada vez mais distantes dessa intelectualidade agrícola. E ainda nessa matéria há a fala de Lauro Montenegro, que aponta a finalidade desses novos técnicos para o programa paraibano:

Disse que iam ter, com a nova politica agraria pretendida pelo interventor Argemiro de Figueiredo, para 1939, responsabilidades de grande monta, visto como indo prestar assistencia aos lavradores ou trabalhador em campos de cooperação, precisavam demonstrar a eficiencia de cultura mecanica para que não constituísse ella um fracasso aos que iam experimental-a em substituição aos methodos rotineiros. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 17 nov. 1938, p. 3).

Com essa fala, fica claro o objetivo tanto da Escola de Agronomia do Nordeste como dos técnicos que estavam a surgir. A escola deveria formar técnicos para a política agrária de Argemiro de Figueirêdo e os técnicos deveriam servir a essa política prestando assistência aos lavradores e principalmente nos campos de cooperação, como vimos anteriormente, além de incentivar a cultura mecânica para que os agricultores abandonassem os métodos arcaicos e trabalhassem de acordo com os novos métodos

implantados pelo Estado paraibano. Então a escola formava profissionais e técnicos de acordo com a orientação da política agrária do Estado paraibano.

A escolha desses profissionais para trabalharem para o Estado era realizada algumas vezes por meio de concursos, a exemplo do concurso de títulos para inspetores agrícolas do Estado da Paraíba, realizado pela Diretoria de Fomento da Produção e noticiado no *Diario de Pernambuco* em 15 de dezembro de 1938. Com banca julgadora presidida pelo dr. João Henriques e também composta pelos drs. Raymundo Pimentel Gomes e Carlos Bello Filho, foram escolhidos os inspetores que trabalhariam para o Estado. Mas um item chama atenção nesse concurso. Um dos itens que constituíam pontos de títulos para o concurso era as “portarias de elogio”, o que já abria uma brecha para que determinados candidatos fossem escolhidos, como os candidatos que estudaram na Escola de Agronomia do Nordeste através da indicação de Pimentel Gomes, diretor da escola que compunha a seleção ou algum outro candidato apontado pelas instâncias estatais, favorecendo assim pessoas que comungassem do programa agrícola da Paraíba.

A relação governo e Escola de Agronomia do Nordeste pode ser observada também em matéria intitulada “A Escola de Agronomia do Nordeste no atual Governo”, publicada no jornal *A União* em 25 de janeiro de 1940. Esta matéria trata sobre os 4 anos de atuação dessa escola no estado paraibano. Nela se fala de suas mudanças estruturais que faziam com que ficasse “cada vez mais apta a bem servir o Brasil”, mas também fala das incumbências que o governo empregou a escola, quando diz:

E um ato do Govêrno do estado passando para a Escola os trabalhos experimentais de drenagem e irrigação, veio alargar de muito a ação dirêta da Escola, que hoje se espalha por todos os recantos da Paraíba. Drena os vales litoraneos, transformando pantanos turfosos e miasmáticos em regiões salubres e de cultura intensa; irriga cana e arroz no litoral, no bréjo, na caatinga, no cariri e no sertão; faz trabalhos experimentais no litoral, na caatinga, no bréjo e no cariri. Dá-se, assim, uma feição inteiramente nova á Escola adotando-se processos póstos em voga em vários países cultos e com excelentes resultados. Havendo na Escola um conjunto de técnicos e de laboratórios é justo que êle constitua o Instituto Agronômico de que tanto necessita a Paraíba para dar um caráter mais científico e por isto mesmo mais seguro à sua economia. (A UNIÃO, 25 jan. 1940, Secção 4, p. 1)

Além de mostrar que a Escola estava a serviço do Estado e de sua economia, essa matéria também nos fala da atuação da escola referente ao algodão, uma vez que a

escola fazia experimentos no município de Pilar, onde buscava-se um algodão com bom rendimento cultural, resistência a estiagem, resistências às pragas e às moléstias e que fornecesse uma fibra longa. E a Escola, segundo a matéria, estava obtendo bons resultados desses experimentos, além dos campos de seleção de algodão mocó em Areia que também buscavam fibras longas uniformes e variedades mais produtivas (A UNIÃO, 25 jan. 1940, Secção 4, p. 1).

Também há de se afirmar que, para fomentar de maneira mais eficiente a política agrária do Estado e o que estava sendo estudado e trabalhado na escola, os profissionais da agricultura formados pela Escola e que estavam em atividade na Paraíba usavam dos órgãos de opinião pública como os jornais e o rádio. Esses intelectuais tomaram espaço nos jornais, demonstrando as atividades da escola que iriam ajudar na agricultura do estado e também apontavam como os agricultores deveriam desenvolver suas culturas. Como Luiz Burity afirma:

[...] parte significativa das publicações do suplemento agrícola do jornal *A União* passou a incorporar não só a propaganda da Escola de Agronomia do Nordeste, informando dos cursos que ela oferecia e dos discentes que recebia dos outros estados, como também notas divulgando do cotidiano dos seus laboratórios e daquilo que estava sendo produzido em prol da melhoria econômica do estado. Também os artigos que falavam das culturas que eram desenvolvidas, ou que deveriam ser desenvolvidas, nas lavouras paraibanas, os quais quase sempre figuravam a maior parte das publicações do referido impresso, costumavam levar consigo a assinatura dos docentes daquela escola. (BURITY, 2017, p. 168).

E para demonstrar de maneira mais concreta, trarei neste momento do trabalho exemplos de como era a difusão das práticas a serem seguidas pelos agricultores a partir das falas desses intelectuais nos jornais, tanto os da Escola de Agronomia do Nordeste como os da Diretoria de Fomento da Produção. Visto que, como assinala o DEE (1940, p. 58), “O Fomento agrícola na Paraíba está entregue á Diretoria de Fomento da Produção e á Escola de Agronomia do Nordéste”. Portanto essas duas repartições seriam as grandes porta-vozes da mentalidade agrícola oficial no estado paraibano, fomentando através de suas indicações as transformações que o Estado queria realizar na lavoura.

Em artigo intitulado “Renovemos os plantios de algodão mocó”, publicado no jornal *A União* de 11 de fevereiro de 1940, o Diretor de Fomento da Produção, João

Henriques da Silva, fala aos paraibanos sobre o cultivo racional do algodoeiro mocó e passa instruções que estão estritamente ligadas às práticas agrícolas que estão em vigor pelo Estado paraibano:

Os algodoais muito velhos são mais exigentes, requerem mais cuidados e despêsas que os novos e prozem muito menos. Não ha, portanto, nenhuma conveniência em conservá-los, especialmente agora que o uso de máquinas assegura a fundação de outros, com a vantagem ainda da criação de um algodoal uniforme, visto que ha abundancia de sementes melhoradas distribuídas pela Secretaria da Agricultura por todos os municípios do Estado.

Substituam os lavradores os seus velhos e falhados algodoais. Antes, porém, revolvam as suas terras e adquiram sementes selecionadas nos postos de distribuição que o Govêrno mantém no interior.

Assim obterão notavel aumento da produção, que tanto contribuirá para a prosperidade do lavrador como para robustecer a riqueza do Estado. (A UNIÃO AGRÍCOLA, 11 fev. 1940, Secção 2, p. 2).

As diretrizes que eram apontadas pelos jornais, sempre eram apoiadas no que vinha sendo aplicado pelo governo para a agricultura. Desde o início do governo Argemiro vemos essa tentativa contínua que é apontada nessa matéria. A tentativa de propagar que devem ser abandonados os processos velhos de cultivo, usar das máquinas e das sementes selecionadas distribuídas pelo governo, sempre impondo a visão de mundo que para gerar riqueza para si e para o estado, o paraibano deveria seguir esses métodos. E muitos seguiam essas diretrizes como podemos observar na foto a seguir de uma lavoura irrigada de acordo com a técnica da Diretoria de Fomento. Irrigação de lavoura que também era uma das funções da Escola de Agronomia que o Estado tinha incumbido para a mesma realizar por toda a Paraíba:



Figura 18: Lavoura irrigada e trabalhada de acordo com a técnica da Diretoria de Fomento em Catolé do Rocha.

Fonte: DEPPB (1938)

No jornal *A União* de 16 de fevereiro de 1940 lê-se que o professor de genética da Escola de Agronomia do Nordeste e chefe do Serviço Experimental do Estado, dr. Carlos V. Faria, foi entrevistado para a matéria “As novas diretrizes da genética do algodão”. Ele fala sobre a sua viagem de estudos para São Paulo, onde ele observou os modernos métodos que estavam sendo empregados para a lavoura racional do algodão naquele estado e afirmou o seguinte: “Na constante luta pela colocação das matérias primas, mui especialmente o algodão, — disse-nos s. s., — a ciencia agrônâmica fez recentes pesquisas de grande alcance para a indústria algodoeira” (*A UNIÃO*, 16 fev. 1940, p. 1). Como na maioria das matérias escritas por esses intelectuais, Carlos V. Faria dedica uma parte de sua fala para exaltar o programa para a lavoura do governo paraibano:

— Os técnicos paulistas, conhecedores da ecologia nordestina, expressaram a sua admiração pela tenacidade com que o agricultor paraibano tem mantido o bom nível da safra de algodão, em face da irregularidade pluviométrica dos últimos anos agrícolas.

Merece também especial louvor dos agrônomos de S. Paulo a ação do Governo paraibano prestando assistência gratuita aos agricultores pobres com sementes e inseticidas, pois não raro são necessários quatro plantios. (*A UNIÃO*, 16 fev. 1940, p. 5).

Exaltar as políticas agrícolas do governo paraibano parecia ser uma característica desses intelectuais vinculados a estes projetos de direcionamento de práticas agrícolas para as lavouras paraibanas. Em artigo intitulado “Cultura do algodão mocó”, escrito pelo inspetor agrícola do Estado Clodomiro de Albuquerque²⁸ ao jornal *A União* de 10 de março de 1940, ensinava-se como deveria ser feito a cultura do algodão mocó. O leitor, através de suas instruções, conseguiria retirar da cultura grande resultados, e, em contrapartida, caso não seguisse, sofreria prejuízo. Ele explana sobre a escolha da semente, do solo, do preparo do terreno, sobre o plantio, as capinas e os cultivos, a poda e as pragas, em cada parte fazendo apontamentos sobre os métodos corretos a seguir, de acordo com cada tema. Ao fim, ainda se coloca à disposição

²⁸ Inspetor agrícola do Estado em 1935, provavelmente ele ainda exercia essas função em 1940 visto que a matéria cita a Inspetoria de Patos.

dizendo: “O que ficou omissos neste artigo ou duvidoso, peço que me seja apontado a fim de que eu possa responder.” (A UNIÃO AGRÍCOLA, 10 mar. 1940, Seção 2, p. 2). Os intelectuais paraibanos, além de apontarem como deveria ser feitas tais culturas, como o algodão, ainda se colocavam à disposição de tirar dúvidas, efetivando com maior força os novos métodos agrícolas que eles queriam juntamente com o Estado disseminar pela Paraíba. Vale salientar que nesse período na Paraíba esses inspetores agrícolas tinham grande profusão, dado que o Estado era dividido em 10 inspetorias agrícolas²⁹, todas geridas por agrônomos:

- 1 — Sapé (sede) — Mamanguape, Espírito Santo e Santa Rita;
- 2 — Guarabira (sede) — Serraria, Bananeiras e Caiçara;
- 3 — Ingá (sede) — Pilar, Umbuzeiro e Itabaiana;
- 4 — Campina Grande (sede) — Cabaceiras e Joazeiro;
- 5 — Areia (sede) — Esperança, Laranjeiras e Alagôa Grande;
- 6 — Cuité (sede) — Picuí e Araruna;
- 7 — Monteiro (sede em S. Tomé) — Taperoá e São João do Cariri;
- 8 — Patos (sede) — Santa Luzia, Teixeira e Pombal;
- 9 — Itaporanga (sede) — Piancó, Princesa Isabel, Conceição e Bonito;
- 10 — Sousa (sede) — Antenor Navarro, Cajazeiras, Jatobá, Catolé do Rocha e Brejo do Cruz. (DEE, 1940, p. 63).

Ao folhear o jornal *A União* ou o seu suplemento *A União Agrícola* neste período do governo de Argemiro e Figueirêdo, poderíamos encontrar aleatoriamente em alguns pequenos espaços instruções pequenas e rápidas ao agricultor, como esse exemplo a seguir intitulado “Arranquem as soqueiras de algodão”:

Um lavrador inteligente não deixa que as suas soqueiras de algodão passem para outra estação chuvosa.
A soqueira é um foco permanente de multiplicação e disseminação da lagarta rosada. Arrancá-las e incinera-las é um dever e uma necessidade.
(A UNIÃO, 31 mar. 1940, Seção 2, p. 2).

Outro exemplo como esse, mas agora favorecendo as instruções da Diretoria de Produção e da Escola de Agronomia do Nordeste, está no jornal *A União* publicado em 7 de julho de 1940, quando fala sobre agricultores fadados a enriquecer. Mas claro, enriquecer se seguir as instruções dos agrônomos da Escola de Agronomia do Nordeste, de acordo com o programa agrícola do Estado:

²⁹ Nas inspetorias agrícolas eram demonstradas as práticas para a lavoura mecânica, além da distribuição de sementes selecionadas (DEE, 1940, p. 63).

AGRICULTOR que trabalha com máquinas agrícolas é agricultor fadado a enriquecer.

UM PEQUENO plantio bom vale mais do que uma grande lavoura mais ou menos abandonada.

OS GENEROS alimentícios continuam obtendo ótimo preço. [...] Faça um plantio de milho e feijão ao lado de sua lavoura de algodão.

TER TERRAS húmidas no litoral? Plante banana. Um ano depois terá uma fábrica de dinheiro. Peça instruções á Diretoria de Produção.

QUANDO tiver uma pequena área irrigada na sua fazenda, quando limpar os algodoads arbóreos com um cultivador, seguindo as instruções da Diretoria de Produção nada sofrerá com as sêcas, mesmo com as maiores sêcas. A Diretoria de Produção ou a Escola de Agronomia do Nordeste preparar-lhe á um plano de exploração agrícola ao alcance de pequenas bolsas, que afastará de sua fazenda os horrores da sêca. (A UNIÃO AGRÍCOLA, 7 jul. 1940, Secção 2, p. 1).

Esses apontamentos, em sua maioria, sempre levavam o agricultor a consultar os técnicos a serviço do Estado, tanto da Diretoria de Produção, como da Escola de Agronomia do Nordeste. Com frases de efeito como “agricultor fadado a enriquecer”, esses pequenos textos chamavam a atenção e induziam os agricultores a seguirem as instruções dessas instituições. E essas instituições sempre se punham à disposição para que os lavradores seguissem as instruções de seus técnicos, como a exemplo da matéria denominada “Lavrador, consulte os técnicos da Escola de Agronomia do Nordeste”, publicada no suplemento *A União Agrícola* em 24 de março de 1940, dirigida ao “lavrador amigo”:

Lavrador amigo, esta Escola, a sua Escola, dispõe de pessoal especializado, e sempre pronto para ensinar como diminuir as pragas e doenças de suas lavouras, tão constantes e cujos prejuizos, são notáveis.

[...]

Quando quizer cultivar suas terras, empregando máquinas agrícolas e sentir dificuldades recorra á sua Escola. Si conta com pouca água e deseja ter sua safra certa, não fique em dúvida, ela enviará urgente dados do caminho que o sr. Deve seguir e com êxito.

[...]

Faça um esforço, escreva, quando necessitar, ao diretor da Escola de Agronomia do Nordeste, pelo seu bem e do Brasil. (A UNIÃO AGRÍCOLA, 24 mar. 1940, Secção 2, p. 2).

A Escola orientava, a partir de instruções nos jornais, como também através de cursos rápidos apoiados pela interventoria. Em matéria do jornal *A União* de 21 de junho de 1940, logo após seu título “Um curso rápido de plantas têxteis da Escola de Agronomia do Nordeste”, podia-se ver o apoio do Estado em tal prática quando diz: “Popularizando conhecimentos uteis aos nossos lavradores — Mais uma iniciativa em

favor da economia paraibana, para a qual abriu novas perspectivas o interventor Argemiro de Figueirêdo” (A UNIÃO, 21 jun. 1940, p. 1). As cadeiras que compunham o curso eram: botânica, agricultura geral e especial, moléstias e pragas, beneficiamento, classificação e economia das plantas têxteis, com o algodão sendo um dos principais focos de estudo. A classificação tinha seu foco de estudo nesse curso da Escola de Agronomia do Nordeste, porque por meio dela, desde o ano de 1939, os tipos de algodão “que teem entrado no mercado são de qualidade superior, em consequencia das actividades do Serviço de Classificação do Algodão em Carço, mantido pelo governo do Estado e cujo exito a melhoria do algodão o tem comprovado” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 19 ago. 1939, p. 2). A melhoria da fibra do algodão por conta da classificação era visível, dado que: “Os tipos 2, 3, 4 e 5 contribuíram com 88,82% de safra de algodão classificada de julho a setembro de 1939, enquanto somavam 83,70% no mesmo período do ano anterior.” (FIGUEIRÊDO, 1940, p. 41).³⁰ Mas não só por jornais e cursos que esses técnicos iriam fomentar o projeto agrícola do governo. Um símbolo moderno iria tomar destaque nesse período e iria servir para expansão dos novos métodos agrícolas, este seria o rádio. Como o próprio Argemiro de Figueirêdo (1940, p. 33) afirma: “Fazendeiros cultos e progressistas, com o hábito da leitura, acompanhando pelos órgãos de publicidade todas as tendências da ciência e dos mercados, adaptam-se rápida e eficientemente às novas exigências da técnica”. Para que o fomento à produção fosse eficiente, o mesmo apontava o que demonstramos, mas no caso paraibano posteriormente Argemiro afirma que ainda havia: “fazendeiros sem hábito da leitura, ainda muito apegados á rotina” (FIGUEIRÊDO, 1940, p. 34) o que dificultava a obtenção de resultados mais efetivos. Seriam necessários outros canais para a mensagem ser transmitida ao maior número de agricultores possível.

Durante o governo Argemiro o rádio seria uma grande ferramenta de propagação dos métodos modernos, visto que na Paraíba “o Poder Público emprega todo esforço, através de uma intensa campanha de difusão da prática e do valor dos modernos métodos agrários, pela imprensa e pelo radio” (DEPPB, 1938, p. I). Com investimentos no sistema de rádio, durante o governo de Argemiro de Figueirêdo foi feita a instalação da nova estação difusora do Estado (P. R. I. 4 Rádio Tabajára da Paraíba). O raio de ação da sua emissora de rádio chegou a cobrir todo o Norte e Nordeste do país, além de

³⁰ A classificação do algodão em caroço era dividida em: tipo 1 ou superior; tipo 3 ou bom; tipo 5 ou regular; tipo 7 ou sofrível; tipo 9 ou inferior. Já a classificação do algodão em pluma era dividida em: tipo 1; tipo 2; tipo 3; tipo 4; tipo 5; tipo 6; tipo 7; tipo 8; tipo 9. (VASCONCELLOS, 1980, p. 160-161).

atingir o Rio de Janeiro e Minas Gerais (DEE, 1940, p. 34). O responsável pelos serviços de radiodifusão do Estado era o Departamento de Estatística e Publicidade da Paraíba (DEPPB), criado em dezembro 1937 pelo interventor Argemiro de Figueirêdo, também ficando a cargo desse departamento, os serviços de estatística e propaganda. Este Departamento foi responsável pelo volume intitulado *Realizações do Govêrno Argemiro de Figueirêdo*, de 1938. Neste documento, pode ser encontrada uma vasta reportagem com fotografias sobre as obras que Argemiro vinha realizando na Paraíba desde sua entrada no governo em 1935. Ademais, esse departamento tem uma característica interessante, apontada pela historiadora Martha Maria Falcão Santana (1999, p. 159): “Em conformidade com a prioridade dada por Vargas aos meios de comunicação e à propaganda [...] antecipando-se até mesmo ao governo central, criou em dezembro de 1937, o Departamento de Estatística e Publicidade”. Ou seja, Argemiro de Figueirêdo criou na Paraíba um departamento que antecede o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Vargas que surgiu em 1939 (SANTANA, 1999, p. 159), atribuindo a esse departamento a responsabilidade de controlar a propaganda estatal e, com isso, difundir a propaganda e as linhas gerais diretivas do seu governo. Já em 1939 o DEP seria tido como “serviço modelo no Norte do paiz” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 09 fev. 1939, p. 5).

A rádio no governo de Argemiro de Figueirêdo teve uma função específica: “Com a sua função verdadeiramente educativa, a Rádio Tabajára será o veículo imediato de aproximação entre todos os paraibanos e um poderoso refletor de todas as nossas atividades ante os brasileiros dos outros Estados da Federação” (DEPPB, 1938). Como afirma a pesquisadora Martha Santana (1999, p. 159), “os programas radiofônicos da emissora oficial – RÁDIO TABAJARA – encarregavam-se de complementar a função ‘educativa’ do governo, retransmitindo suas bases ideológicas”. Com o caráter pretensamente educativo da rádio, o Estado levaria aos agricultores paraibanos as diretrizes do seu programa agrário, ensinando-os através desse meio de comunicação. Por conta de tal caráter havia toda uma atenção para com a Rádio Tabajara, chegando até a gerar investimentos para construir instalações prediais próprias para a referida Rádio dada sua importância estratégica para a comunicação e integração da população do estado e do governo com a população, como podemos verificar na fotografia seguinte:



Figura 19: Studio da P. R. I-4 da Rádio Tabajára da Paraíba.
Fonte: DEPPB (1938)

Em matéria do jornal *A União* de 24 de março de 1940 intitulada “Plante e prospere”, é anunciado o novo programa de rádio especializado em assuntos agrícolas na Rádio Tabajára da Paraíba, no qual quem iria se pronunciar no programa era o dr. Pimentel Gomes, diretor da Escola de Agronomia do Nordeste:

Será iniciada, hoje, às 21 horas, na Radio Tabajará, um programa especializado em assuntos agrícolas, dentro do programa de incentivo que vem sendo desenvolvido há cinco anos pelo atual Govêrno.

Esse programa que cognomina “Plante e Prospere”, está destinado ao melhor sucesso, porquanto o seu plano foi elaborado cuidadosamente. Designado pela Secretaria de Agricultura, falará o agrônomo Pimentel Gomes, diretor da Escola de Agronomia do Nordeste, que dissertará sobre a grande campanha que o interventor Argemiro de Figueirêdo vitoriosamente vem pondo em prática no Estado (*A UNIÃO*, 24 mar. 1940, p. 1).

Dois dias depois, em matéria do dia 26 de março de 1940 no mesmo jornal *A União*, foi feito um relato do que foi proferido nesse programa. Pimentel Gomes, em sua fala, primeiro exaltou o plano de governo que o interventor Argemiro de Figueirêdo vinha implantando no estado paraibano e disse que as atividades da administração paraibana estavam em consonância com o novo regime instituído no país. Afirmou que dispunham do apoio total do homem do campo paraibano que emprestava o máximo de suas energias aos projetos da administração paraibana que visavam o desenvolvimento econômico do estado. E avaliou que, através dos resultados que se obtinham a partir do plano econômico paraibano, a Paraíba tornava-se um estado que recebia grande

admiração do resto do país (A UNIÃO, 26 mar. 1940, p. 1). Em sua avaliação, o país não dependia apenas da monocultura do café, pois essas medidas de modernização estavam diversificando a produção agrícola nacional:

[...] o ciclo do café passou. Estamos em pleno ciclo da policultura: é o café, o algodão, o cacáu, o milho, o arroz, a mandioca, a cana de açúcar, a agáve, o caroá, a borracha, o trigo, a laranja, o abacaxi... Já não ha um produto único dominando sobranceiro a exportação brasileira. Ela é variada. E polimorfa. Já não existe uma região única aguentando o pêso quasi inteiro da exportação nacional. Todas concorrem, num certo equilibrio, para a potencialidade econômica da Nação. Póde-se, portanto, dizer, em boa verdade, com o Presidente Vargas: “Não ha grandes e pequenos Estados. Todos são pequenos. Só o Brasil é grande”. (A UNIÃO, 26 mar. 1940, p. 7).

Sempre pontuando em sua fala a união entre a administração paraibana, na pessoa de Argemiro de Figueirêdo, e o regime do Estado Novo, o diretor da Escola incitava os agricultores paraibanos a trabalharem pelo progresso do Brasil, em convergência com o que seria a finalidade do governo de Vargas:

A palavra de ordem é trabalhar pela grandeza econômica do Brasil. E aplainar, cortar todos os impeços a perfeita grandeza econômica de nossa Pátria. Esta a obra do Estado Nôvo. Esta a obra que se vem realizando na Paraíba ha mais de cinco anos. E o realizador máximo desta obra na nossa provincia tem sido o sr. Argemiro de Figueirêdo. O Estado Nôvo ainda não existia, e já nesta provincia o sr. Argemiro de Figueirêdo fazia do desenvolvimento econômico a preocupação maior do seu governo. (A UNIÃO, 26 mar. 1940, p. 7).

Nas palavras de Pimentel Gomes, Argemiro de Figueirêdo seria o grande herói e líder da Paraíba que não mostrava o caminho apenas para a grandeza do seu estado, mas também abriu caminho para que outras unidades da federação seguissem seu exemplo. Como ele afirma: “a Paraíba foi bandeirante. Abriu caminhos que estão sendo seguidos por outras provincias. E pioneiro e revolucionario foi o governo Argemiro de Figueirêdo” (A UNIÃO, 26 mar. 1940, p. 7). Por fim, como demonstração da importância conferida ao setor agrícola, Pimentel afirmou que Argemiro determinou que fosse criada a “Hora do Agricultor” e a “Hora da Paraíba” na rádio.

Argemiro de Figueirêdo queria que todos os municípios do estado ouvissem seus programas radiofônicos destinados à modernização agrícola. Conforme matéria de *A União* de 20 de junho de 1940, denominada “Para que os ensinamentos agrícolas

divulgados pela Rádio Tabajára sejam ouvidos pelo maior número de lavradores”, as prefeituras deveriam instalar autofalantes em locais estratégicos para atingir um público amplo:

O sr. Interventor queria, porém, que os ensinamentos fossem divulgados por toda parte e que deles se aproveitassem todos os lavradores pobres que moram no campo e não teem possibilidades de possuir rádio ou ouví-lo na casa dos que os possuem. E êle mesmo lembrou-se de criar um programa diurno de meia hora, que começasse às 10 e meia da manhã. Esse programa seria irradiado para as feiras, devendo cada Prefeitura adquirir rádio auto-falantes que seriam colocados nos lugares mais movimentados. (A UNIÃO, 20 jun. 1940, p. 8)

Essa campanha do interventor Argemiro de Figueirêdo ficou conhecida como a campanha “Plante e Prospere”. Mas a matéria citada focava na circular, assinada pelo secretário interino da Agricultura, Raul de Góis³¹, que foi remetida aos municípios que ainda não tinham colocado em prática essa campanha:

Sr. Prefeito Municipal.

O interventor Argemiro de Figueirêdo, criando e mantendo na Rádio Tabajára da Paraíba, estação P. R. I. 4, o programa de fomento agrícola “Plante e Prospere”, fê-lo com o objetivo de levar a todos os recantos do Estado os ensinamentos necessários á remodelação completa dos nossos métodos de agricultura e pecuária.

Êsse objetivo, que já constava do programa de Govêrno de s. excia., o que demonstra um grande e constante empendo, não foi até agora completamente atingido porque nem todas as Prefeituras instalaram rádio e alto-falantes nos pontos mais frequentados da cidade e, sempre que possível, dos distritos maiores.

[...]

Espero que essas providências sejam tomadas com toda a urgência e que enquanto isso, essa Prefeitura, possuindo rádios comuns, determine que as usinas estejam em funcionamento no dia e hora da irradiação, durante os trinta minutos do programa. (A UNIÃO, 20 jun. 1940, p. 8).

Ao “levar a todos os recantos do Estado os ensinamentos necessários á remodelação completa dos nossos métodos de agricultura”, o rádio, equipamento moderno que atingia multidões crescentes nessa época, seria então uma grande ferramenta da campanha do governo Argemiro na Paraíba.

³¹ Raul de Gois assinala em 1940, em trecho intitulado “Politica de Trabalho” na obra do DEE, que nos últimos cinco anos do governo Argemiro de Figueirêdo quase tudo que havia de moderno para a lavoura a Paraíba tinha recebido (DEE, 1940, p. 106).

Ao fim desse capítulo, termino com o final da fala de Pimentel Gomes no Programa “Plante e Prospere”, cujo conteúdo foi publicado no jornal *A União* de 26 de março de 1940, pois acredito que sintetiza o esforço do governo em modernizar a agricultura do estado de acordo com suas perspectivas técnicas, no qual se indica a articulação entre as políticas do Estado e os interesses dos lavradores para o engrandecimento do Brasil:

Plante e prospere, agricultor dêste recanto do Brasil. Nada te falta se ás terras e ao esforço e inteligência juntares o que te oferece prasenteiramente o governo.

Planta. O céu nublado, as chuvas caem suaves, duradouras, amigas, entremeadas de largos dias de sol, o sólo fértil espera apenas a semente que fecunda. Planta, mas para prosperares aproxima-te da Secretaria e do Ministério da Agricultura, aprende a usar máquinas agrícolas e inseticidas, a semente selecionada e a agua das regas e a consultar os técnicos.

E ouve atento esta hora que é tua. Nela haverá ensinamentos, informações econômicas, dados sôbre o comércio dos produtos agrícolas, atos do govêrno que te interessam de perto, tudo entremeado de música muito do teu agrado.

Plante e prospera, agricultor paraibano! (A UNIÃO, 26 mar. 1940, p. 6).

Plantar para prosperar era o que o agricultor paraibano deveria fazer e o que o Estado queria que o agricultor paraibano fizesse para a promoção do progresso de todos os paraibanos e brasileiros. Mas até que ponto ocorreu à efetivação do projeto agrícola do Estado paraibano no comando de Argemiro de Figueirêdo, e mais tarde, de Ruy Carneiro? Afinal todo esse progresso paraibano era real ou apenas fruto de retórica? Isso é o que pretendemos discutir no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2: “A PARAÍBA SOB UM REGIME DE TRABALHO E DE PROGRESSO”: PROSPERIDADE REAL OU RETÓRICA?

No final do governo Argemiro de Figueirêdo a hegemonia do grupo algodoeiro continuava em consolidação, além do fato de que sua política agrícola e de modernização do cultivo do algodão aumentava cada vez mais seu grau de efetivação e abrangência. Em contraponto a isso, porém, a partir de 1940, políticos e jornais passavam a denunciar uma crise do Estado paraibano. O progresso que se espalhava pela Paraíba por meio do setor agrícola, conforme apregoado pelo governo estadual era colocado, portanto, em questão. Tudo isso seria apenas retórica estatal, enquanto uma crise financeira era instaurada? Ruy Carneiro entraria no governo, então, para avaliar e esclarecer essa crise.

2.1 A hegemonia do grupo algodoeiro e o progresso pregado pelo Estado

O processo de construção da hegemonia do grupo algodoeiro era verificável nas ações governamentais praticadas por Argemiro de Figueirêdo, visto que ele também atuava através da concessão de isenções e créditos para setores destinados ao algodão, tais como as empresas estrangeiras. O governo partilhava dos interesses da oligarquia algodoeira-pecuarista, que era a classe dominante do período na Paraíba. Por meio de seu aparato governativo, ajudava a promover expectativas de progresso através da agricultura, em especial do cultivo de algodão, junto a várias instâncias da sociedade paraibana, desde o fazendeiro que cultivava algodão ao trabalhador do campo e das empresas algodoeiras estrangeiras. Todos eram incentivados a acreditar nessas expectativas, mas poucos conseguiam realizá-las.

As isenções de impostos e concessão de favores para as usinas de beneficiamento e prensagem de algodão eram constantes e vistas como o caminho para o progresso do estado e de seus habitantes. O Estado atribua a essas isenções o caminho para o progresso, mas o próprio grupo algodoeiro também lutava por benefícios através das políticas públicas.

Devemos então observar o embate de forças para que determinadas políticas públicas fossem alcançadas, já que elas são referentes às visões de mundo de determinados grupos que alcançariam seus objetivos através dos aparelhos estatais (MENDONÇA, 1998). Por meio de isenções de impostos e das políticas agrícolas o

Estado fez com que a hegemonia dos grupos oligárquicos algodoeiros permanecesse durante o Estado Novo. E essas políticas públicas eram frutos dos interesses e da luta desses grupos que viam nas políticas agrícolas, na modernização e na entrada do capital estrangeiro, uma ascensão e segurança para o ramo do algodão, como vimos anteriormente. A título de exemplo da luta do grupo algodoeiro, podemos citar Eliete Gurjão, quando diz:

Argumentando com a importância do algodão para a economia e finanças da Paraíba, a classe proprietária local constantemente reclamava da interventoria subsídios fiscais e facilidades de crédito. Em 1939, face ao agravamento da retração da demanda e queda do preço – sob o efeito da guerra – a oligarquia algodoeira, alegando que sua tão expressiva contribuição tributária não estava sendo compensada com o tratamento merecido, apelava para a redução do imposto sobre o algodão e para concessão de financiamento a preço módico. As medidas implantadas pelo governo estadual, neste sentido, beneficiaram, de certa forma, os grandes produtores, sobretudo no referente à política creditícia através das Cooperativas implantadas. Contudo, os pequenos produtores permaneceram à margem do protecionismo governamental (GURJÃO, 1994, p. 131).

O Estado seria, então, o motor de políticas agrícolas com fortes impactos sobre a sociedade paraibana. Como vimos anteriormente, no capítulo 1, a representação da economia algodoeira, por exemplo, tomada como elemento propulsor do progresso, era estimulada pelo Estado através de seu aparato administrativo e dos meios de comunicação social. Isso tomava força junto a praticamente todos os grupos vinculados ao algodão, dentre os quais os pequenos e grandes proprietários rurais. No entanto, os pequenos agricultores ficavam à margem do protecionismo governamental e não eram levados a discussões maiores que pudessem estimular outras formas de investimentos que não apenas a associada ao algodão e ao grande capital transnacional.

Assim, temos de perceber que o Estado, como instituição onde convergem-se relações políticas e sociais, visa criar consensos ou também podemos dizer consentimentos na sociedade, generalizando a visão de mundo da classe hegemônica (no caso, os setores envolvidos com o algodão), organizada em seus aparelhos privados de hegemonia (MENDONÇA, 1998). Assim, como a classe hegemônica desse período estava diretamente vinculada à produção do algodão, o Estado paraibano também buscava um consenso pelo qual a expectativa de progresso seria possível através da agricultura, principalmente por meio do algodão:

A lavoura paraibana é, hoje, em grande parte, uma lavoura renovada pela técnica e pelo estímulo eficaz que vem recebendo o agricultor na sua própria fazenda. E essa política de proteção agrária, desenvolvida e incrementada pelo govêrno Argemiro de Figueirêdo, está conseguindo transformar a economia do Estado, trazendo-lhe um invulgar surto de progresso em todos os setôres da sua vida (DEPPB, 1938).

O progresso era colocado como algo estritamente ligado ao programa agrícola do Estado paraibano e também era algo que era exaltado nos próprios discursos do governador Argemiro de Figueirêdo. Como afirma Waniéry Loyvia Silva (2017, p. 122): “Essa ideia de modernização e progresso foi muito explorada em seus discursos, que procuram demonstrar sempre as aquisições de ‘novos maquinários’, a modernização e dinamização da produção agrícola”. E como já vimos anteriormente, os órgãos de opinião pública também partilhavam dos discursos de Argemiro de Figueirêdo, a exemplo de matéria do *Diario de Pernambuco* de 7 de novembro de 1936, onde pode ser encontrada uma exaltação ao governo paraibano, encarregado de trazer progresso para seu povo. Com o título “A Parahyba sob um regimen de trabalho e de progresso”, o jornal enaltecia as iniciativas e realizações do governo do estado vizinho, além de demonstrar as obras de proteção e assistência à lavoura que eram adotadas pelo governo. Ela também inicia o texto afirmando: “A Parahyba é, hoje, innegavelmnete, no norte, um exemplo de progresso”. Vale salientar que em vários outros momentos o *Diario de Pernambuco* elogiava a Paraíba sob o governo de Argemiro, a exemplo da reportagem de 19 de novembro de 1936, escrita por Assis Chateaubriand, onde se lê: “A Parahyba é o São Paulo do nordeste”. Em outra matéria³², de 26 de julho de 1938, Lauro Montenegro, secretário da Agricultura, fala à Rádio Tupi sobre a política do estado paraibano, fazendo em um trecho uma exaltação à política para o algodão no estado:

Mas assistencia a essa importante cultura não se limitou ao conveniente preparo da terra por intermedio do trabalho mechanico. A defesa systematica contra as pragas e as doenças que atacam o algodoeiro e outras plantas, já se vem fazendo, hoje, com real proveito no meio agrícola parahybano, graças às medidas, sobretudo de caracter instructivo, que tem posto em pratica o governo do mencionado Estado. Como se vê trata-se de um conjuncto de inciativas que asseguram ao algodão, no Estado, uma situação de franca prosperidade, honrando, assim, a sua posição de principal centro algodoeiro do Nordeste. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 26 jul. 1938, p. 4).

³² A situação da Parahyba sob o governo do interventor Argemiro de Figueiredo. **Diario de Pernambuco**. 26 jul. 1938, p. 4.

Em vários outros momentos há matérias do *Diario de Pernambuco* que exaltam essa característica do progresso algodoeiro, algumas colocando Argemiro de Figueirêdo como grande benfeitor dos resultados alcançados, como podemos ver na fala de Clarindo Gouveia, diretor do Serviço de Plantas Têxteis do Estado em texto de 29 de julho de 1939 ao referido jornal:

Os processos modernos de cultura, applicados graças também, ao governo Argemiro de Figueiredo, cuja preocupação maior é a de aumentar as nossas fontes de receita, fazendo convergir grande parte das rendas do Estado para o fomento das energias vitais da nossa economia, nos tem garantido o aumento sempre crescente da produção algodoeira (DIARIO DE PERNAMBUCO, 29 jul. 1939, p. 3).

Nas palavras de Gramsci (2007, p. 41), “O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo”. O Estado paraibano dessa época buscava ao máximo a expansão do grupo algodoeiro criando o caminho para que tal feito fosse alcançado. Por meio da imprensa e das políticas públicas, ele criava condições favoráveis para a expansão máxima desse grupo.

Raymond Williams, ao adentrar no conceito de hegemonia de Gramsci, nos mostra que a hegemonia traz “um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas” (WILLIAMS, 2011, p. 53). O processo hegemônico de incentivo à economia algodoeira era algo que estava tão forte e presente nos vários âmbitos da vida cotidiana da sociedade paraibana que parecia haver apenas um caminho a seguir, o do incremento produtivo do algodão.

Algumas vezes os grupos não conseguem criar sua visão de mundo e terminam adotando a visão de mundo de outros grupos, normalmente a do dominante (MENDONÇA, 1998). O projeto algodoeiro paraibano era tão intrínseco ao cotidiano da sociedade paraibana e de alguns grupos que outros tipos de fazendeiros ou agricultores que não plantavam algodão terminavam adotando a visão do grupo dominante, isto é, do grupo algodoeiro, por não terem a sua visão de mundo formada. E no cotidiano deles a visão de mundo do projeto algodoeiro, do progresso algodoeiro já era algo concreto, demonstrado pela imprensa e pelo governo.

E isso se explica porque a hegemonia forma o limite do senso comum nas pessoas que estão sob sua influência (WILLIAMS, 2011). Por meio do Estado, o grupo algodoeiro fez com que os paraibanos chegassem ao que seria o “senso comum” de que o projeto algodoeiro seria o melhor caminho a se seguir e isso já era uma prática antiga, realizada por outros governos que também viam no algodão a característica de melhor produto para a economia paraibana. E por meio disso, ao analisarmos esse período do algodão na Paraíba, podemos observar essa influência hegemônica que é caracterizada na proeminência do projeto e interesses voltados prioritariamente ao algodão.

Argemiro, com seu grande dom de retórica, é um grande exemplo disso como afirma Waniery Silva (2017, p. 129): “através do domínio que tinha sobre as palavras, o interventor conseguia fazer crer que não existiam desvios dentro da Paraíba [...] fazendo do Estado um corpo, onde seus membros trabalhavam em prol do interesse comum”. E o jornal *A União* também demonstrava essa pretendida convergência harmoniosa entre o “povo” e o Estado na Paraíba:

Sob a orientação de um legítimo estadista que soube aglutinar em torno de si os valores novos mais indicados da atual geração, a Paraíba trabalha e produz, depois de pôr em ordem as suas finanças, aprimorar as condições de vida nas cidades e nos campos; difundir a instrução em todo o território do Estado; amparar o trabalho agrícola, para fixar o homem á gleba, dando-lhe a alegria rural da confiança no êxito das colheitas, pelo auxilio da técnica ao seu labôr.

Atualmente, o pequeno Estado nordestino, pôde dizer-se, destaca-se do quadro das unidades federativas brasileiras, como uma das mais prósperas e felizes, pelo espirito público do seu govêrno e pelo trabalho construtor do seu povo. (A UNIÃO, 12 abr. 1940, p. 1).

O discurso das políticas agrícolas era voltado aos pequenos agricultores, o que acabava por produzir uma visão homogeneizante sobre as classes sociais e procurava eliminar a percepção de conflitos e interesses antagônicos entre as classes. O Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba (DEPPB) também nos mostra o sentimento de ânsia pelo progresso do povo paraibano, segundo o qual as classes rurais estariam em comum acordo com o governo nessa luta pelo progresso através de seu programa agrícola:

Há, porém, cousas que os números não podem demonstrar. A mudança dos hábitos do povo rural, hoje compenetrado das suas necessidades, a ansia de progresso que se nota em toda parte, a consciência do seu valôr que as classes rurais sentem em si, tudo isso vale pela demonstração

mais clara de que o combate travado pelo Governo em prol da racionalização das atividades agrícolas atingiu plenamente os seus objetivos. (DEPPB, 1938).

Embora isso seja mais fruto de retórica do Estado do que o que realmente acontecia, visto que Celso Mariz (1978), de maneira indireta, falou das reclamações por parte de alguns grupos rurais de que a assistência técnica não estava chegando para todos, existia certa adesão surgindo nos campos ao que estava sendo implantado durante governo.

Os apelos para o projeto modernizador algodoeiro, por meio do qual se alcançaria o “progresso” de toda a Paraíba, eram tão fortes no cotidiano, a exemplo dos jornais e políticas públicas, que contribuía para sua naturalização junto ao conjunto da população. Por isso que temos de entender que as escolhas não são livres, há esforços políticos por moldarem sentidos a serem compartilhados pelo conjunto da população, entre classes distintas, ainda que seus interesses sejam diversos.

Os próprios municípios que já partilhavam da política agrícola do Estado tinham um papel de incentivadores para que outras cidades aderissem ao programa agrícola, mesmo que indiretamente. Ao perceberem que outros municípios estavam obtendo resultados positivos – lidos como sinais de progresso – por meio do programa agrícola do Estado, outros lugares também aderiam ao programa do governo. Em outro momento citei Ingá como exemplo do programa algodoeiro da Paraíba. Agora citarei outros municípios que se destacaram durante essa etapa da história algodoeira paraibana. A princípio, podemos destacar que Campina Grande também era um grande exemplo da promoção da modernização e do progresso por meio do algodão. Em trabalhos como o de Silvano Vasconcellos (1980), Josefa Silva (1985) e Gervácio Aranha (1991), Campina Grande é colocada em destaque durante o período da história do algodão paraibano. A “Rainha da Borborema” sofreu influência do programa agrícola do governo Argemiro, atraindo para si as políticas, conforme demonstrado no capítulo 1, a exemplo da entrada das empresas Anderson Clayton e SANBRA. Contudo existem alguns pontos que devo ressaltar. De maneira sucinta, Josefa Silva explana um aspecto importante sobre Campina Grande, que é importante para as discussões desenvolvidas aqui:

Pelo visto, durante as décadas de 1920-1940, o “ouro branco” se constituiu numa atividade de vulto em Campina Grande. Há indicadores do crescimento da produção, de seu beneficiamento e da expansão do mercado. Conquanto se registrasse esta evidência, devemos estar atentos para o fato de que Campina nada mais era que um pequeno segmento da produção algodoeira, monopolizada pelos trustes. A presença do capital financeiro, abarcando o comércio algodoeiro local, através de empresas e mesmo em outros setores do comércio, comprovam a identificação deste mercado com o capital financeiro. Na verdade, a cidade era colocada em condição de subordinação face ao contexto mais amplo da economia algodoeira internacional. O investimento de empresas estrangeiras aqui instaladas, praticamente limitava-se à introdução de maquinarias de beneficiamento de matéria-prima para comercialização. Assim sendo, a política de modernização esbarrava no limite de atender aos interesses dos setores hegemônicos deste amplo tabuleiro, no qual a Paraíba era uma peça de pequeno valor. (SILVA, 1985, p. 143-144).

Josefa Silva, portanto, situa Campina Grande durante esse processo de modernização e progresso no setor algodoeiro indicando a subordinação do setor algodoeiro ao capital financeiro e do “contexto mais amplo da economia internacional”. Já Silvano Vasconcellos nos chama a atenção para as consequências negativas desse processo a Campina Grande. Por mais que a entrada dessas empresas estrangeiras (Anderson Clayton e SANBRA) tenha sido tomada como uma “emulação salutar” e elas seriam propulsoras do processo de modernização do setor algodoeiro, podemos demonstrar que elas também foram resultado da decadência dos agentes algodoeiros tradicionais dessa cidade:

Com o ingresso de empresas estrangeiras no mercado, ocorreu o aceleração da decadência de Campina Grande, vez que doravante imperava a política de “trust”, num mercado oligopsônico, conseguindo sobreviver apenas as grandes firmas, gerando em consequência, uma desconfiança geral no meio produtor, pelas excessivas flutuações nos preços, principalmente após as colheitas, quando então o preço do algodão em caroço chegava cair pela metade. (VASCONCELLOS, 1980, p. 137).

Assim como Campina Grande, outros municípios também passaram por esse processo de submissão do setor algodoeiro aos ritmos e interesses dos *trusts* internacionais “modernizantes” e da política agrícola e de modernização do governo paraibano. A Anderson Clayton e a SANBRA estavam presentes em Campina Grande, mas a ACCO também “encampou as fundações da C/A Wharton Pedrosa [...] Às usinas e prensas de Campina, Alagoa Grande e Cabedelo, juntou a nova organização outros

grandes e mais modernos estabelecimentos em Cajazeiras, Patos, Ingá e Caiçara” (MARIZ, 1978, p. 120).

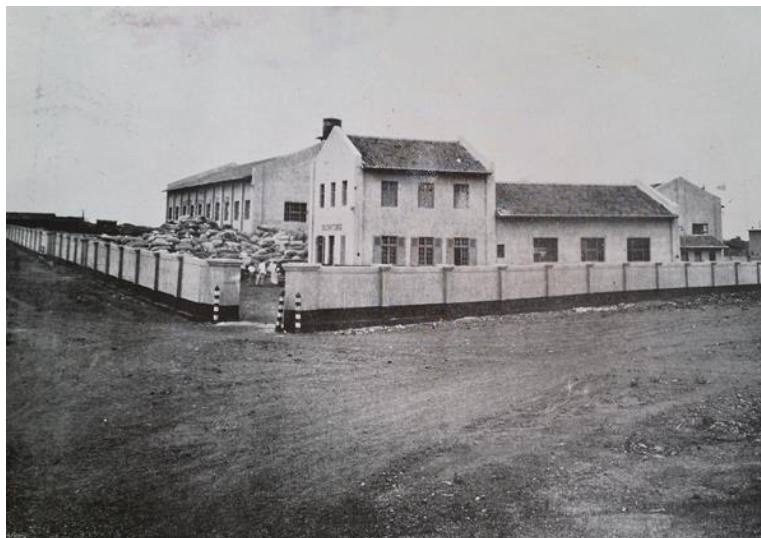


Figura 20: Usina de Algodão da firma Anderson Clayton & Cia. Ltda. em Patos.
Fonte: DEPPB (1938)

Sobre a SANBRA, Silvano Vasconcellos (1980) afirma ainda que inicialmente a empresa se instalou nos seguintes municípios: Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Itaporanga, Patos, Santa Luzia, Sapé, Souza e Taperoá. Além de informar que a Anderson Clayton possuía usinas em Cajazeiras, Campina Grande, Ingá e Taperoá. Contudo, outras localidades também receberam usinas e foram citadas por Argemiro de Figueirêdo (1940), como Alagoa Grande, Antenor Navarro, Bananeiras, Caiçara, Cuité, Guarabira, Itabaiana, Joazeiro, Mamanguape, Picuí, Pilar, Princesa Isabel e Pombal. De forma mais geral, incluindo além das entradas dessas empresas através da modernização agrícola, também podemos incluir outras cidades referentes à adesão do programa agrícola do governo Argemiro em sua totalidade. Assim podemos incluir nesta lista também os municípios de Araruna, Areia, Bonito, Brejo do Cruz, Cabaceiras, Conceição, Esperança, Espírito Santo, Jatobá, João Pessoa, Laranjeiras, Monteiro, Pedras de Fogo, Piancó, Santa Rita, São João do Cariri, Serraria, Teixeira e Umbuzeiro, que já foram citados indiretamente neste trabalho. Como afirma Argemiro de Figueirêdo (1940, p. 36): “alargaram-se os serviços de fomento por todos os municípios”. Isso serve para demonstrar o grau de difusão e adesão ao programa agrícola do governo por parte dos poderes municipais, que avaliavam que e o projeto modernizador da lavoura do Estado era um requisito para que o progresso atingisse suas localidades. Mesmo

Campina Grande sendo o principal empório comercial algodoeiro da Paraíba, onde a maioria da produção e as grandes firmas se encontravam, a capital João Pessoa também possuiu usinas de beneficiamento³³.



Figura 21: Usina de beneficiamento e prensagem de algodão em João Pessoa.

Fonte: DEPPB (1938)

O *Diario de Pernambuco*, em matéria³⁴ de 2 de julho de 1935, já demonstrava a adesão dos municípios ao programa de governo Argemiro. No movimento de compra de máquinas agrícolas as prefeituras de Alagoa Grande, Areia, Cabaceiras, Campina Grande, Ingá e Souza já estavam em cooperação com o Estado e com a Diretoria de Produção. Neste período, as prefeituras compravam máquinas agrícolas e emprestavam aos seus munícipes que necessitassem das mesmas. E na mesma matéria é dito que se esperava que outros municípios imitassem essas prefeituras que aderiram à campanha agrícola. Em 18 de janeiro de 1936 o *Diario de Pernambuco* já noticiava a adesão de mais uma cidade ao programa de mecanização da lavoura paraibana encomendando várias máquinas. Dessa vez Umbuzeiro aderiu à política agrícola do Estado paraibano e “o seu prefeito sr. Carlos Pessoa comunicou o facto ao governador Argemiro de Figueiredo que, aplaudindo a iniciativa, disse que era seu empenho fomentar a cultura mecânica em todo o Estado” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 18 jan. 1936, p. 3). O próprio Estado insistia na adesão de outras prefeituras, conforme lê-se em reportagem

³³ Silvano Vasconcelos (1980, p. 94) indica por meio da Revista “ALGODÃO” que em 1937 havia na praça de João Pessoa 7 firmas exportadoras de algodão.

³⁴ Lavoura que enriquece. **Diario de Pernambuco**. 02 jul. 1935, p. 2.

de *Parahyba Rural*, suplemento do jornal *A União* de 19 de janeiro de 1936, intitulada “A compra de machinas Agricolas pelas Prefeituras”:

Infelizmente o Estado não pode arcar sosinho com a tarefa tão grande. É grande o esforço a fazer. Ha necessidade de collaboração eficaz por parte de todos. Precisamos de machinas — é incontestável. Pois devemos compral-as. O agricultor deve ter a sua machina como os agricultores adeantados de todas as regiões civilizadas do globo. E as prefeituras devem auxiliar a lavoura dos seus respectivos municípios. (A UNIÃO, 19 jan. 1936, Secção 2, p. 1).

A mesma notícia ainda informa que quase todos os prefeitos aceitaram a campanha de aquisição de máquinas, mas somente doze prefeituras remeteram a cota do Estado. As prefeituras que adeririam foram então as de Areia, Picuhy, Guarabira, Alagoa de Monteiro, Santa Luzia do Sabugy, Sousa, Catolé do Rocha, São José de Piranhas, Araruna, Umbuzeiro, Cajazeiras e Anthenor Navarro. Com o sentido de compelir e pressionar os outros prefeitos, o texto finaliza da seguinte forma: “E as outras prefeituras? E as outras promessas? Que nos respondam os srs. prefeitos” (A UNIÃO, 19 jan. 1936, Secção 2, p. 1). A insistência ao programa agrícola, como podemos ver, era presente nos jornais, o que reforça a retórica do Estado paraibano que apenas por esse programa agrícola poderia-se obter o progresso. A tentativa de convencimento era tão grande que até paradas públicas com máquinas agrícolas existiam para exibição à população, a exemplo da notícia publicada no *Diario de Pernambuco* em 21 de dezembro de 1939, denominada “Parada de machinas agricolas”:

Realizou-se, hontem, nesta capital [João Pessoa], uma parada de machinas agrícolas do serviço de Fomento Agrícola Federal neste Estado, departamento esse subvencionado pelo governo da Parahyba. Todas as machinas que tomaram parte na parada foram adqueridas recentemente, por autorização dada pelo ministerio da Agricultura.

Nove grandes tractores de esteiras a oleo cru’ e outros aparelhos estiveram em frente ao Palacio da Redempção, a cuja saccada appareceram o interventor Argemiro de Figueiredo e auxiliares do seu governo. Depois, os tractores percorreram as ruas da cidade. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 21 dez. 1939, p. 2).

Embora como afirmado anteriormente, por mais que os municípios aderissem a certas campanhas do governo, algumas vezes o resultado efetivo da política ficava apenas na retórica, já que não havia assistência técnica para todos. Contudo o próprio DEPPB afirmava que existiam “departamentos agrícolas municipais, cada um com o

seu técnico, seu campo e material, departamentos esses que o govêrno Argemiro de Figueirêdo tornou obrigatório para todas as comunas.” (DEPPB, 1938). E outra forma de perceber a adesão e disseminação do programa do Estado para o algodão é observar as cidades que receberam sementes distribuídas como no quadro a seguir:

QUADRO 8: SEMENTES DE ALGODÃO DISTRIBUÍDAS	
Município de Taperoá	800
Município de S. J. do Cariri	700
Distrito de S. Branca	700
Distrito de Barra	700
Distrito de Bôa Vista	800
Município de Itaporanga	3.000
Município de Jatobá	2.000
Município de Bonito	2.000
Município de C. Rocha	1.500
Município de B. Cruz	1.500
Município de Pombal	2.000
Município de Itabaiana	56.000
Município de C. Grande	31.970
Município de Cuité	4.000
Município de Sapé	67.483
Município de Areia	6.960
Município de Guarabira	57.000
Município de Araruna	4.020
Município de A. Grande	22.060
Município de Esperança	9.670
Distrito de A. Remigio	12.000
Município de Santa Rita	60
Município de Patos	2.000
Município de Pilar	41.000
Município de Ingá	51.014
Município de Piancó	510
Capital	58

Fonte: A *UNIÃO AGRÍCOLA*, 21 jul. 1940, Secção 2, p. 2.

Nos anos de 1930, todos os municípios da Paraíba cultivavam algodão, exceto Cabedelo (AMORIM, 1999, p. 50). Isso só mostra o quanto o programa agrícola do governo paraibano foi adotado pelos municípios. Muitos acreditaram na ideia de progresso através da agricultura e do algodão, mas tudo tem um preço, a exemplo das mudanças bruscas que esses agricultores deveriam se submeter ao aderir às normas do Estado e ao abandonar os métodos antigos de cultivo.

Isso nos leva a lembrar que o processo da construção da hegemonia é tão intrínseco a este cotidiano que alguns fazendeiros, que já cultivavam algodão desde o século XIX, aceitaram passar a seguir o programa agrícola modernizador do governo com vistas a aumentar os lucros que obtinham com a plantação de algodão há gerações. Isto é, já havia uma tradição no cultivo de algodão que agora seria regulada através do projeto modernizador da lavoura para seguir os ritmos de produtividade e preços impostos pela concorrência dos *trusts* aqui implantados. Além do fato de que, para os novos agricultores, essas empresas surgiam como a oportunidade de se estabelecerem na produção algodoeira que já era algo que enriquecia uma boa parte da população do estado, fazendo com que sua visão de mundo se tornasse a visão dos interesses governamentais e do grupo algodoeiro. Muitos viam naquele momento uma oportunidade para o sucesso, mas sem ao menos refletir sobre se o projeto algodoeiro só iria beneficiar apenas uma parte da população, na maioria das vezes, os grandes fazendeiros e os investidores dos *trusts*. Em contrapartida, restava ao pequeno agricultor apenas as sombras desse processo modernizador, tornando muitas vezes combustível nas mãos do grupo algodoeiro por não possuírem capital o bastante para seguir o projeto do governo para o algodão na Paraíba. Isso leva-nos a pensar sobre o progresso prometido pelo projeto algodoeiro, ou podemos dizer, a expectativa de melhora de vida da população que os jornais vinculados noticiavam quando diziam que “devíamos seguir o exemplo dos agricultores de Ingá” (A UNIÃO, 15 mar. 1936, Secção 2, p.1). Os bons resultados não seriam compartilhados igualmente para todas as classes, desde o pequeno agricultor até os fazendeiros que cultivavam algodão. Ao contrário, os bons resultados ficariam circunscritos apenas para o grupo dos ricos fazendeiros e comerciantes detentores de capital e para as empresas estrangeiras que visavam os lucros que iriam obter se viessem a terreno paraibano.

Por meio do algodão, alguns fazendeiros e comerciantes acumularam capital para estarem à frente do processo modernizador algodoeiro de municípios como Ingá, enquanto restava aos trabalhadores sem capital a distância desse processo de modernização e do progresso por meio do algodão, tendo de migrar ou para o trabalho no campo nas mãos desses fazendeiros ou junto às empresas algodoeiras (LIRA NETO, 2016, p. 16). Embora saibamos que esses trabalhadores foram a chave para a alta produtividade do algodão à época, pois, assim como em Campina Grande na década de 1930, podemos destacar que “o preço da modernização recaía sobre os ombros do

lavrador, ao qual cabia a responsabilidade da produção” (SILVA, 1985, p. 98). O grupo algodoeiro iria liderar a modernização e o trabalho do lavrador seria o combustível para isso.

O arcaico e o moderno seriam tratados como opostos. Criava-se a narrativa segundo a qual as pessoas que não seguissem o projeto modernizador algodoeiro estariam entregues ao atraso, condenadas à superação no processo de desenvolvimento econômico através da agricultura e do algodão. E estes atos de “violência simbólica” estariam presentes, por exemplo, quando houve a proibição, via lei 650 de 7 de fevereiro de 1935, pelo qual se instituiu “a proibição do plantio de algodão comum nos municípios de Ingá, Itabaiana, Pilar e parte de Campina Grande” (SORRENTINO et al., 1993, p. 50), a fim de garantir a exclusividade da “variedade *Texas big ball*, proveniente dos campos de demonstração e cooperação mantidos pela Diretoria de Produção e Inspeção de Plantas Têxteis” (BURITY, 2017, p. 220)³⁵. Esse fato citado demonstra que o saber ou a tradição de um plantio de algodão que era realizado há muito tempo por esses agricultores passava agora a ser regulado pelo Estado, cabendo ao agricultor seguir as normas impostas ou ficar entregue à estagnação. A visão de mundo de quem estava à frente desse projeto modernizador era imposta, enquanto restava aos outros grupos submetidos seguirem seus ditames, ou seriam levadas à marginalização das atividades econômicas. A ascensão social só era prometida a quem estivesse disposto a seguir as normas do Estado paraibano, que propunha independência econômica e progresso mediante ao algodão.

Por meio do que foi explanado também podemos perceber que o Estado paraibano buscava garantir a qualidade do algodão para assegurar melhores preços no mercado internacional para que não acontecesse algo semelhante ao ocorrido no período imediatamente após a Guerra de Secessão, quando, por possuir um algodão de qualidade inferior, o mercado paraibano foi preterido ao americano. E foi por essa busca da defesa

³⁵ Sorrentino et al. (1993) identifica sem especificar que este fato aconteceu após 1934, enquanto Burity (2017) identifica a data do mesmo fato atribuindo de modo mais preciso: “A publicação da lei n. 650 de 7 de fevereiro de 1935 dispôs da regulação da venda de sementes de algodão que eram destinadas ao plantio. O referido texto legal, oportunamente publicado na seção agrícola do jornal oficial, proibiu que os municípios de Ingá, Itabaiana, Pilar e, em certa parte, de Campina Grande fosse semeada outra espécie de algodão que não o herbáceo da variedade *Texas big ball*, proveniente dos campos de demonstração e cooperação mantidos pela Diretoria de Produção e Inspeção de Plantas Têxteis. Por esse mesmo caminho, ficava sujeito à multa de um conto de réis todo aquele que distribuísse com gratuidade sementes que não fossem originárias daquelas instituições oficiais.” (PARAHYBA RURAL, 22 dez. 1935, p. 8 *apud* BURITY, 2017, p. 220).

da qualidade do algodão que o governo paraibano instituiu pelo decreto nº 1.348 de março de 1939 o Serviço de Classificação do Algodão em Caroço, que fiscalizava a colheita, os estabelecimentos de compra e venda de algodão e as instalações de beneficiamento. Caso alguém cometesse alguma fraude essa repartição também era responsável pelas punições (DEE, 1940, p. 78), o que justificava a existência de um tipo de inspeção científica nos campos. Como afirma Celso Mariz (1978, p. 115), “O expurgo e seleção de sementes, as instruções ao agricultor e inspeção científica dos campos são essenciais à organização oficial do serviço da produção”. A busca pela mudança dos processos arcaicos estava presente em vários âmbitos da sociedade paraibana da época, desde as instruções ao agricultor à inspeção científica dos campos, principalmente os campos de cooperação, de onde saíam os métodos modernos de cultivo.

O próprio caso da concorrência das empresas estrangeiras também entra nessa questão do arcaico e do moderno. Os comerciantes de algodão “que não entraram em sintonia com as grandes empresas estrangeiras, ficaram cada vez mais defasados em relação aos setores mais dinâmicos” (SILVA, 1985, p. 204). Acrescentando a questão do arcaico e o moderno, o DEE (1940, p. 66) afirmava que “todos os maquinismos beneficiadores estão sendo fiscalizados pelo governo, que não permite o funcionamento aos que não apresentem condições técnicas satisfatórias.”. A compra de peças dos EUA era colocada como uma alternativa para abandonar os velhos equipamentos. Em matéria do jornal *A União* de 10 de julho de 1940, intitulada “Para o melhor beneficiamento do algodão paraibano”, nos é relatado que a Diretoria de Serviço de Classificação passa a fiscalizar as instalações de beneficiamento a mando do Estado no ano findo. E devido a “não perfeição” de alguns descarçadores e a falta de peças apropriadas naquele ano, o Governo tomou as seguintes providências:

Assim, a Diretoria de Classificação a fim de melhor atingir seus altos objetivos do melhoramento da pluma paraibana, acaba de adquirir, nos Estados Unidos, grande estoque de serras, “costelas” e “escôvas” para bem aparelhar todos os maquinismos beneficiadores de algodão que estavam com as referidas peças estragadas.

[...]

A atual administração estadual leva a efeito, assim, uma iniciativa de alto alcance, defendendo o nosso principal artigo de exportação do perigo de um beneficiamento imperfeito, em máquinas com peças estragadas, o que conseqüentemente acarretaria a falta de preferência da mesma nos mercados consumidores. (A UNIÃO, 10 jul. 1940, p. 8).

Ainda que fossem vendidos a preço de custo pelo governo, como é relatado no mesmo artigo citado acima, essa situação mostra o caráter de fiscalização do governo para com as máquinas de beneficiamento, isto é, a continuação da busca de abandono dos processos velhos em busca de uma Paraíba Moderna. E vale salientar que novamente os EUA serviam de padrão para o Estado paraibano, fazendo o Brasil continuar dependente da nação citada para o seu processo de modernização algodoeira. Por outro lado, Josefa Silva (1985, p. 203) nos mostra que, segundo a opinião dominante, a entrada de empresas como a Anderson Clayton e a SANBRA tiveram seu lado positivo, pois estimularam o acesso ao capital e as maquinarias norte-americanas, o que ocasionou a expansão do mercado algodoeiro, embora, como já vimos anteriormente, a autora também aponta que os comerciantes que não entraram na dinâmica das empresas estrangeiras ficavam cada vez mais obsoletos. De certa forma, podemos observar que às vezes esses comerciantes não tinham nem condições de acompanhar a dinâmica dessas empresas. A modernização se colocava como algo imposto muitas vezes pelo Estado, mas nem todos tinham condição de acompanhá-la. Então mesmo com lados “positivo” e “negativo” a modernização algodoeira muitas vezes era uma “violência simbólica” que obstaculizava as formas tradicionais de cultivo, considerando-as, ademais, obsoletas e arcaicas, conforme se pode ler abaixo, em trecho do artigo³⁶ do jornal *A União*:

O panorama de atraso que era comum em nossos, campos vai rapidamente desaparecendo. A enxada rotineira, a semente sem valor, as safras ridículas, a monocultura, a desconfiança dos mercados compradores, tudo isso vai desaparecendo para dar lugar a um novo ambiente de trabalhos eficientes e produtivos, ambiente de bem estar e de melhor conforto aos que trabalham na terra. (A UNIÃO, 25 jan. 1940, Secção 2, p. 1).

A Paraíba, enfim, estaria se tornando uma terra onde o “atraso foi abandonado, uma terra moderna e de progresso”. Em outra reportagem do jornal *A União* do mesmo dia 25 de janeiro de 1940, denominada “O Cooperativismo na Paraíba” e com subtítulo “O surto de progresso da Paraíba decorre da nossa política cooperativista”, ressalta-se a importância do estímulo ao cooperativismo:

³⁶ Um lustro de trabalhos que estimulam as fontes de vida da Paraíba e realizam a segura prosperidade de nosso estado: A diretoria de fomento da produção sob as diretrizes firmes de um programa de governo orientado no sentido do bem público. *A União*. 25 jan. 1940, Secção 2, p. 1.

Inegavelmente, o extraordinário surto de progresso que a Paraíba vem experimentando, nos últimos cinco anos, decorre da nossa política cooperativista, cujo melhor exemplo nos vem do Governo do Estado, incentivando e auxiliando com eficácia as populações rurais, através da magnífica organização em que se aprimorou a nossa Secretaria da Agricultura, com os seus campos de demonstração e as suas fazendas experimentais, onde se aplicam, dentro dos rigores da técnica moderna, as modalidades e as práticas que mais afinam com o nosso ambiente. Agora mesmo, o interventor Argemiro de Figueirêdo determinou á Secretaria da Agricultura providenciar junto aos poderes municipais a fim de que o cooperativismo se torne ainda mais forte e mais disseminado na Paraíba. (A UNIÃO, 25 jan. 1940, Secção 2, p. 5).

Argemiro de Figueirêdo seria então o grande detentor dos méritos da Paraíba ter alcançado esse “progresso”, ele era o “apóstolo da renovação da lavoura”, como foi intitulada a matéria do jornal *A União* de 20 de fevereiro de 1940. Nela há um comentário sobre uma reportagem do *Correio da Noite* do Rio de Janeiro, a partir da qual conclui:

De fato, o sr. Argemiro de Figueirêdo, encarando sob prismas diferentes e racionais os problemas agrários do seu pequeno Estado, tornou-se bem cêdo o apóstolo da renovação de sua lavoura.

Fugimos dos processos empiricos para adoção de uma larga e arejada política agro-econômica, cujos resultados saltam à vista dos brasileiros e colocam a Paraíba no pé de igualdade com os mais adiantados Estados da Federação.

E não foi outra coisa o que ha pouco o presidente Vargas fixava, com a sua sabedoria e o seu patriotismo, naquêle seu nunca suficientemente exaltado discurso no áto inaugural da Conferência dos Interventôres. (A UNIÃO, 20 fev. 1940, p. 1).

Contudo, sobre as obras de Argemiro de Figueirêdo, Waniery Silva (2017, p. 145) afirma que eram “uma série de criações que revestidas de modernidade e progresso buscavam esconder velhas e carcomidas práticas de clientelismo e mandonismo”. Argemiro atrelou o seu programa agrícola ao progresso, banindo tudo que havia de obsoleto nas práticas agrícolas da Paraíba. Muitos acreditaram no seu programa e seguiram-no com grande convicção, principalmente o grupo algodoeiro, o que destaco nesta pesquisa. Do pequeno ao grande agricultor de algodão, do pequeno ao grande comerciante algodoeiro, todos acreditaram nesse progresso. Agora basta-nos sabermos se esse “progresso” era real ou apenas fruto de retórica do Estado.

2.1.1 Outros feitos da política agrícola de Argemiro para com o algodão

Em 1937, sob o comando de Getúlio Vargas, foi criado o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Antes disso, na Paraíba já estava havendo uma grande profusão de estradas desde os primeiros anos do governo de Argemiro de Figueiredo sob o cargo da Diretoria de Viação e Obras Públicas do Estado (DVOP-PB). Boa parte dessas estradas, as quais chamo aqui de “estradas do algodão”, estavam ligadas a municípios que cultivavam algodão, a exemplo de Ingá, que podemos ver nas fotos a seguir:



Figura 22: Construída estrada Ingá- Serra Redonda.
Fonte: DEPPB (1938)



Figura 23: Alargamento e revestimento estrada Itabaiana-Ingá.
Fonte: DEPPB (1938)

O Governo paraibano, portanto, também deu atenção ao sistema rodoviário, desde a conservação, o melhoramento e os reparos, enquanto, por sua vez, as ferrovias

iam recebendo cada vez menos estímulos. Destacavam-se como os mais importantes feitos desse tipo a construção das estradas rodoviárias de Jatobá–São Francisco–Piancó, Ingá–Serra Redonda, Sapé–Araçá e Alagoinha–Alagoa Grande (DEPPB, 1938). Ingá, Itabaiana, Jatobá, Piancó, Sapé, Alagoa Grande estavam fortemente vinculadas ao programa algodoeiro do Estado, o que fortalece a ideia das “estradas do algodão”. Além disso, no álbum *Realizações do Govêrno Argemiro de Figueirêdo*, de 1938, produzido pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba ainda mostra fotos das estradas vinculadas a Campina Grande, grande empório comercial algodoeiro:

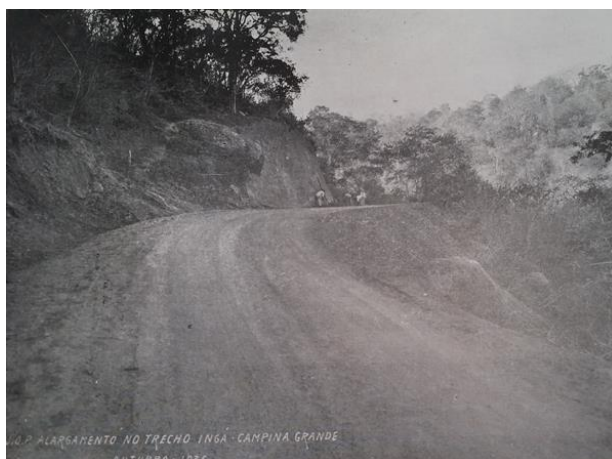


Figura 24: Alargamento estrada Ingá-Campina Grande.
Fonte: DEPPB (1938)



Figura 25: Mata-burros construído na estrada Ingá-Campina Grande em 1936.
Fonte: DEPPB (1938)

Outro ponto que se interliga com a construção de estradas é o surgimento dos caminhões como alternativa ao transporte algodoeiro. Como Gervácio Aranha (1991, p.

295) afirma, “a era das usinas de algodão torna-se também a era dos caminhões”. E os caminhões foram de extrema importância principalmente para o comércio algodoeiro do sertão: “As reprensadoras hidráulicas se instalaram até aos sertões, o que era impossível na época do burro. Hoje [1939] temos o caminhão para carregar com o fardo de 200 quilos” (MARIZ, 1978, p. 122). No início dos anos de 1930, os caminhões serviam para transporte de mercadorias entre as proximidades, a exemplo do transporte entre o centro comercial de Campina Grande e a estação da Great Western, mas os mesmos também transportavam mercadorias de outras localidades para a praça comercial campinense (ARANHA 1991, p. 289-290). Já nos anos de 1940, com o advento das estradas de rodagem, os caminhões ganharam maior destaque, sendo instrumentos do intercâmbio comercial entre o Sertão e as outras regiões paraibanas. Com os caminhões e as estradas de rodagem, Campina Grande continuaria com seu papel comercial, mas também haveria o intercâmbio com João Pessoa e Recife (ARANHA 1991, p. 297).



Figura 26: Caminhão com abacaxis que seriam exportados para a Suécia.

Fonte: DEPPB (1938)

Vale salientar que o próprio Estado pôde usufruir dessa era dos caminhões para as suas políticas agrícolas, visto que em matéria³⁷ do jornal *A União* de 25 de janeiro de 1940 demonstrava o suporte que a Inspeção do Serviço de Plantas Têxteis (ISPT) dava aos agricultores por meio dos caminhões:

Sempre que era necessário a I. S. P. T. por meio de seus caminhões e caminhonetes, transportava às localidades onde existiam postos do

³⁷ As repartições da atual secção de fomento agrícola no quinquênio 1935-1939. *A União*. 25 jan. 1940, Secção 3, p. 5.

Serviço, inseticidas e material agrícola adquiridos pelos agricultores do Estado, sem exigir dos interessados nenhuma indenização. (A UNIÃO, 25 jan. 1940, Secção 3, p. 5).

Outro feito de Argemiro de Figueirêdo que causou admiração e comoção do povo paraibano foi sua luta pela exportação de algodão para a Alemanha. A suspensão se deu por uma ordem da Carteira Cambial do Banco do Brasil de 31 de maio de 1938, segundo a qual não poderiam ser feitas as compras dos exportadores que compravam por marcos compensados para a Alemanha (DIARIO DE PERNAMBUCO, 27 set. 1938, p. 12). A medida impactou negativamente as exportações do algodão da Paraíba, visto que ela tinha na Alemanha seu principal mercado, como podemos ver no quadro 9 a seguir:

QUADRO 9: PARAÍBA - EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO PARA O MERCADO INTERNACIONAL - 1937	
PAÍS COMPRADOR	VALOR EM CONTO DE RÉIS
Alemanha	119.427
Grã-Bretanha	101.071
Japão	98.983
Itália	30.179
França	30.127
União Belga-Luxemburguesa	16.015
Portugal	5.478
Polônia	11.038
Estados Unidos	10.471
Holanda	10.127
China	9.961
Suécia	2.423
Indochina	565
Tailândia	554
Estônia	504
Índia Inglesa	371
Tchecoslováquia	369
Noruega	149
Suíça	121
Áustria	95
Dinamarca	50
Rumênia	47

Fonte: A UNIÃO, João Pessoa, 04 set. 1937, p. 02 *apud* SANTANA, 1999, p. 190.

Em entrevista ao *Diario de Pernambuco*, em matéria³⁸ de 27 de setembro de 1938, o ex-deputado federal José Pereira Lira falou sobre essa decisão:

O cancelamento do mercado germânico, de subito, é a derrocada da economia parahybana e de outros Estados irmãos, nas mesmas condições, — representando um golpe também para a produção paulista que tem nos fiadores allemães excellentes clientes. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 27 set. 1938, p. 12).

Coube então a Argemiro de Figueirêdo lutar pela liberação desse comércio, já que o mesmo sofreu apelos dos órgãos das “classes produtoras” (fazendeiros e comerciantes) para que lutasse por isso, como as associações e Sindicato de Exportadores de Algodão. Aos seus esforços somaram-se os do ex-deputado federal José Pereira Lira: “Honrado com a delegação do governo parahybano e de órgãos das classes encaminhado á deliberação do governo da Republica os pungentes appellos que venho recebendo, alias esse um dos motivos de viagem ao Rio do [...] interventor Argemiro” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 27 set. 1938, p. 12). Em reportagem de 12 de novembro de 1938, intitulada “A Parahyba exportará novamente algodão para o Reich, pelo systema de marcos compensados”, informava-se que a situação fora revertida. Getúlio Vargas permitiu novamente a exportação do algodão paraibano para a Alemanha pelo sistema de marcos compensados. Gerando comoção popular, Argemiro seria esperado em festa como demonstra a matéria³⁹ de 17 de novembro de 1938 do *Diario de Pernambuco* quando aponta:

É esperado amanhã, aqui, com grandes festas, o interventor Argemiro de Figueiredo com pessoas que chegam de todos os pontos do Estado.

Hoje, seguiram para Recife varias comissões que vão cumprimentar o interventor, no acto do desembarque. A partir dos limites entre Parahyba e Pernambuco, as populações assignalarão com festas a passagem do interventor. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 17 nov. 1938, p. 3).

Na fala de Gomes Maranhão ao *Diario de Pernmabuco*, em artigo intitulado “Gente agradecida da Parahyba: A cidade está cheia de matutos e sertanejos dos Cariris que vieram receber o interventor Argemiro de Figueiredo”, de 17 de novembro de 1938,

³⁸ A exportação do algodão brasileiro no Nordeste. **Diario de Pernambuco**. 27 set. 1938, p. 12.

³⁹ Da Parahyba: Esperado, hoje, o interventor Argemiro de Figueiredo. **Diario de Pernambuco**. 17 nov. 1938, p. 3.

podemos perceber o sentimento de gratidão das pessoas que tinham vínculo com o algodão para com o interventor Argemiro por ele ter conseguido o retorno do comércio com a Alemanha:

Campina Grande, a capital dos sertões brabos, já se trancava num ambiente de tristeza, perdia, aos poucos, aquella sua febre de negocios que enlarquece os caminhos, que crê a verdadeira romaria de caminhões naquelas bonitas e boas estradas das Obras Contra as Secas espichando-se por entre os marmeleiros sem fim, debaixo dum sol de tinir. Era este o drama da Parahyba, algodoeira por excellencia, quando naquella noite do começo de outubro passado, o sr. Argemiro de Figueiredo botou os pés no vapor ali, no caes Rio Branco, para ir contar ao sr. Getulio Vargas a desgraça do sertanejo. O homem foi embora, a gente toca a esperar pelo resultado, passaram-se semanas sem noticia, mas, ha uns dias atrás, os telegrammas vindo do Rio começaram a dizer que o presidente ouviu as queixas da família algodoeira, a família que congrega, no Nordeste, os maiores nucleos de populações, a agricultura que tanto faz encher as vistas do pobre como cavar a miseria dos ricos. Foi, afinal, permittida a exportação do algodão para Allemanha. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 17 nov. 1938, p. 12).

Argemiro de Figueirêdo assim teria a gratidão do grupo algodoeiro, do rico proprietário de fazendas de algodão, do comerciante e do pequeno agricultor sertanejo: “volta, agora a Parahyba com mais um testemunho cabal do quanto quer e do quanto preza o seu Estado. E os sertanejos, os parahybanos sentem isso bem, são gratos ao seu governador” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 17 nov. 1938, p. 12). Contudo, alguns meses depois a Guerra chegou e em matéria⁴⁰ do jornal *A União* de 16 de julho de 1940 já podíamos ver suas conseqüências, visto que a guerra europeia era apontada como um dos fatores que fez com que a safra de 1939-1940 não obter êxito, causando uma redução de 3.198.338 quilos nas exportações, comparada à safra imediatamente anterior, a de 1938-1939. E esse foi um primeiro vislumbre do que seriam as grandes conseqüências da Segunda Guerra Mundial sobre a Paraíba no contexto do período final do governo de Argemiro de Figueirêdo, como aponta Laura Helena Amorim (1999, p. 50): “A Segunda Guerra Mundial ao trazer o fechamento do comércio com a Alemanha provocou, a partir da década de 1940, uma mudança na situação do espaço algodoeiro paraibano, decorrente da ausência de perspectivas mais amplas de mercado”. A década de 1940 começaria com grandes mudanças para o cultivo do algodão na Paraíba. Além da Segunda Guerra Mundial, o próprio líder da modernização algodoeira sairia do

⁴⁰ A apuração final da safra algodoeira 1939-1940 da Paraíba. *A União*. 16 jul. 1940, p. 1 e 5.

governo do estado. Em 29 de julho de 1940 Getúlio Vargas aceitou o pedido de demissão de Argemiro de Figueirêdo de seu cargo de interventor.

2.2 Ruy Carneiro, e a contranarrativa sobre o “progresso” no governo de Argemiro de Figueirêdo

Sobre a saída de Argemiro de Figueirêdo da interventoria, Jean Silva (2013) afirma que o estopim foi as disputas inter-oligárquicas entre o grupo de Argemiro e o grupo da família Pessoa, liderado por Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Eptácio, sobrinho de João Pessoa, que, por sua vez também era sobrinho do grande chefe do clã oligárquico Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa, presidente do Brasil entre 1919 e 1922, tentava a todo custo ser interventor da Paraíba, buscando cargos no governo estadual a fim de substituir Argemiro de Figueirêdo. Argemiro, por sua vez, buscava combater essas investidas de Eptácio Cavalcanti afastando-o do governo. Até que em 2 de outubro de 1939 Eptácio usa de uma denúncia formal que apontava diversas falhas no governo paraibano. Getúlio Vargas acatou o pedido e começou uma investigação a qual Argemiro respondeu às denúncias levantadas em 25 de janeiro de 1940. A Comissão de Inquérito procurou um acordo, mas Argemiro não atendeu as propostas de Eptácio e colocou o seu cargo à disposição do governo federal. Depois de consultar Ruy Carneiro, paraibano e secretário do presidente do Banco do Brasil, acerca de nomes para o governo do Estado, Vargas decidiu acatar o pedido de Argemiro e o exonera do cargo em fins de julho de 1940, nomeando o próprio Ruy Carneiro como o novo interventor, deixando Eptácio mais uma vez fora do governo do Estado da Paraíba. (SILVA, 2013, p. 53-58).

No trabalho de Antônio Carneiro Arnaud (2000) podemos encontrar o depoimento do próprio Ruy Carneiro feito aos entrevistadores Lúcia Hippolito e Eduardo Raposo no dia 09/03/1977⁴¹ sobre o processo de saída de Argemiro de Figueirêdo do governo do estado. O novo interventor relatou que, apesar dos problemas referentes à Paraíba, ele próprio já havia sido repreendido por Vargas quando resolveu criticar o governo Argemiro, o que mostra que o presidente ainda admirava seus trabalhos. Mas não só isso. O depoimento é rico em detalhes sobre como teria sido a

⁴¹ Foram realizadas duas entrevistas pelos referidos entrevistadores. Uma se deu no dia 07/03/1977 e outra no dia 09/03/1977.

conversa de Ruy Carneiro com Getúlio Vargas para a nova escolha do interventor paraibano:

O presidente Vargas, numa tarde de julho, se não me falha a memória, no dia 14 de julho, mandou chamar-me no palácio. Eu era secretário do presidente do Banco do Brasil [...] Chamava-me para resolver qualquer problema que achasse interessante. Nessa oportunidade, havia uma luta muito grande de diversas pessoas do estado, cujos nomes não vale a pena lembrar, porque alguns já morreram, contra o então interventor Argemiro Figueiredo. Eu mesmo era contra ele, mas não pronunciava, porque, certa vez, o presidente Getúlio Vargas, por quem tinha verdadeira idolatria, numa conversa que tive com ele no Palácio Guanabara, não ficou satisfeito com a minha maneira de criticar certos assuntos relacionados com a Paraíba, durante o governo de Argemiro Figueiredo, hoje meu grande amigo. Então, nunca mais falei em assuntos da Paraíba ao presidente. Getúlio me mandou chamar e fez uma série de perguntas sobre a Paraíba. Disse-me que estava disposto a modificar a situação do estado e, como Argemiro Figueiredo lhe havia escrito uma carta pedindo demissão, ele desejava concedê-la. Perguntou o que eu achava a respeito do interventor Argemiro Figueiredo. [...] Havia apenas certos assuntos que Argemiro Figueiredo conduzia de uma maneira com a qual eu não estava de acordo. Essa foi minha resposta ao presidente. Ele perguntou: “Tu poderias dar-me alguns nomes para essa substituição?” Eu disse: “Vossa Excelência deseja brasileiros civis, militares ou paraibanos?” Ele respondeu: “Para a Paraíba, quero um paraibano e civil”. [...] E levei, ninguém soube, dez nomes para ele. (ARNAUD, 2000, p. 45-46).

E o desenrolar desta conversa já sabemos: Argemiro de Figueiredo foi exonerado do cargo e o escolhido de Getúlio Vargas foi o próprio Ruy Carneiro. O *Diário de Pernambuco* publicou, em 30 de julho de 1940, a carta de Getúlio Vargas dirigida a Argemiro de Figueiredo sobre sua exoneração:

“Há tempos recebi o seu pedido de exoneração. Compreendi bem o seu louvável propósito de não querer, pela permanência no governo, contribuir para prolongar a delicada situação creada e dificultar a solução que fosse julgada mais aconselhavel aos interesses e á tranquilidade do povo parahybano.

Reconhecendo ser oportuna, agora, a solução proposta por seu expontaneo pedido, resolvi conceder-lhe a exoneração e substituil-o por pessôa alheia aos dissídios e preveações locaes, a fim de manter a necessária isenção de animo e administrar o Estado.

Quero agradecer os seus bons serviços e a sua leal collaboraçãõ prestados ao meu governo, reiterando-lhe, ao mesmo tempo, a estima e o apreço pessoal que sempre lhe dispensei.

Cordiaes saudações — (a) GETULIO VARGAS”. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 30 jul. 1940, p. 3).

E no mesmo dia 30 de julho de 1940, em meio à notícia intitulada “A despedida do interventor Argemiro de Figueirêdo ao povo paraibano” foi publicada no jornal *A União* a carta pela qual Argemiro se despedia do povo paraibano:

Quero significar, na hora em que deixo o governo do Estado, a expressão do meu mais sincero e emotivo agradecimento a todos quantos me ajudaram, nos postos da Administração, a promover a soma de bem coletivo que aí fica com alguma força para resistir à prova do tempo.

[...]

A consciência não me acusa de atos intencionais de que me devesse penitenciar. Os meus erros fôram erros comuns das complexas funções de governo e os quais eu sempre me dispunha a corrigir ou atenuar quando advertido pelo interesse publico. E para revela-los penso que bastam as minhas noites de vigília pelo bem do Estado, a lealdade intransigente de minha conduta, o meu esforço pela ordem, pela paz e pela felicidade dos meus conterrâneos. Êsses desejos e esses sentimentos que sempre me encheram o coração, tranquilizam-me inteiramente em fazer retornar sereno ao labor das atividades particulares. (A UNIÃO, 30 jul. 1940, p. 1).

E um dia após a publicação dessa carta de despedida, fora estampada na primeira página do jornal *A União* a nomeação de Ruy Carneiro para interventor da Paraíba nos seguintes termos: “domina nas diversas camadas sociais de nossa terra uma simpática e justa expectativa em torno da ação a ser desenvolvida pelo novo delegado do Presidente Getúlio Vargas, em nosso Estado” (A UNIÃO, 31 jul. 1940, p. 1).



Figura 27: Ruy Carneiro.
Fonte: A UNIÃO, 31 jul. 1940, p.1.

Ao adentrar no governo, Ruy Carneiro teve como uma das suas ações denunciar a situação em que se encontrava o estado paraibano: “Denunciou a grave situação econômica-financeira do Estado, acusando o governo anterior de haver propagado uma imagem irreal desta situação.” (GURJÃO, 1999, p. 84). Isso já levanta algumas questões, será que o progresso econômico pregado no governo era irreal? Ou será que era fruto só de retórica do discurso do Estado? Ou talvez a crise econômico-financeira pudesse ser fruto da estratégia de discurso do novo governante? O que podemos perceber primeiramente é que esse discurso de Ruy Carneiro sobre a “verdadeira” situação da Paraíba seria muito difundido no estado, principalmente pelos jornais. Em matéria do jornal *A União* de 28 de agosto de 1940, denominada “A situação econômico-financeira do nosso Estado”, escrita por Otávio Bezerra, é apontado que ao antigo governo paraibano:

Só lhe interessava era fazer propaganda retumbante da sua ôca administração para conservar, com estas tapiações, no poder. Fez alguns serviços de fachada para chamar a atenção dos nossos visitantes.

[...]

O povo, porém, na sua maioria, estava morrendo a fome, com um standard de vida miserável, escorchado de impostos, esmagado com centenas de cobranças executivas até das ridículas importâncias de 5 e 6\$000, que se elevavam logo para 200 e 300\$ com multas e custas. A situação era de terríveis veixames, pois o pobre bodegueiro, ou o agricultor teria de ficar sem a casinha, ou dois ou três hectares de terra, onde habitava com a família, para satisfazer as garras do fisco, cujos bens em hasta pública são em geral arrematados pela decima parte do valôr.

[...] o govêrno de então, completamente desinteressado pela sorte dos seus governados, se desmandava em asfixiar ainda mais as classes produtoras e o comércio com aumento de diversos impostos e multas escorchantes. (A UNIÃO, 28 ago. 1940, p. 3 e 5).

Já em outra reportagem do jornal *A União* de 31 de agosto de 1940, intitulada “Verbas estouradas e créditos extraordinários”, o referido jornal aponta que o antigo governo tinha um “regime que não averiguava a existência de saldos nas verbas orçamentárias” (A UNIÃO, 31 ago. 1940, p. 1). Mas as denúncias sobre uma má administração anterior não ficavam apenas na esfera dos periódicos locais ou oficiais, como o caso de *A União*. O *Diario de Pernambuco*, que há pouco exaltava os feitos e a própria pessoa de Argemiro de Figueirêdo, também denunciava a situação do estado vizinho, quando aponta, em matéria de 22 de outubro de 1940, que a administração

atual paraibana herdou uma dívida de 27.168:256\$480⁴² da administração anterior. Em paralelo a essa afirmação podemos recorrer a um discurso do DEPPB em 1938 sobre o governo Argemiro, que estaria “executando, sem empréstimos de qualquer natureza, tão somente baseado nos recursos financeiros do Estado, o seu extraordinário programa de administrativo, numa bôa, honesta e segura aplicação dos dinheiros públicos.” (DEPPB, 1938, p. IV). Segundo o novo interventor Ruy Carneiro, Argemiro passava a imagem de uma Paraíba em constante progresso nos órgãos oficiais, mas por trás de seu discurso havia uma dívida estatal⁴³ que aumentava a cada ano. Tal qual *A União*, o *Diario de Pernambuco* guinou sua avaliação sobre a administração do estado da Paraíba para fazer eco às críticas de Ruy Carneiro ao seu antecessor. Assim, em 5 de novembro de 1940, em entrevista denominada “É angustiosa a situação da Parahyba”, Ruy Carneiro falaria com “rude franqueza” sobre a situação da Paraíba ao representante dos Diários Associados. Ao identificar as causas do impasse paraibano, disse que a Paraíba sofrera por conta da gestão anterior uma depressão econômica, principalmente pelas despesas com o funcionalismo público, que representariam 65% do orçamento do Estado. Além disso, teceu críticas à imagem que o governo anterior queria passar da Paraíba por meio de suas propagandas oficiais:

Dizia-se que a Parahyba alcançara um nível de prosperidade, de alto padrão econômico, tendo em dia os seus compromissos. Insistia-se na afirmativa do equilíbrio orçamentario. Divulgavam-se plaquetes e photographias. Inauguração de logradouros, institutos, etc., se anunciavam pelo radio, e pela imprensa. Mas a cortina de fumaça se esbateu — e a realidade se apresenta em linhas inversas a essa propaganda systematica, que, dentro do Estado, entretanto, já não illudia a ninguem. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05 nov. 1940, p. 3).

Mais uma vez entra em questão se o progresso e a prosperidade que era pregada pelos jornais na época de Argemiro de Figueirêdo eram reais. Por outro lado, também era claro o objetivo de Ruy Carneiro em tentar passar uma imagem de caos do governo

⁴² No relatório intitulado **A Administração Paraibana em 1941** (1942), apresentado a Getúlio Vargas era apontado uma dívida de 27.098:526\$500.

⁴³ Até dívidas com a ACCO e a SANBRA foram adquiridas, como salientam Cittadino e Silva: “Ainda com relação à questão orçamentária, a administração anterior deixou uma série de dívidas que tiveram de ser saldadas pela nova interventoria: a 22 de outubro de 1940, foi aberto um crédito especial com a finalidade de atender ao pagamento de juros e de depósitos feitos no Tesouro pelas firmas Anderson Cleyton e Cia. Ltda. e Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA), duas multinacionais ligadas ao comércio e ao beneficiamento do algodão na Paraíba no valor, respectivamente, de 100:000\$000 e 300:000\$000. Tais depósitos datavam de 1937, quando o Estado concordara com o pagamento de juros de 2% ao ano sobre depósitos efetuados, juros estes que nunca haviam sido pagos.” (A UNIÃO, 25 ago. 1940, pp.8/6 *apud* CITTADINO; SILVA, 2008, p. 133).

anterior para tentar legitimar e buscar apoio às mudanças e diretrizes encaminhadas por seu próprio governo. Como bem afirma o pesquisador Jean Patrício da Silva (2013, p. 96), “essa tentativa de passar uma imagem de caos administrativo, através da imprensa, foi uma constante nos primeiros meses da administração Ruy Carneiro. Dia após dia, o órgão oficial trazia manchetes demonstrando ‘a real situação financeira do Estado’”. Monique Cittadino e Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (2008) afirmam que quando Ruy Carneiro assumiu a interventoria, para que se firmasse no poder, “era necessário que a imagem de Argemiro de Figueiredo fosse desconstruída e que a sua incorporasse a idéia do ‘salvador’, o único homem capaz de tirar a Paraíba do estágio degradante em que se encontrava.” (CITTADINO; SILVA, 2008, p. 141). Além disso, Luiz Burity (2017, p. 168) compreende que a mudança de governo fez o jornal *A União* ter uma nova postura, que passaria “a investir na construção da imagem do novo gestor em detrimento do anterior”. Este fato é salientado já para o início do governo de Ruy Carneiro por Cittadino e Silva (2008, p. 123): “Com a nomeação de Ruy Carneiro, inicia-se, através do jornal *A União*, periódico estatal, e, portanto, porta-voz oficial do governo, a construção da imagem do novo interventor que ainda não havia chegado ao estado”. Ana Beatriz Silva (2012) afirma que *A União* construiu a imagem de Ruy Carneiro como “um homem comprometido com a coletividade, alheio a disputas políticas, esclarecido, moderado e devotado ao Estado Novo.” (SILVA, 2012, p. 176). De certa forma a guinada de apoio incontestável do jornal *A União* a Argemiro de Figueiredo para conferir apoio incontestável a Ruy Carneiro é compreensível na medida em que este era um órgão oficial do governo (SILVA, 2013, p. 67). Infelizmente, considerando os limites e objetivos desta pesquisa, não consegui averiguar os motivos pelos quais o *Diário de Pernambuco* assumiu posição semelhante ao jornal oficial da Paraíba. De todo o modo, com esse novo rumo no governo paraibano, Argemiro de Figueiredo desapareceria das matérias do jornal *A União* (SILVA, 2013, p. 71). Argemiro era entregue então ao ostracismo na política paraibana⁴⁴.

⁴⁴ Na obra de Epaminondas Câmara (1988) fala-se o seguinte sobre o ostracismo a que Argemiro de Figueiredo foi submetido: “O senhor Argemiro foi lançado a um impiedoso ostracismo sem precedentes na história política da Paraíba. Foguetões de assobio e manifestações de desagrado na Capital, no dia da sua saída; censura policial a um discurso seu de paraninfo dos alunos do Instituto Pedagógico à qual ele não se sujeitara nem lera o discurso; impossibilidade de apresentar defesa contra acusações, na maioria improcedentes, do órgão oficial do Estado, etc., etc., além de violências policiais contra pessoas de sua família, de seus moradores; tudo ele sofreu. E, no entanto, apesar de lhe ser tão adversa a máquina administrativa do Estado, ele venceu nas urnas, cinco anos depois, por expressiva maioria” (CÂMARA, 1988, p. 133).

Apesar desses discursos nos jornais, na já citada entrevista do dia 07/03/1977 transcrita na obra de Antônio Carneiro Arnaud (2000), transcorridos mais de 30 anos de sua posse como interventor, Ruy Carneiro fala de forma pacífica sobre os problemas que encontrou ao ocupar o governo paraibano em lugar de seu futuro “grande amigo”⁴⁵ Argemiro: “Encontrei as dificuldades normais de quem governa um estado pobre do Nordeste. Mas fiz tudo o que foi possível, atacando alguns problemas: educação, agricultura – desenvolvimento da agricultura e pecuária –, estradas e assistência social.” (ARNAUD, 2000, p. 34). Nessa fala dele, o discurso da angustiada situação financeira parece inexistir, o que leva-nos a ponderamos sobre se os discursos terem sido mais para desconstruir a imagem do governo anterior e criar um clima favorável de apoio ao seu novo governo, ou se realmente Argemiro tinha deixado a Paraíba no caos financeiro. Em reportagem do carioca *A Notícia*, republicada no jornal *A União* de 13 de novembro de 1940, intitulada “No que deu a obra de um ‘notável’ estadista... a situação real em que o sr. Argemiro de Figueirêdo deixou a Paraíba”, são reproduzidas detalhadas acusações contra o governo Argemiro:

O sr. Argemiro de Figueirêdo, modêlo de administrador, exemplo de governante, “avis rara” de estadismo, era um “tatú”. E a Paraíba, feliz e próspera, graças á capacidade genial do seu Interventor, caminhava, pressurosa, na estrada larga e asfaltada do progresso...

[...]

Ora vem agora A UNIÃO — órgão oficial do estado — e apresenta o quadro real da situação paraibana. Assim, em 1935 — último ano do governo do sr. Gratuliano de Brito, o orçamento estadual foi fixado em 15.976:980\$000. Pois em um quinquenio o sr. Argemiro de Figueirêdo elevou-o a 37.286:982\$000 isto é, mais do dobro! O Estado gasta, “apenas” 63% da sua receita com o pagamento do funcionalismo público; e, embora a receita tenha tomado proporções desconcertantes, pelo aumento extorsivo dos impóstos, a dívida pública sóbe a 40.000 contos, estando a administração em face de um “déficit” de mais de 12.000 contos! (A UNIÃO, 13 nov. 1940, p. 1).

Mas em diversas ocasiões, Argemiro respondeu às acusações que sofrera, a exemplo de uma ocasião em um discurso na Câmara de Deputados, em 29 de maio de 1947, em que se defendia de um ataque perpetrado pelo deputado Janduhy Carneiro, irmão de Ruy Carneiro, que deixara o cargo de interventor em 1945. Este embate foi descrito por Jean Silva (2013) da seguinte forma:

⁴⁵ Argemiro também afirma que Ruy Carneiro virou seu amigo em entrevista a William Tejo (TEJO, 2001, p. 42).

[...] durante sua explanação, sempre apartado pelo irmão de Ruy Carneiro, Figueiredo passa a se ater nos números que possivelmente foram deixados como dívidas ao seu sucessor. Esclareceu que o valor total de vinte e sete milhões de cruzeiros, deveriam ser abatidos quantias na ordem de Cr\$ de 5. 231. 523,00 referente ao empréstimo de Cr\$ de 6.000.000, 00 contraído com o Banco do Brasil e ainda outras operações de credito realizadas pela Interventoria de Gratuliano de Brito. Outro valor era na ordem de Cr\$ de 800.000,00 cruzeiros correspondente a encampação da Empresa de Serviços Elétricos, também oriunda de administrações anteriores. Dentre vários outros, um merece destaque: o valor do débito que o Estado tinha com o porto de Cabelo no valor de Cr\$ 3.743.000,00. (SILVA, 2013, p. 99).

O autor indaga: “Diante de tantas afirmações, qual o valor correto? Vinte e sete milhões, vinte milhões, ou ainda, levando com consideração a afirmação de Figueiredo em seu discurso, que o Estado teria deixado um ativo de doze milhões de cruzeiros” (SILVA, 2013, p. 99). Mas posteriormente Jean Patrício da Silva (2013, p. 100) afirma: “a propaganda proporcionada por Ruy Carneiro e seus auxiliares deve ser vista com cautela. [...] Feito pelo órgão oficial, e sem direito a defesa, as denúncias de uma ‘grave crise financeira’ devem ser vistas com ressalvas”. As denúncias também podiam ser apenas estratégia política de Ruy, que queria construir sua imagem em detrimento da imagem do seu antecessor, já que posteriormente elas pareciam sumir dos seus relatos. O próprio Argemiro de Figueirêdo relata em sua obra *Em defesa do meu governo* (1940), feita em resposta às acusações de Epitácio Pessoa Cavalcanti, que o Estado não tinha dívidas quando diz que: “A Paraíba não tem dívida externa. A única dívida interna, proveniente do empréstimo contraído no Banco do Brasil pela administração anterior, tem sido paga pontualmente, quer quanto às parcelas de amortização, quer quanto aos juros” (FIGUEIRÊDO, 1940, p. 95). De acordo com Celso Mariz (1978, p. 139), se as despesas e investimentos aumentaram durante o período de governo de Argemiro, “as rendas do estado quase dobraram de um quadriênio para outro. De 63.100.000 cruzeiros nos exercícios de 1931 a 1934 para 120.000.000 cruzeiros nos de 1935 a 1938.” Esses dados demonstram que o Estado em si estava em boas condições financeiras durante o período Argemiro, ou pelo menos não tão ruins quanto faziam crer seus detratores. Uma fala de Argemiro de Figueirêdo mais uma vez entra em destaque quando o mesmo diz: “Que crise é essa, a despeito de cuja apregoada existência, tudo no Estado amplía e desenvolve e progride?!” (FIGUEIRÊDO, 1940, p. 95). O que levamos novamente a concordar com Jean Silva (2013, p. 100) quando diz: “O que houve na realidade, foi uma conjuntura desfavorável ao novo governo, somada a uma crise muita

mais econômica do que financeira.”. Frente aos embates com seu antecessor, que desenvolveu medidas de beneficiamento do algodão, cabe agora ver como seu sucessor, Ruy Carneiro, passou a desenvolver sua política econômica para o Estado, sobretudo no que se refere à sua política agrícola.

A base da economia da Paraíba em 1940 permanecia agrária. E em 1942 ela sofrera uma grande estiagem, o que levou à redução da produção de seus gêneros cultivados. A estiagem só veio cessar em 1943 após 22 meses, com fortes chuvas comemoradas por Ruy Carneiro (SILVA, 2013, p. 62-63), como relata o próprio governador: “A seca de 1942 foi tremenda, e meu querido amigo, o imortal presidente Getúlio Vargas, pouco pôde ajudar-me. Mesmo assim, nós conseguimos atravessá-la. Foi um período pavoroso, porque havia guerra, e a Paraíba não podia exportar seus produtos” (CARNEIRO *apud* ARNAUD, 2000 p. 34-35). Além da seca, outros dois fatores assolaram a economia da Paraíba nesse período: a Segunda Guerra Mundial, que teve impacto sobre as exportações e o racionamento de combustíveis, e a concorrência do algodão paulista. Nos últimos quatro anos em que Argemiro de Figueiredo esteve no governo do Estado, a Paraíba produziu 234 milhões de quilos de algodão, enquanto no quinquênio de Ruy Carneiro foram produzidos apenas 146.049.758 quilos (SILVA, 2013, p. 104-105). Sobre a questão paulista, embora Getúlio Vargas tenha obtido resultados no avanço de uma unidade nacional marcada pela centralização política e predomínio do governo da União, havia uma dificuldade em relação à divisão do Brasil em zonas de produção. Inicialmente, o papel de São Paulo no panorama nacional seria o de importar o algodão nordestino, mas o que aconteceu foi que São Paulo viu no algodão uma saída para a crise do café e seguiu com seu cultivo (A UNIÃO, 21 nov. 1940, p. 6). São Paulo então não respeitou a divisão das zonas de produção planejada pelo governo central, que atribuía ao Nordeste a zona de produção do algodão a ser beneficiado pela indústria paulista. Já no início da década de 1940, isso contribuiu para acarretar no declínio do algodão nordestino frente à emergência do paulista. Do mesmo modo, a guerra também teve impacto forte na Paraíba, especialmente ao se ter fechado o acesso ao mercado alemão, como afirma A. Rocha Barreto ao jornal *A União* em matéria denominada “O Algodão”, de 27 de setembro de 1940:

Os mercados europeus estão praticamente fechados para nós outros. Perdemos, em consequência das tenazes do bloqueio inglês, o maior consumidor do algodão nordestino. Referimo-nos à Alemanha, que,

apesar do sistema de trocas, absorvia, a preços compensadores, fibras de todos os tipos para a sua variada indústria.

[...]

A Paraíba, mais do que qualquer outra província nordestina, aflige-se com os empecos que a guerra determinou, respeitantes ao produto vital de nossa exportação. O algodão é a viga mestra de nossa economia, e como no presente não tem mercado externo, não póde, conseqüentemente, lograr preços compensadores dentro do país, cuja produção ultrapassa demasiado as possibilidades do consumo fabril interno (A UNIÃO, 27 set. 1940, p. 3).

Fato interessante sobre o impedimento do comércio com a Alemanha é apontado em texto de Marcus Coutinho (2000), no qual o autor afirma que no período que Flávio Ribeiro Coutinho estava à frente da Associação Comercial da Paraíba, isto é, de 1939-1941, esta entidade procurou uma solução para a crise junto ao governo federal, que havia impedido o comércio com a Alemanha para atender aos interesses dos Estados Unidos (COUTINHO, 2000, p. 37). Esse fato ganha destaque, porque mostra que, a princípio, antes da guerra começar, os EUA já estavam influenciando outras nações através de seus laços e mais uma vez a Paraíba estaria entre os impasses das grandes nações, prejudicando o comércio algodoeiro. Ademais, além da exportação de algodão sofrer com o bloqueio do seu maior comprador, a Alemanha, também sofria principalmente o agricultor paraibano que tinha no algodão a maior fonte de sua renda, como retrata a matéria do jornal *A União* de 28 de setembro de 1940, intitulada “O algodão e outros produtos agrícolas em face da crise”:

A guerra trouxe enormes transtornos para os mercados exportadores nacionais, principalmente, o algodão, cuja produção depende do comércio externo em cerca de 75%, conforme afirma um especialista em assuntos algodoeiros na Revista “Ouro Branco” de junho do corrente ano.

A situação é, realmente vexatória para os mercados exportadores [...] estão preocupados com a enorme baixa de preços originada pela paralização da exportação para os mercados estrangeiros para onde era canalizada a totalidade da nossa produção. Decorre daí uma situação precária e angustiante para os nossos produtores, crescendo mais ainda a inquietação pela acumulação de estoques que permanecem invendáveis em nossos mercados acarretando grandes prejuízos para os agricultores e para a nossa balança de contas. (A UNIÃO, 28 set. 1940, p. 3).

Em resposta à crise instaurada e procurando defender o comércio algodoeiro, Ruy Carneiro buscou a concessão de cotas e licenças para o escoamento do algodão para a Espanha (SORRENTINO et al., 1993, p. 57). E os representantes do grupo

algodoeiro agradeciam a Ruy, como consta em reportagem do jornal *A União* de 10 de novembro de 1940:

“João Pessôa, 9 — Informados da valiosa colaboração de vossencia perante presidente da República, pleiteando concessão quotas saída do algodão para a Espanha, vimos trazer os agradecimentos das classes conservadoras pela significação econômica que representa para o Estado a exportação do referido produto. Saudações. — **João Celso Peixôto**, presidente em exercício da Associação Comercial”.

“João Pessôa, 9 — Ciênte da oportuna intervenção de vossencia junto ao presidente Vargas para licenciamento da exportação disponível do algodão, venho em nome deste Sindicato manifestar a vossencia todo o nosso reconhecimento. Respeitosas saudações, **Coralio Soares**, presidente do Sindicato Negociantes Atacadistas Algodão”. (*A UNIÃO*, 10 nov. 1940, p. 1).

Outra medida de Ruy Carneiro foi angariar créditos junto ao Banco do Brasil para o comércio algodoeiro, como podemos ver em matéria do *Diario de Pernambuco* de 6 de outubro de 1940: “Attendendo a solicitação do interventor Ruy Carneiro o presidente do Banco do Brasil autorizou as suas agencias concederem facilidades de credito ao commercio algodoeiro”. Junto à Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, Ruy Carneiro trouxe uma nova esperança para sair da crise que se instaurava na Paraíba:

Ainda ha pouco tempo, a Carteira Agrícola do Banco do Brasil teve ordem para transacionar sob penhor agrícola do algodão, cobrando juros reduzidos, providência esta que constituiu uma parte da promessa feita por s. excia. ao interventor Ruy Carneiro, em Curêma, cuja medida complementar vem de ser tomada agora, com a decisão permitindo a exportação do algodão para os portos espanhóis, únicos do Mediterraneo em condições de absorver bôa parte do excesso da nossa produção.

[...]

A bôa nova divulgada nesta capital e comunicada para Campina Grande e outras praças do interior, produziu intenso júbilo visto que se abre, assim, perspectivas mais satisfatórias ás classes produtoras do estado, que vinham sendo diretamente afetas pela estagnação do comércio algodoeiro (*A UNIÃO*, 01 dez. 1940, p. 1).

Na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista a perda de acesso a muitos mercados devido aos bloqueios entre nações, os países sul-americanos se voltaram prioritariamente aos Estados Unidos. O Brasil então aumentou sua importação dos EUA em 66%, embora a importação americana tenha aumentada apenas 7%, o que deixou o Brasil com um saldo negativo de 3 milhões de dólares com a referida nação. E

como os EUA não podiam absorver os excedentes exportáveis dos produtos naturais brasileiros por serem também exportadores de alguns produtos semelhantes, acabou dificultando ainda mais a situação brasileira. No que se refere ao algodão, os EUA faziam concorrência ao algodão brasileiro, o que deixava o Brasil apenas em situação de espera da normatização do mercado europeu para esse produto (A UNIÃO, 21 nov. 1940, p. 1), o que remonta, a meu ver, em outro ponto que também deve ser observado sobre a crise do setor algodoeiro, isto é, a influência das empresas estrangeiras (ACCO e SANBRA) nessa crise. No trabalho de Gervácio Aranha (1991) consta um depoimento de Antônio Pereira de Moraes, livreiro e poeta, que vivenciou os dilemas do período: “Mas o pior de tudo isto é que o dinheiro ganho por tais multinacionais não era investido aqui, ia todo para fora do país” (ARANHA, 1991, p. 159). Com grandes ou pequenas proporções essa situação deve ter influenciado, visto que a ACCO e a SANBRA eram as grandes influenciadoras do comércio algodoeiro paraibano, como vimos anteriormente neste trabalho. Além disso, o algodão era o produto que movimentava o comércio paraibano e o fato do dinheiro gerado por ele não ser revertido para o comércio local, certamente iria gerar uma crise nesse comércio. Então a mesma questão levantada na Segunda Guerra Mundial entre os EUA e o Brasil também pode ser levantada para essa questão local da Paraíba: assim como os EUA, as empresas estrangeiras que deveriam impulsionar o mercado paraibano apenas usaram da produção local para crescerem e não fizeram uma troca justa, o capital só iria para fora do país o que podia reverberar em crises, como as do déficit do governo Argemiro. Como Celso Mariz (1978) afirma, a atuação dessas empresas com os lavradores paraibanos não era uma “concessão sem interesse” e, pelo que podemos ver, também não era “sem interesse” para o comércio algodoeiro em geral.

Concluindo as discussões de Ruy Carneiro e da “crise” herdada de Argemiro de Figueirêdo, podemos afirmar que apesar de Ruy Carneiro ter passado por toda essa crise, com grandes momentos de embates entre correligionários de ambos, tendo de passar por dificuldades por conta da dívida do Estado, da concorrência paulista e da Segunda Guerra Mundial, anos depois ele e Argemiro se tornariam grandes amigos, fato demonstrado na obra de Antônio Carneiro Arnaud (2000, p. 17) sobre o final da vida de Ruy: “ia a Fazenda Itararé visitar seu então amigo Argemiro Figueiredo. Em 1977, quando por lá passou, na ocasião da despedida, Argemiro o abraçou com lágrimas nos olhos, como se estivesse pressentindo ser aquela a última vez que iriam se encontrar”.

Na mesma obra, Ruy Carneiro faz a seguinte afirmação sobre sua entrada na interventoria: “Não queria ficar muito subordinado à possível política dos meus companheiros, dos meus amigos, que eram adversários de Argemiro, e não se davam com ele” (ARNAUD, 2000, p. 39). Ele afirmava, então, que apenas seus amigos eram adversários de Argemiro, mas não ele, distanciando-se cada vez mais dos ataques nos jornais que vimos neste trabalho. De grandes embates a uma grande amizade com um último abraço de despedida, esse foi o fim do confronto Ruy *versus* Argemiro.

Nos capítulos 1 e 2 tratei das questões referentes à propagação do progresso e da política agrícola no governo de Argemiro de Figueirêdo até a avaliação do referido governo pelo seu sucessor Ruy Carneiro. Com isso pudemos debater a situação política e econômica da Paraíba nesse período. Resta-nos agora identificarmos no capítulo 3 como se encontrava o trabalhador paraibano do ramo do algodão em meio a todo esse contexto e os resultados dessa política agrícola implantada no governo Argemiro nos anos seguintes, principalmente no que concerne à atuação das empresas que se beneficiaram de tal política.

CAPÍTULO 3: O TRABALHADOR E O LEGADO DA MODERNIZAÇÃO ALGODOEIRA: “O TRUSTE ESTRANGEIRO QUE NOS ESCRAVIZA”

A situação do agricultor paraibano durante o período de propagação da ideia de instauração do progresso algodoeiro, iniciado por Argemiro de Figueirêdo e continuado por Ruy Carneiro, pode ser percebida por municípios como Ingá, visto que este município foi destacado pelo próprio discurso oficial como exemplo do sucesso da política agrícola do cultivo do algodão em curso à época, tendo em vista que, “da segunda metade da década de 30 até início dos anos 40, no Agreste e, em especial, no Ingá, a produção atingiu um alto índice de produtividade, tendo um mercado externo garantido” (SORRENTINO et al., 1993, p. 51). O emprego de técnicas modernizantes tornou o município o segundo maior produtor de algodão no estado na década de 1940, atrás somente de Patos (GONÇALVES, 1999, p. 34). O caso de Ingá, portanto, fornece-nos subsídios para entendermos a sociedade da época e serve para discutir a situação do trabalhador do campo de algodão na Paraíba em geral. A partir de Ingá, cabe-nos discutir, neste capítulo, os impactos da implementação da modernização na agricultura algodoeira sobre os trabalhadores da região para além dos discursos oficiais.

3.1 A condição social e econômica do trabalhador do campo algodoeiro

A situação do agricultor de algodão do século XIX não diferenciava em grandes medidas da do agricultor das primeiras décadas do século XX. Algumas categorias iriam aparecer e reaparecer, isto é, o agregado, o arrendatário, o braço alugado, o foreiro, o meeiro, o morador, o parceiro, o pequeno sitiante e o trabalhador temporário. Para melhor exemplificar, utilizarei as definições sistematizadas por Sorrentino et al. (1993, p. 99-102) para as categorias de trabalhadores no campo paraibano à época:

- AGREGADO - trabalhador que vive em fazenda ou engenho, cultivando lote de terra que não lhe pertence e prestando alguns dias de trabalho por semana ao proprietário; [...]
- FOREIRO - pequeno arrendatário que paga aluguel, ou foro, em dinheiro ou produto, ao grande proprietário; [...]
- MORADOR - trabalhador rural que mora na propriedade. Tem posse de um lote de terra onde planta roçado para seu próprio consumo. Trabalha alguns dias da semana para exploração comercial da grande propriedade; [...]

- PARCERIA DE CONDIÇÃO - sistema em que o trabalhador rural divide com o proprietário da terra em que trabalha o resultado da produção, além de prestar outros serviços sem qualquer pagamento; [...]
- TRABALHADOR TEMPORÁRIO - antigo camponês que perdera a terra e o trabalho e que se desloca periodicamente, do lugar onde vive para trabalhar na terra de outros, sempre por um tempo determinado. (SORRENTINO et al, 1993, 99-102)

No trabalho de Gervácio Aranha (1991) também existe uma exposição de várias categorias de trabalhadores ligados ao campo e ao algodão principalmente na primeira metade do século XX. Sendo assim apontarei a definição das categorias que ainda não foram definidas neste trabalho e possuíam relação direta com o algodão. Estas são:

- TRABALHADOR ASSALARIADO NO CAMPO (BRAÇO ALUGADO) – “Requisitado tão somente nos momentos de limpa. “corte” da terra e colheita, sua condição de vida de trabalho, além de miserável era bastante instável. [...] ganhava pouco e trabalhava duro” (ARANHA, 1991, p. 212);
- MEEIRO – Recebia a terra de outro proprietário em meação e era “obrigado a pagar uma renda da terra pelo simples fato de não ser seu proprietário jurídico” (ARANHA, 1991, p. 214);
- TRABALHADORES NO SETOR DE BENEFICIAMENTO DE ALGODÃO - Variavam nas funções de operador de bolandeiras, descarçamento, alimentação das caldeiras, separação do caroço para alimentação do gado, prensagem e tombamento de algodão (cabeceiros). Todos fazendo trabalhos pesados e recebendo salários ínfimos (ARANHA, 1991, p. 214).

No século XIX, o controle da terra era do latifúndio, e conseqüentemente, a vida do trabalhador pobre do campo, fosse ele arrendatário, foreiro, meeiro, morador, parceiro ou pequeno sitiante, estava sob tutela dos coronéis. Ainda sobre o século XIX, Elite Gurjão aponta:

O algodão também se adaptou e dinamizou o comércio já existente nas áreas agro-pastoris. As tropas de burros que conduziam couros, peles e produtos da lavoura de subsistência às feiras, passam a comercializar também com o algodão. A relativa facilidade de seu beneficiamento fez surgir esta nova atividade, aliás, bastante rentável, acrescida de outras como a corretagem, a classificação e a exportação. Assim, pode-se deduzir que realmente o algodão proporcionou um novo impulso à sociedade agro-pastoril do interior da Paraíba, possibilitando o enriquecimento de alguns produtores. Logo o algodão tornou-se o “ouro branco”, a nova riqueza que permitia certa ascensão social. Contudo, as possibilidades oferecidas pela economia algodoeira não proporcionaram melhores condições sociais aos pequenos proprietários, nem tampouco aos trabalhadores. A ganância dos grandes proprietários ocasionou

maior concentração de terras e a monopolização do comércio e beneficiamento do produto (GURJÃO, 2001, p. 46).

Ao falar dos investimentos de grandes proprietários pecuaristas no setor algodoeiro como atividade complementar na Campina Grande da virada do século XIX para o XX, Gervácio Aranha (1991) nos remete às condições e baixos custos de produção envolvendo uma superexploração da força de trabalho que esses proprietários tinham à disposição, fossem na forma de moradores, meeiros, foreiros ou simples assalariados:

Esses grandes proprietários, conhecidos também pela sua dedicação à criação de gado bovino, normalmente encarada como atividade principal, viam no algodão a possibilidade de obtenção de uma renda adicional, que proporcionava significativas margens de lucros. Essa renda adicional era conseguida basicamente em função de dois fatores: 1) baixo custo de reprodução da força de trabalho, o que era conseguido mediante a presença do “morador de condição”, que se reproduzia mantendo, no âmbito da fazenda, uma lavoura de subsistência, ou mediante a exploração de outras modalidades de força de trabalho, como a do meeiro, foreiro ou simples assalariado; e 2) disponibilidade de capital para bancar o beneficiamento do produto, que saía das fazendas já descarado, prensado e enfardado (ARANHA, 1991, p. 208).

Em meados da década de 1930, o trabalhador do campo ainda estava sob tutela do coronel, “submetido às relações de dominação e dependência pessoal”, expressas também no controle do voto nas chapas do coronel (GURJÃO, 1994, p. 146). No período do governo de Argemiro de Figueirêdo (1935-1940) mais especificamente, porém, havia a ideia de promover uma maior autonomia ao lavrador através das técnicas de modernização agrícola, visto que “o camponês que trabalha dois anos com a Directoria [de Fomento] fica capacitado a ser um lavrador moderno e, portanto, mais abastado. Aprende ganhando e aprende a ganhar sem esforços inúteis” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 7 nov. 1936, Secção 3, p. 3). Como vimos anteriormente no primeiro capítulo, o discurso oficial do governo de Argemiro de Figueiredo indicava seus esforços para que o agricultor paraibano tivesse acesso a máquinas emprestadas, sementes gratuitas, técnicos para ensinar o serviço racional e inseticidas, fungicidas e adubos a preço de custo (DEPPB, 1938, p. I). Havia uma tentativa de construção do “lavrador moderno”, capaz de aumentar sua produtividade voltada para o mercado.



Figura 28: Colheita de algodão Herbáceo 105 no campo de cooperação “S. Maria” sob o trabalho do S. de P. Têxteis em Itabaiana.

Fonte: DEPPB (1938)

Além das formas tradicionais da exploração da força de trabalho existentes no cultivo do algodão, Gervácio Aranha (1991, p. 217) chama atenção para outro componente extra-econômico que torna ainda mais complexa as relações estabelecidas na região, o que resultava em relações de dependência, gratidão e proteção. Trata-se das práticas de apadrinhamento e compadrio.

Como exemplo disso, tratarei agora de um caso envolvendo o fazendeiro João Alves Trigueiro, que cultivava algodão em Ingá e negociava com a Anderson Clayton. Segundo um relato oral, sua propriedade continha cerca de 65 hectares, sendo que 10 quadros eram para seu usufruto e o restante era para o cultivo dos trabalhadores. As pessoas que ganhavam seus pedaços de terras faziam suas casas e podiam cultivar no local, mas, para conseguir tal benefício, uma parte do seu trabalho iria para o dono da terra. E para que tudo isso ocorresse de forma correta, uma pessoa era responsável pelo controle dos trabalhadores.⁴⁶ Esse tipo de relação estabelecida em Ingá remete a algo que acontecia em Campina Grande e no restante da Paraíba, conforme citado no trabalho de Gervácio Aranha:

Portanto, ao nível da produção, a acumulação para os grandes proprietários resultou da exploração nas relações de trabalho, seja mediante à obtenção de uma renda em trabalho (sobre-trabalho) cobrada ao agregado que morava na terra sob condição seja mediante uma renda em produto (sobre-produto) cobrada ao meeiro, seja ainda mediante a

⁴⁶ Entrevista de João Trigueiro de Albuquerque *apud* LIRA NETO, 2016, p. 21.

cobrança de fôro anual ao trabalhador arrendatário. (ARANHA, 1991, p. 130)

Por conseguinte, a relação que o dono da fazenda tinha com o trabalhador da terra era uma relação de troca, na qual o trabalho gerado por esses “agregados” iria tornar-se em lucro devido à relação contratual formal ou informal que era estabelecida, cuja carga era sempre deficitária para o trabalhador. Na Paraíba, em grande medida podíamos encontrar nessa situação grande parte das categorias que foram elencadas anteriormente.

Estas situações de dependência e superexploração da força do trabalho ficava também ofuscada por práticas extra-econômicas que remetiam a tratativas de diluição dos conflitos em aproximações de tratos pessoais, aparentemente harmoniosas, como se exemplifica nos relatos que dão conta de que João Alves Trigueiro, no fim do ano, parabenizava os trabalhadores com a doação de agrados como carne e outros produtos, algumas vezes até vinho⁴⁷. Isso nos remete novamente ao que Gervácio Aranha nos aponta em seu trabalho sobre as relações de apadrinhamento:

O fato é que essa relação de compadrio e/ou apadrinhamento aproxima indivíduos, socialmente diferenciados, numa relação aparentemente harmoniosa. Era comum, por exemplo, comerem à mesma mesa e demonstrarem até mesmo apreço e amizade uns pelos outros, não obstante as atitudes de deferência dos que se colocavam como subalternos na relação. É como se essa pseudo harmonia acobertasse ou tentasse escamotear o fosso que os separavam (ARANHA, 1991, p. 217).

Essa relação de proximidade do fazendeiro com os trabalhadores da terra era algo recorrente, mas a distância econômica e social do proprietário e dos trabalhadores ainda continuaria a ser enorme. Mas para que os trabalhadores do campo se livrassem da miséria, este seria o caminho que restava para os mesmos trilharem (LIRA NETO, 2016, p. 22). Essas relações de “apadrinhamento”, permeadas de demonstração de afeto, tinham por implicação dificultar a percepção do caráter de dependência que surgia do trabalhador para com o dono da terra, ou ainda, estimular relações de gratidão ou de reciprocidade de dom e contradom, que dificultavam rupturas dos laços de exploração.

É o que nos remonta a pesquisadora Eliete de Queiróz Gurjão (1999, p. 67): “Moradores’, ‘meeiros’ e outras categorias de trabalhadores do campo, comumente se mantinham presos a compromissos de solidariedade e gratidão com seus patrões, por

⁴⁷ Idem, p. 22.

serem compadres ou por deverem favores”. A condição de morador era recorrente nesse período. Ao pegar o exemplo de Ingá, podemos constatar que no inventário de Felismino Rodrigues do Rego (Ingá - 1935), além de existir uma prensa de algodão, uma balança para pesar o algodão e até plantios de algodão que iriam ser deixados para seus herdeiros, podemos identificar outro fato que chama a atenção no que concerne à situação do trabalhador do campo. Nele é descrito que foi deixada uma propriedade no lugar denominado Várzea Nova “com cem braças de testada por meia légua de fundos, com duas cazas de taipa para moradores”. E em outro momento aponta que foi deixado “trez cazinhas na propriedade dos França, própria para moradores”, o que nos remete à condição de morada para com o trabalhador do campo dessa localidade. No inventário de Américo Tito de Araújo (Comarca de Ingá – 1954), dentre seus bens havia “quinze casas de taipa e telhas para moradores”, remetendo à recorrência da condição de morador na região, assim como se pode ver no inventário dos bens da Dona Roza Verissimo de Araujo, julgado em 26 de dezembro de 1950 (10 casas de taipa e telhas para moradores). Sujeitos ao compadrio e à condição de morador para aqueles que lhe acolhiam com uma ação benevolente de doação de terras e da morada, a situação do trabalhador do campo consistia em doar parte de sua força de trabalho ao proprietário em troca da terra:

De fato, o morador era um tipo de agricultor fixado em um “sítio”, no âmbito da propriedade que, por estar obrigado a cuidar da faina dessa propriedade, como reparar cercas ou cuidar do gado, recebia em troca um pedaço de terra para plantar de meia. Assim, fosse o algodão, o feijão ou milho, ou os três consorciados, o morador estava obrigado a entregar uma parte do que produzia ao proprietário. (ARANHA, 1991, p. 213).

A lavoura algodoeira tinha o caráter de renda adicional para os moradores, porém a mesma guardava consigo toda a hierarquia do trabalho do campo, pela qual o pequeno agricultor deveria colocar sua força de trabalho à disposição de qualquer um que estendesse a oportunidade de cultivo na terra, ficando então à mercê dos proprietários das fazendas de algodão. Os proprietários forneciam a terra, o que realmente era a primeira e às vezes única oportunidade de acesso à terra por parte dos agricultores. As condições das categorias nas quais o trabalhador era submetido dificultavam cada vez mais a sua possibilidade de ascensão social, o que confrontava a questão do programa agrícola do governo Argemiro de Figueirêdo. Afinal, como o agricultor iria virar o “lavrador moderno” se nem ao menos ele tinha acesso à terra e no

campo as categorias de trabalhado atravessaram os anos e ainda continuavam as mesmas? Os grandes fazendeiros poderiam se transformar em lavradores modernos, mas, por ironia, o pequeno produtor, no máximo, se transformaria no “morador moderno” de acordo com o caráter de dependência a qual estava submetido.

Entretanto, na obra *Em defesa do meu govêrno (1940)*, de Argemiro de Figueirêdo, há trechos de uma reportagem que ele concedeu à revista carioca *O Observador Econômico e Financeiro*, na qual o ex-governador falou sobre a estiada de 1938 no Nordeste, cuja intensidade da seca levou a São Paulo centenas de milhares de flagelados, entre eles dezenas de milhares de baianos, 3.000 pernambucanos e 272 paraibanos. A justificativa para tais disparidade de números, segundo ele, deveu-se à organização econômica do estado da Paraíba, cujos contornos foram dados em seu governo (FIGUEIRÊDO, 1940, p. 52-53).

Além do que já foi elencado, outros fatores podem ser observados nos inventários dos proprietários que estavam vinculados ao algodão. Essa elite agro-mercantil ditava as regras da sociedade, exercendo sua condição de provedor do acesso à terra em municípios como Ingá. Alguns que se destacaram na década de 1930 já podem ser vistos ao longo do trabalho, mas Sorrentino et al. (1993) nos relembra alguns desses nomes, colocando-os como “os maiores produtores ingaenses”⁴⁸: Américo Tito; Francisco Bacalhau; José M. Bacalhau; Euclides M. Bacalhau; e João Alves Trigueiro.

No inventário de Manuel Magno Bacalháu⁴⁹ (Comarca de Ingá - 1952), que faleceu em 27 de dezembro de 1951, estavam entre os herdeiros os citados José Magno Bacalháu, Francisco Magno Bacalháu e Euclides Magno Bacalháu. Mas também havia outros rotulados como agricultores entre os herdeiros: Jovino Magno Bacalháu, Edson Magno Bacalháu e Alcides Magno Bacalháu, além do herdeiro do então falecido Adalberto Magno Bacalháu, José Bacalháu Sobrinho. Esse coronel do algodão possuía uma grande quantidade de propriedades⁵⁰, o que demonstrava o poder do grupo

⁴⁸ O Anuário da Parahyba (1932) foi usado por Sorrentino et al. (1993) para apontar os referidos nomes.

⁴⁹ Ou Manoel Magno Bacalhao.

⁵⁰ Vale salientar que o a classificação dos imóveis rurais variam de município para município. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a classificação foi estabelecida: “pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município”. Quando possui área inferior a um módulo fiscal, o imóvel rural é classificado como minifúndio, quando está entre um e quatro módulos fiscais é pequena propriedade, quando é superior a quatro e chega até quinze módulos fiscais é média propriedade e quando é superior a quinze módulos fiscais equivale a grande propriedade. Para mais informações consultar o site do INCRA: <http://www.incra.gov.br/>.

algodoeiro na Paraíba que atravessou todo o período entre a década de 1930 e a de 1950. No que concerne a terras próprias para a agricultura, entre esses bens podemos citar: a propriedade Várzea Nova, com 350 hectares, avaliada em Cr\$ 209.800,00; a propriedade Balanço, com 150 hectares, avaliada em Cr\$ 81.000,00; a propriedade Umburana, com 89 hectares, avaliada em Cr\$ 33.100,00; a propriedade Serra Verde, com 373 hectares, avaliada em Cr\$ 179.700,00; a propriedade Bacamarte, com 285 hectares, avaliada em Cr\$ 132.500,00; a propriedade Noventa, com 29 hectares, avaliada em Cr\$ 14.600,00; a propriedade Santa Maria, com 165 hectares, avaliada em Cr\$ 67.500,00; a propriedade Macaiba, com 60 hectares, avaliada em Cr\$ 25.000,00; a propriedade Varzea Grande, com 40 hectares, avaliada em Cr\$ 18.000,00. O inventário ainda listava várias casas em Campina Grande e Ingá, o que remonta à relação comercial entre essas localidades, já que Campina Grande era o grande entreposto comercial algodoeiro da Paraíba. Contudo, para demonstrar seu poder aquisitivo, tomemos a constituição da residência maior avaliada de suas posses em Campina Grande e em Ingá: em Campina Grande ele possuía uma casa de tijolos e telhas, situada na praça Antonio Pessôa, nº 454, com duas portas e duas janelas de frente, três salas, quatro quartos, cozinha, corredor, cisterna, em terreno próprio e murada, avaliada em Cr\$ 50.000,00; em Ingá possuía uma casa de tijolos e telhas, situada na rua presidente João Pessoa, com um portão de ferro e quatro janelas de frente, duas salas, sete quartos, corredor, cozinha, cisterna, em terreno próprio, murada, avaliada em Cr\$ 15.000,00. A soma de seus bens chegava a Cr\$ 1.040.500,00 (um milhão, quarenta mil e quinhentos cruzeiros).

Outro fato de extrema importância para essa época é a relação dessa família com a Anderson Clayton⁵¹. Com grandes produtores de algodão como José Magno Bacalháu, Francisco Magno Bacalháu e Euclides Magno Bacalháu, esta família se relacionava com a empresa estrangeira Anderson Clayton, que se instalou em Ingá em 1936, mostrando essa relação da elite rural com as empresas que vieram modernizar a economia algodoeira paraibana. Em suas terras, implementavam-se as políticas agrícolas de Argemiro de Figueirêdo por meio da lavoura mecânica e dos campos de demonstração.

No inventário de Américo Tito de Araujo (Comarca de Ingá - 1954), entre seus bens estava uma propriedade denominada Bacamarte, com 350 hectares e valor

⁵¹ LIRA NETO, 2016, p. 17.

estimado de CR\$ 264.450,00. Sua residência estava na propriedade citada, uma casa com tijolos e telhas avaliada em CR\$ 5.000,00. Na mesma propriedade, havia um armazém de tijolos e telhas, quinze casas de taipas e telhas para moradores, um curral de pedra, uma cocheira de alvenaria, outra pequena cocheira de alvenaria para bezerros e outra cocheira de alvenaria e telhas para cavalos, além de um açude na referida propriedade. Além do seu poder aquisitivo o mesmo também negociava com a Anderson Clayton e foi um dos idealizadores do Clube União Cultural Ingaense, fundado em 1949⁵².

No inventário de João Alves Trigueiro (Comarca de Ingá -1955), que faleceu em 26 de setembro de 1954, havia entre seus bens: uma propriedade no lugar chamado Zabele, que recebeu o nome de São João, com mais ou menos 76 hectares, avaliada em Cr\$ 91.200,00; uma propriedade denominada João Pinto, com mais ou menos 87 hectares, avaliada em Cr\$ 87.000,00; além das inúmeras casas de tijolos e de taipa. Mas a sua residência maior avaliada era uma casa construída com tijolos e coberta de telhas, situada na rua Getúlio Vargas, nº 88, em Ingá, com três janelas de frente e um portão de ferro, com entrada lateral, contendo uma cisterna, avaliada em Cr\$ 35.000,00, referente a parte da quantia global do imóvel. Outro fato que chama atenção é o mesmo possuir ações do Club Cultural Ingaense, mostrando o quanto a elite algodoeira da cidade estava ligada e detinha o controle das atividades culturais da mesma. Ademais ele também negociava com a Anderson Clayton (LIRA NETO, 2016, p. 21).

Além dos citados por Sorrentino et al. (1993) como os maiores produtores, podemos verificar também em outros inventários pessoas relacionadas com o ramo algodoeiro, como o inventário de Felismino Rodrigues do Rego (Ingá - 1935). Entre seus bens, ele possuía uma prensa de algodão, dois carros de bois sem trilhos e um com trilho, uma balança de ferro para pesar algodão, com jogo de pesos de 20, 5 e 2 quilos. De seus imóveis, além de suas casas, destaca-se uma casa construída própria para vapor, feita de tijolos e telhas, com duas portas e duas janelas de frente e uma janela no oitão; uma casa com telhas para fabricação de farinha com forno, prensa, roda, gamela, rodete e etc; e um plantio de algodão na propriedade dos França com mais ou menos cinco quadros de cinquenta braças; e outro plantio de algodão na propriedade João Pinto com

⁵² O Clube União Cultural Ingaense (1949) é o antigo clube da cidade frequentado apenas pelas pessoas mais renomadas da sociedade ingaense (LIRA NETO, 2016, p. 20).

mais ou menos dois quadros de cinquenta braças. Posteriormente é indicado o valor da prensa para algodão, que estava avaliada em 60\$000 (sessenta mil réis).

Já no inventário Manoel Francisco da Silva (Ingá - 1939), além de suas casas, entre elas uma para fabricar farinha e uma feita de tijolos e telhas que servia de escola, entre seus bens existia um motor National a Kerosene com máquinas de descaroçar, balança e outros acessórios. E no inventário de Francisca Cavalcante de Moraes Farias (Ingá - 1941), que faleceu no dia 27 de agosto de 1941, entre seu vasto número de casas há um armazém construído de tijolos e telhas, com três portas e uma janela de frente, que servia de armazém e vapor de descaroçar algodão e entre seus bens móveis havia um motor a gás da marca Crossley tipo L.LM, uma máquina de descaroçar algodão da marca Aguia com trinta serras, uma prensa de madeira própria para prensar lã, uma balança decimal, uma balança de corrente com seus pesos, um cofre marca Tigre, além de uma ação da Empresa de Luz Elétrica da cidade, ao tempo da formação da Empresa no valor de cinco contos e quinhentos mil réis, e que naquele momento valia três conto de réis devido à depreciação do maquinismo. E também havia dez ações do Banco do Estado da Paraíba, valendo cem mil réis cada e a soma total valendo um conto de réis. A máquina de descaroçar algodão com trinta serras foi avaliada em 600\$000 (seiscentos mil réis) e a prensa para prensar algodão e lã foi avaliada em 200\$000 (duzentos mil réis). Esse conjunto de equipamentos relacionados ao algodão encontrados nos inventários citados remete à fala de Gervácio Aranha sobre o movimento de aquisição desse tipo de maquinaria:

Mas em Campina Grande como no resto da Paraíba, só os grandes proprietários e alguns comerciantes abastados puderam adquirir toda essa maquinaria. Se é verdade, por exemplo, que até no mais recuado município do Sertão foram instaladas máquinas de beneficiar algodão, não é menos verdade, porém, que só alguns poucos potentados locais possuíam capacidade financeira para aquisição dessas máquinas, como um ou outro fazendeiro, que as instalavam em suas terras, e um ou outro comerciante beneficiador, que as instalavam em cidades ou distritos. (ARANHA, 1991, p. 210).

Só os grandes proprietários e os comerciantes abastados tinham condições de adquirir tais maquinarias, o que demonstra o caráter excludente da política agrícola para “todos” e a dependência comercial dos pequenos agricultores de algodão para com essas pessoas que detinham tal maquinaria e para com as empresas estrangeiras que também realizavam atividades de beneficiamento como a Anderson Clayton e a SANBRA.

Esses grandes proprietários também possuíam facilidades de créditos e uma estreita relação com os bancos, a exemplo das ações de Francisca Cavalcante de Moraes Farias, citadas logo acima. No governo de Argemiro de Figueirêdo também era possível identificar essa relação, e para entrarmos nessa questão, primeiramente devemos indicar os estabelecimentos de crédito que estavam em atividade no período do seu governo:

QUADRO 10: INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NA PARAÍBA - 1935	
INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Banco do Estado da Parahyba	João Pessoa
Banco do Brasil	João Pessoa
Banco do Brasil	Campina Grande
Banco Central da Parahyba	João Pessoa
Caixa Econômica Federal	João Pessoa
Caixa Rural e Operária da Parahyba	João Pessoa
Banco Auxiliar do Povo de C. Grande	Campina Grande
Banco do Emp. do Comar de C. Grande	Campina Grande
Banco Agrícola de Patos	Patos
Caixa Rural e Operária de Cajazeiras	Cajazeiras
Banco Popular de Moreno	Moreno
Banco Rural de Picuhy	Picuhy
Caixa Rural de Areia	Areia
Caixa Rural de Bananeiras	Bananeiras
Banco Agrocomercial de Esperança	Esperança
Caixa Rural e Operária de Esp. Santo	Espírito Santo
Caixa Rural de Monteiro	Monteiro
Caixa Rural de Alagoa Nova	Alagoa Nova
Caixa Rural de Serraria	Serraria
Caixa Rural de Tapera	Tapera
Caixa Rural de Antenor Navarro	Antenor Navarro
Caixa Rural de Ingá	Ingá
Caixa Rural Alagoa do Monteiro	Alagoa do Monteiro
Caixa Rural de Guarabira	Guarabira
Caixa Rural de Souza	Souza
Caixa Rural de Pilar	Pilar
Caixa Rural de Araruna	Araruna
Caixa Rural de Gurinhem	Gurinhem
Caixa Rural de Umbuzeiro	Umbuzeiro
Caixa Rural de Santa Rita	Santa Rita

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados coletados em A UNIÃO de 03 jul. 1935, Imprensa Oficial, p. 01 e Anuário Estatístico, 1935, João Pessoa: Imprensa Oficial, p. 326-330 *apud* SANTANA, 1999, p. 203-204.

O que chama atenção em uma primeira investigação desse quadro 10 é a grande quantidade de Caixas Rurais no estado, o que reforça o peso da agricultura para a economia paraibana. Vale salientar que outra forma de adquirir crédito era através dos

correspondentes da agência do Banco do Brasil de João Pessoa, que acabavam por cobrir um vasto número de localidades⁵³.

Em vasta reportagem do *Diario de Pernambuco* de 9 de fevereiro de 1939, sobre a visita à Paraíba do diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, Souza Mello, podemos verificar a estreita relação do Estado Novo e da política agrícola paraibana com as instituições de crédito do Banco do Brasil. Em um trecho da reportagem intitulado “Da Caravana Souza Mello á agencia do Banco do Brasil em João Pessoa” é demonstrada a aproximação do Banco do Brasil de João Pessoa com os agricultores:

O sr. João Brasil Mesquita, seu actual gerente, no desejo de attender, na medida do possível, á lavoura parahybana, percorreu todo Estado, examinando in-loco, a situação dos lavradores de modo, que, operando sob conhecimento exacto de cada negocio, deu a Carteira de Penhor Agrícola, invejavel desenvolvimento. Isto favoreceu grandemente á lavoura parahybana, pois tirando muitos agricultores das mãos de agiotas, permittiu-lhes ao mesmo tempo augmentar sua área de cultura! (DIARIO DE PERNAMBUCO, 09 fev. 1939, p. 3).

E em resposta ao discurso do orador da Associação Comercial, Coralio Soares, Souza Mello apontou que na sua visita à Paraíba existia o objetivo de ter um contato direto com as classes produtoras⁵⁴, objetivo atribuído ao mesmo pelo programa político do então presidente Getúlio Vargas e sob as diretrizes do Banco do Brasil, buscando o desenvolvimento do país:

“O Banco do Brasil, executando o programma da sábia politica que o grande presidente Getulio Vargas houve por bem para felicidade do Brasil, traçar com uma visão invulgar, com uma visão estadista de raça, o Banco do Brasil procura dar corpo á grande tarefa a desenvolver”, e conclue: “Aqui estou procurando contacto directo com as classes productoras. Agradeço a acolhida cavalheiresca que me dispensastes e

⁵³ Agua Dôce, Alagoinha, Alagôa de Dentro, Alagôa Grande, Alagôa Nova, Araçá, Aracagy, Arara, Araruna, Areia, Areial, Aroeiras, Bananeiras, Barra de Santa Rosa, Belem de Guarabira, Cabedelo, Borborema, Cachoeira de Cebôlas, Cachoeira de Sapé, Cachoeirinhas, Cacimba de Dentro, Caiçara, Canafistula, Cobé, Cuité de Guarabira, Cuité de Picuhy, Duas estradas, Engenho Central, Entrocamento, Esperança, Espírito Santo, Gerimun, Guarabira, Gurinhem, Ingá, Itabayanna, Itapuá, Jacarahu, Lagôa do Remigio, Lagamar de Caiçara, Logradouro, Mamanguape, Mataraca, Mattinhas, Matta Limpa, Mogeiro, Moreno, Mulungu, Pedras de Fôgo, Pedra Lavrada, Picuhy, Pilar, Pilões de Dentro, Pilões da Mata, Pirpirituba, Riachão, Rio Tinto, Salgado, Santa Ignez, Santa Rita, Sapé, Serraria, Serra do Pontes, Serra da Raiz, Serra Redonda, Serrinha, Sertãozinho, Sobrado, São João de Mamanguape, S. Jozé de Itabayanna, S. Miguel de Taipu, S. Sebastião, Tacima e Varzea Nova.

⁵⁴ De acordo com o jargão utilizado pelo governo Vargas na época, “classes produtoras” não se referiam aos trabalhadores, mas sim aos empresários e proprietários, os que “produzem”. Em contraposição às “classes produtoras” usava-se o termo “classes trabalhadoras”.

encontro-me á disposição de todos vós para receber, e mais do que isso, para discutir sugestões sobre os aspectos economicos da Parahyba”. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 09 fev. 1939, p. 3).

A busca de contato direto com as ditas “classes produtoras”, ou seja, com os proprietários de terras, comerciantes e industriais, fez com que ele visitasse um vasto número de estabelecimentos vinculados ao algodão, como a prensa de algodão da firma Abilio Dantas & Cia de João Pessoa com filiais em Campina Grande e Itabayanna, uma das maiores organizações algodoeiras do estado, onde assistiu uma demonstração de enfardamento de algodão naquelas modernas instalações (DIARIO DE PERNAMBUCO, 09 fev. 1939, p. 5). Também visitou a moderna usina de beneficiamento de algodão da firma Soares de Oliveira & Cia, em Mulungú, considerada uma das mais modernas do país, com vários armazéns, sendo que o principal contava com uma área coberta de até 2166 metros quadrados. Esta empresa detinha uma máquina de prensagem de último modelo, com o máximo de densidade que era registado até aquele momento. Nesse local, Souza Mello examinou o serviço de transporte automático e o de prensagem de algodão (DIARIO DE PERNAMBUCO, 09 fev. 1939, p. 9).

Em Alagoinha o diretor de crédito do Banco do Brasil visitou a Estação Experimental da localidade, onde foi recebido pelo Diretor Renato Martins. Ali conheceu as sessões de beneficiamento de algodão e uma exposição de mostruários com as variedades algodoeiras. Nesta mesma localidade percorreu a vila operária composta por vinte casas pertencentes ao Estado que eram destinadas aos trabalhadores. Depois de Alagoinha, sua comitiva se destinou à visita da Escola de Agronomia do Nordeste em Areia, onde, na companhia de Pimentel Gomes, diretor da escola e demais professores, se dirigiu às salas de aulas e aos laboratórios, como o do pavilhão de química, onde eram realizadas as pesquisas algodoeiras. Em Campina Grande, visitou a prensa de algodão da firma Araujo Rique & Cia, onde foi recebido pelos sócios João Rique, João Raposo e João Araujo, que estavam acompanhados de outros membros do comércio e da indústria daquela cidade. Lá ele pode assistir uma demonstração de prensagem de algodão, onde constatou a qualidade da malvacea que era beneficiada naquela localidade (DIARIO DE PERNAMBUCO, 9 fev. 1939, p. 9).

Não era só ele que tinha o desejo de focar nas “classes produtoras”, os próprios produtores também solicitavam que o Banco do Brasil tomasse esse foco. Isto estava expresso, por exemplo, no discurso do advogado Aluysio Affonso Campos na recepção a Souza Mello na Associação Commercial de Campina Grande, oferecida no edifício do Banco do Commercio e repleta de representantes do comércio local⁵⁵. Em seu discurso em nomes das “classes produtoras”, Aluysio Campos fala a Souza Mello:

A Parahyba, que vem sendo sob a orientação esclarecida e realizadora do interventor Argemiro de Figueiredo, uma escola de trabalho e de esforço, principalmente na organização da lavoura e no desenvolvimento do credito rural, espera que v. s. compreenda que melhores resultados serão obtidos de suas possibilidades, com um amparo mais efficiente da Carteira de Credito Agricola e Industrial do Banco do Brasil. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 09 fev. 1939, p. 9).

Mostrando o clamor das “classes produtoras” por um maior amparo da Carteira de Credito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, Aluysio Campos faz um discurso significativo para Souza Mello, que responde:

Eu vos asseguro que tem sido com o maior prazer que tenho recebido sugestões e quero dizer que lá constam das minhas anotações as suas idéas, porque muito próximo está de se corrigir as falhas do actual regulamento da Carteira. [...]

Não posso deixar de fazer referencia especial ao movimento cooperativista que constatei na Parahyba. Eu já o conhecia do meu gabinete, pois acompanho com muita alteração o surto do cooperativismo no Brasil. E vos asseguro que na Parahyba e Pernambuco encontrei a maior rêde cooperativista organizada em bases solidas, nas bases da Carteira de Credito Agricola, um cooperativismo que é como uma irrigação muito profunda em complemento á assistencia directa do Banco do Brasil. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 09 fev. 1939, p. 9).

Exaltando o cooperativismo, o diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil expressava qual o caminho que, segundo o governo federal, as “classes produtoras” paraibanas deveriam seguir. E foi o que aconteceu, como visto anteriormente, quando um artigo do jornal *A União* do dia 25 de janeiro de 1940 atribuiu ao cooperativismo paraibano a causa para o surto de progresso nesse estado: “Essa é a política fundamental do atual Govêrno: a política do desenvolvimento

⁵⁵ A excursão do director da Carteira de Credito Agricola á Escola de Agronomia do Nordeste e a Campina Grande. **Diario de Pernambuco**. 09 fev. 1939, p. 9.

das nossas riquezas agrárias a par do desenvolvimento sistemático do nosso cooperativismo.” (A UNIÃO, 25 jan. 1940, Secção 2, p. 5). Entre 1935 e janeiro de 1940, durante o governo Argemiro de Figueirêdo, foram fundadas 50 cooperativas, além da criação do Departamento de Assistência ao Cooperativismo. E em outra matéria do suplemento *União Agrícola*, de 24 de março de 1940, intitulada “A Cooperativa poderá ser o intermediário responsável entre o pequeno agricultor e a Carteira de Crédito Agrícola”, reproduzia-se uma entrevista do presidente da Sociedade Brasileira de Agricultura e chefe do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, Artur Torres Filho, concedida a *O Jornal*, na qual sublinha a importância do cooperativismo agrícola e dos créditos do Banco do Brasil:

Será fácil criar-se, em cada município uma cooperativa de crédito agrícola, operando em redesconto com as agências do Banco do Brasil nos Estados ou com as caixas econômicas. Atualmente com a nova lei cooperativista, se torna fácil evitar qualquer desvirtuamento na finalidade do cooperativismo. As cooperativas, despidas do espírito de lucro, em contacto com elementos tirados do meio que vão beneficiar, poderão condicionar seus empréstimos a finalidades produtivas. Já se vai fazendo coisa por meio delas. Não somente os grandes agricultores devem ser beneficiados, urge auxiliar os pequenos, aqueles que trabalhando de sol a sol, forjam a grandeza da nossa economia. (A UNIÃO AGRÍCOLA, 24 mar. 1940, Secção 2, p. 1).

E ainda promove o exemplo da Paraíba, quando diz:

A cooperativa poderá ser o intermédio responsável entre o pequeno agricultor e a Carteira de Crédito Agrícola. Citarei, como exemplo, o caso do Estado da Paraíba, que por intermédio de 33 institutos de crédito cooperativo, fez em 1938, 23.474 empréstimos num montante de 37.387:092\$000.

Desse total, 4.527:000\$000 fôram emprestados pelas caixas rurais, não excedendo cada empréstimo o valor médio de 727\$300. O QUE REPRESENTA A VERDADEIRA ASSISTENCIA AO PEQUENO AGRICULTOR. (A UNIÃO AGRÍCOLA, 24 mar. 1940, Secção 2, p. 1).

Nessa fala de Artur Torres Filho, dois fatores chamam atenção: o papel importante das Caixas Rurais para a economia paraibana, visto que certa quantidade do dinheiro dos empréstimos saía dessas Caixas; e a assistência ao pequeno agricultor, que era um ponto controverso, já que o pequeno agricultor dificilmente iria ter capital para constituir uma relação de crédito ou empréstimos com as Caixas Rurais e o Banco do

Brasil. Por mais que as Caixas Rurais financiassem os pequenos lavradores, as grandes instituições de crédito na maioria das vezes só ajudavam os grandes proprietários, o que gerava uma luta ainda mais desigual entre os grandes e pequenos agricultores para com a utilização do capital que era empregado a terra para gerar lucro. O próprio Argemiro de Figueirêdo (1940) aponta que quando a Carteira Agrícola do Banco do Brasil começou a operar a mesma atraiu um “numero avultado de agricultores, principalmente de grandes agricultores” (FIGUEIRÊDO, 1940, p. 44), deixando os pequenos agricultores à margem, afora aquelas que, em boa parte, estavam submetidos à condição de moradores por não terem acesso direto à terra. Essas afirmações se fortalecem através da matéria do jornal *A União* de 2 de abril de 1940 intitulada “Crédito fácil para o pequeno agricultor”, no qual são esboçadas as sugestões que o Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Paraíba enviou ao diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, Artur Torres Filho, para resolver os problemas de concessão de crédito aos pequenos agricultores, ao “nosso homem do campo que não tem bens nem terras a oferecer como garantia dos financiamentos feitos pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil” (A UNIÃO, 2 abr. 1940, p. 1). No mesmo artigo afirma-se que as organizações cooperativistas do estado não dispunham de capital ou bens para as transações de seus associados com a Carteira do Banco do Brasil, o que resultava na restrição das operações de crédito quase que exclusivamente aos grandes proprietários (A UNIÃO, 2 abr. 1940, p. 1). O apelo do Departamento de Assistência ao Cooperativismo demonstrava a realidade do pequeno agricultor da Paraíba, visto que por mais que o Estado mostrasse um caminho para obtenção de crédito ao pequeno agricultor, pelos critérios adotados não existiria a possibilidade da sua obtenção, já que os mesmos não tinham posse da terra nem de capital para realizar as transações com essas instituições de crédito, o que dificultava em grande medida o progresso e a ascensão econômica desses pequenos agricultores.

3.2 A situação do proletariado algodoeiro

Tendo em vista que a economia algodoeira no campo estava sob o domínio dos médios e grandes proprietários latifundiários, nos meios urbanos a economia algodoeira estava sob o domínio dos grandes comerciantes que controlavam as atividades mercantis, o beneficiamento do algodão e o emprego dos trabalhadores desse setor (ARANHA, 1991, p. 220). Além da relação grande proprietário, pequeno agricultor e comerciantes de algodão, no período Argemiro de Figueirêdo existia outra peça de

influência nessa tripla relação: as empresas algodoeiras estrangeiras. Como vimos no capítulo 1, desde 1935 as firmas Anderson Clayton e SANBRA já executavam suas atividades na Paraíba, sendo grandes potências no setor algodoeiro local. Devido aos seus poderes de influência sobre o algodão, principal produto do Estado, elas atingiram desde o grande ao pequeno agricultor de algodão, mas desenharam estratégias de atuação direta com os agricultores, o que fortalecia ainda mais seu grau de influência. Até mesmo os grandes comerciantes locais tiveram de se adaptar ao sistema dessas empresas para que não ficassem para trás na corrida algodoeira. Como Josefa Silva (1985, p. 204) nos aponta, na Paraíba, e mais especificamente em Campina Grande, existiam comerciantes que viveram lado a lado com essas empresas algodoeiras. E não só isso, podemos perceber que os próprios grandes proprietários e os fazendeiros de algodão também viveram lado a lado com essas empresas, negociando e se relacionando com as mesmas para sobreviverem a essa época de modernização algodoeira. Temos de entender que, como Francisco de Oliveira (1981, p. 48) afirma, “o ‘abc’ do Nordeste agrário algodoeiro-pecuário começa pelas siglas SANBRA e CLAYTON, e essa é a alfabetização do trabalhador rural desse ‘Nordeste’”.

A Anderson Clayton trabalhava por meio de intermediários comerciais, a exemplo do que acontecia em Ingá. Ela contratava um fazendeiro local que comprava algodão dos produtores diretos para que o algodão fosse beneficiado pela empresa. Ela também fazia o processo de “compra na folha”, ou seja, comprava antecipadamente a produção de algodão dos pequenos produtores, o que levava ao financiamento da plantação. No entanto o produtor só receberia o valor pré-fixado no contrato no ato da compra, independente das boas variações do mercado no momento da colheita. Em Ingá, conviviam com a Anderson Clayton algumas bolandeiras⁵⁶, antigas máquinas de beneficiamento que serviam para descarregar o algodão, como as de Manoel Bacalhau, Manoel Cândido e José Luz, mas da mesma forma que em outros lugares da Paraíba com a chegada da Anderson Clayton e da SANBRA, os pequenos estabelecimentos com descarregadores antigos ou seus vapores pequenos iam sumindo aos poucos, devido ao surgimento dessas novas empresas e seu equipamento moderno (SORRENTINO et al.,

⁵⁶ José Jonas Duarte da Costa (1996) tece considerações sobre as bolandeiras quando diz: “A bolandeira acompanha por sua vez o aumento da produção algodoeira no estado. Foi talvez ainda sob o comando da bolandeira que a Paraíba destacou-se na produção algodoeira no Nordeste e no Brasil. Formada por um grande pente giratório, movido por juntas de bois ou por escravos e depois ‘trabalhadores de oito’, a bolandeira retirava os caroços do algodão, separando a lã para o comércio. A bolandeira espalhou-se por todo interior paraibano a partir da segunda metade do século XIX, chegando a tornar-se uma das atividades produtivas mais importantes do estado.” (COSTA, 1996, p. 92-93).

1993, p. 51). Nessa “cadeia de intermediação e, por vezes, acima delas, situa[va]-se o grande capital mercantil que no tempo áureo da comercialização – nos anos 30, 40 e até 50 – tinham na Sanbra e Anderson Clayton o seu protótipo” (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 72). Por outro lado, também cabe ressaltar que existiam os intermediários independentes das empresas estrangeiras.

Gervácio Aranha (1991, p. 209-210) demonstra que esses intermediários já existiam desde o final do século XIX na Paraíba. Eles se localizavam perto das zonas produtivas para comprar o algodão para beneficiar em suas bolandeiras e o revendia aos comerciantes que o exportavam. Ele ainda assinala que não havia uma cidade no Sertão, Cariri e Agreste que não possuísse pelo menos um desses comerciantes com suas bolandeiras a vapor. E resalta que eles compravam boa parte do algodão dos produtores da região usando do método da compra na “folha”. O autor também nos aponta que só os grandes proprietários e comerciantes abastados podiam adquirir máquinas de boa qualidade para beneficiamento, poucos tinham poder aquisitivo para adquirir tal maquinaria, argumento corroborado por Francisco de Oliveira:

O capital internacional, sob a égide das "três irmãs", SANBRA, CLAYTON e MACHINE COTTON, realiza, internacionalmente, sob seu controle, o valor dessa mercadoria. E cria, aproveitando a estrutura de reprodução do latifúndio-minifúndio, um intermediário comercial que vai desempenhar a tarefa de recoletar, das milhares de pequenas plantações de algodão, os resultados da colheita: os fazendeiros, principalmente os grandes, convertem-se nesse intermediário comercial, que faz as vezes também de intermediário-financeiro, por conta própria ou com recursos das "três irmãs", para financiar as entre-safras, ou o período morto que medeia entre uma e outra colheita. Ele se desempenha com os mecanismos das "três irmãs" nessa operação: compra na "folha", isto é, fixa de antemão o preço que irá pagar ao meeiro pelo algodão que ele colherá, independentemente das variações para cima que esse preço possa experimentar no mercado internacional; mas não independentemente das variações para baixo: se as "três irmãs" fixarem um preço mais baixo, ele descontará do meeiro a diferença entre o valor ou o preço ajustado na "folha" e o preço que será efetivamente pago por ocasião da colheita (OLIVEIRA, 1981, p. 48).

Usando dos intermediários e da “compra na folha”, essas empresas estrangeiras trariam consequências graves aos produtores, conforme afirma a pesquisadora Josefa Silva (1985, p. 203): “a presença aqui destas empresas estrangeiras provocou o agravamento das condições de vida do produtor direto. O sistema de compra na ‘folha’ permaneceu inalterado”. Não acompanhando as variações do mercado, o produtor

entregue à venda pelo preço da “folha” não obtinha o lucro que prolongava as novas produções, levando os produtores a incentivarem excessos de produção em suas fazendas, sabendo que, para obter lucro através da folha, eles deveriam produzir cada vez mais. Alguns conseguiam auxílio governamental para se associar às cooperativas, o que de certa forma ajudava a contornar os limites advindos da “venda na folha”. Na maioria das vezes, porém, o auxílio de crédito das grandes instituições só era concedido aos ricos proprietários de fazendas de algodão que já estavam associados a outras políticas do Estado, como campos de demonstração e máquinas. Então, só quem conseguia acompanhar essa modernização eram os grandes portadores de capital. Aos pequenos produtores restava o rendimento pré-fixado da compra na folha e sua tendencial proletarização, como aponta a pesquisadora Josefa Gomes de Almeida e Silva (1985, p. 203): “A modernização tecnológica seria dirigida para os latifundiários, detentores do capital-terra e do poder político. Enquanto para a maioria restaria a proletarização ou outras formas de exploração do trabalho”.

Outra forma de atuação dessas empresas na época era que, através da Anderson Clayton e de suas “usinas, estabelecia-se um regime particular de financiamento aos lavradores. Não era de certo uma concessão sem interesse” (MARIZ, 1978, p. 121). Realmente não era sem interesse. Financiando os lavradores, essas empresas criavam o caráter de dependência para com as mesmas, deixando assim os agricultores sujeitos a estratégias de mercado como a “compra na folha”. Como bem explana Silvano Vasconcellos, a política de atuação da SANBRA e da Anderson Clayton se resumia a três pontos: “a) comprar somente algodão em caroço; b) pagar um preço bem mais elevado para o algodão em caroço que aquele vigente no mercado; c) financiamento aos agricultores em larga escala” (VASCONCELLOS, 1980, p. 92). Em avaliação laudatória, o *Diário Pernambuco*⁵⁷ em 1956, cita a forma de atuação da ACCO no Brasil:

Na agricultura, a firma Anderson, Clayton garante aos lavradores a pronta e fácil colocação de seu produto, concedendo-lhes financiamentos nas melhores condições e fornecendo-lhes fertilizantes e inseticidas da melhor qualidade. No comércio, por sua vez, a ACCO se utiliza de sua ampla rede de intercâmbio para levar nossos principais artigos a todas as partes do mundo. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06 dez. 1956, p. 4).

⁵⁷ Progredindo com o Brasil. **Diário de Pernambuco**. 06 dez. 1956, p. 4.

Era comum os fazendeiros aderirem à política dessas empresas. Em Ingá, por exemplo, podemos identificar a presença das famílias Bacalhau, Tito, Alves Trigueiro atuando junto a essas empresas⁵⁸, talvez a única alternativa para sobreviverem neste contexto em que o capital externo estava tão presente na vida dos paraibanos. Silvano Vasconcellos (1980, p. 92) também indica que a princípio os agricultores receberam bem a política dessas empresas, já que as mesmas forneciam crédito para custeio das lavouras, a compra do caroço e a “folha”. Contudo ao pequeno agricultor, jogado aos intermediários que muitas vezes eram os grandes proprietários locais produtores de algodão, restavam formas de “financiamento” diferentes das que eram ofertadas a esses grandes proprietários. O fazendeiro/intermediário comercial:

[...] financiará, em espécie, as poucas mercadorias que o próprio meeiro não produz: o parco sal, o querosene que alumiará a miséria, a roupa e o calçado dominical. Descontará na colheita, cobrando preços exorbitantes, esse fornecimento em espécie: no fim, restará ao meeiro tão-somente sua própria força-de-trabalho e a de sua família, com a qual recomeçará o círculo infernal de sua submissão. (OLIVEIRA, 1981, p. 48-49).

No sistema da economia-mundo onde se encontrava a produção do algodão existia então uma cadeia de dependência na qual o Brasil estava subordinado aos EUA, principalmente por meio dos trustes aqui instalados, incluindo a Paraíba nesse processo. E as empresas estrangeiras, por sua vez, se relacionarão com as redes comerciais locais subjugando-as aos seus métodos de atuação. Já os comerciantes e usineiros locais se subjugarão às modernas usinas estrangeiras para acompanharem a todo custo a sua modernização e não serem engolidos. Os fazendeiros subjugados aos comerciantes, às empresas estrangeiras e aos intermediários, tentarão extrair da ponta dessa dependência o máximo que a riqueza do algodão poderia trazer, para que eles sobrevivessem em meio a toda essa cadeia na economia-mundo capitalista. No entanto, a questão que nos sobra é: quem ficou na ponta desse processo, que seria subjugado por todos dessa cadeia? O pequeno agricultor que nem sequer muitas vezes tinha acesso à terra e tão somente sua força-de-trabalho nesse “círculo infernal de submissão”.

Entretanto também existia outra classe além dos grandes e pequenos agricultores, classe esta que era atingida diretamente pela ação dessas empresas, o operariado de suas usinas. Em meu Trabalho de Conclusão de Curso (LIRA NETO,

⁵⁸ Para mais informações consultar Lira Neto (2016).

2016), fiz algumas considerações sobre o operariado da Anderson Clayton no município de Ingá, onde ela operou do ano de 1936 até meados da década de 1950. Sua instalação trouxe grandes mudanças para a sociedade ingaense, além de exercer grande influência nas atividades econômicas do município, comprando o algodão dos agricultores locais. Por oferecer oportunidades de emprego em sua usina, alguns moradores do município se deslocaram para trabalhar para essa empresa. E esse operariado das usinas também poderia ser incluso nos processos demonstrados anteriormente, já que alguns também eram agricultores produtores de algodão.

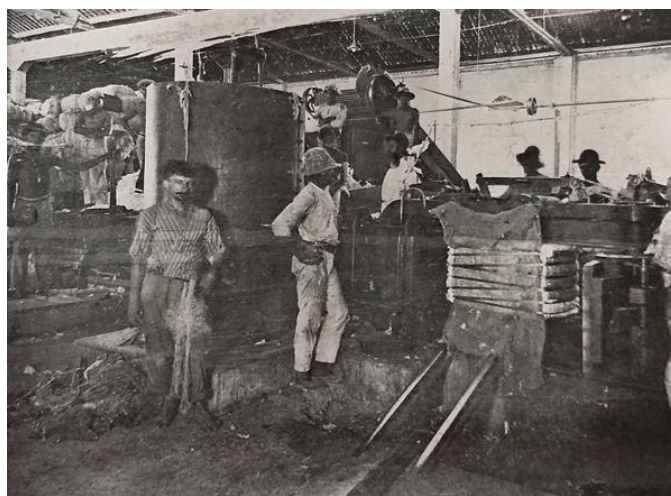


Figura 31: Interior de uma usina de beneficiamento de algodão na área de prensagem em João Pessoa.

Fonte: DEPPB (1938)

Em Ingá, os funcionários da usina, saíam de suas casas, que em sua maioria eram localizadas perto da Estação Ferroviária do município, caminhavam até a Anderson Clayton, que ficava nesse mesmo bairro, onde trabalhavam 8 horas por dia, distribuídos em três turnos. Uma parte se dedicava a receber e descarregar os caminhões, a segunda parte era formada pelo pessoal que colocava a pluma para os armazéns de fardos, outros funcionários cortavam, enquanto outros tiravam a amostra e outros pesavam. Havia também o fiscal do Estado que examinava a mercadoria para que pudesse ser levada para os Estados Unidos. Seus gerentes os atendiam de forma diária e os donos visitavam uma ou duas vezes ao ano, sempre pagando em dia. O salário era pouco. Os funcionários eram quase todos de Ingá, de fora só havia o classificador. O processo de preenchimento de vagas era feito através de fichas, pelas quais as pessoas se apresentavam e eram encaminhadas para determinado turno. Se a produção do algodão fosse muito grande, havia três turnos, se não fosse, havia apenas dois. E quando

saiam do trabalho, os trabalhadores se dirigiam para as suas casas, para a agricultura ou para plantar algodão em suas porções de terra que, muitas vezes, era vendido para a própria Anderson Clayton, que comprava a dinheiro de seus funcionários⁵⁹.

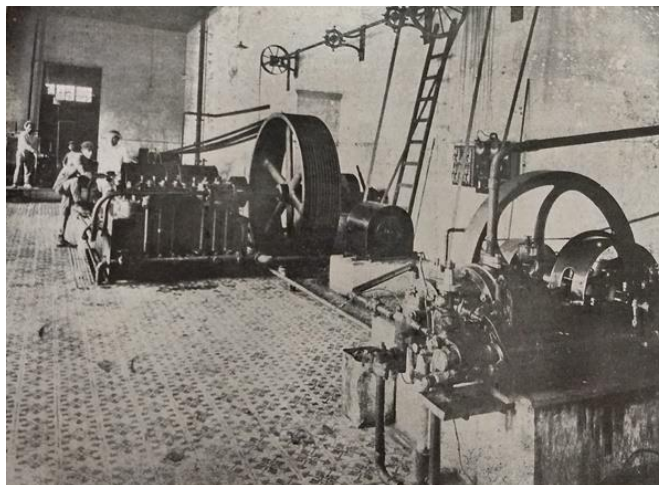


Figura 32: Interior de uma usina de beneficiamento de algodão em João Pessoa.
Fonte: DEPPB (1938)

Pelos que observamos podemos ver que o grau de dependência também se estendia ao próprio operariado das usinas, onde após sua rotina de trabalho voltava para suas casas para produzir algodão em suas terras para ser vendido para a própria Anderson Clayton. O pequeno produtor paraibano venderia sua força de trabalho às usinas das empresas estrangeiras e o excedente dos seus esforços rotineiros ainda se concentrava na terra onde plantaria o algodão, o seu “ouro branco” que lhe daria progresso e esperança. Esse fator mostra o quanto os paraibanos acreditavam no algodão como alternativa para sobrevivência e ascensão social.

Outro rico relato sobre a discussão entre a riqueza gerada pela economia algodoeira e o setor de beneficiamento está na obra de Gervácio Aranha (1991), quando o autor versa sobre as atividades do setor de descaroçamento, prensagem e circulação mercantil e os trabalhadores que estavam inclusos nesse setor no município de Campina Grande, assinalando o seguinte:

[...] as atividades de descaroçamento, prensagem e circulação mercantil do algodão, demandava a força de trabalho de muita gente, como por exemplo, a dos que a vendiam no serviço de classificação da fibra ou dos que a vendiam operando máquinas de descaroçar e/ou prensar, não esquecendo de mencionar a dos que eram recrutados para executarem

⁵⁹ As informações citadas são resultado da junção das falas das entrevistas de José Paulo de Santana, José Severino de Arruda e Renato Alves *apud* LIRA NETO, 2016, p. 26.

tarefas consideradas subalternas, como os trabalhadores ou os ajudantes de serviços gerais, os chamados “peões”. Os detentores dessa força de trabalho, os chamados trabalhadores diretos, apesar de constituírem peça chave na reprodução/capitalização da riqueza algodoeira, não tinham acesso à mesma. Ela destinava-se ao usufruto da burguesia local e, por essa razão, eles que ficassem com as migalhas. (ARANHA, 1991, p. 220).

Como bem aponta o autor, para os verdadeiros geradores da riqueza algodoeira restavam às migalhas. No campo, essa riqueza ficava nas mãos dos grandes proprietários de terras, enquanto os moradores que não detinham posse da terra viam essa riqueza cada vez mais se distanciar. No setor do beneficiamento, a riqueza ficava nas mãos dos comerciantes/fazendeiros/intermediários com seus vapores, e, claro, essa riqueza também ficava em posse dos usineiros e das empresas estrangeiras com suas usinas que extraíam a mais-valia desses trabalhadores. Restava ao proletariado do algodão as margens do processo, onde eles eram grandes protagonistas e responsáveis pela força de trabalho que resultou no progresso algodoeiro do estado e do país.

Ainda sobre o proletariado paraibano no período Argemiro Figueirêdo, podemos tecer considerações a partir da obra *A Gratidão de Campina Grande ao Interventor Argemiro de Figueirêdo* (1939), produzida pelo Departamento de Estatística e Publicidade do estado. Nela há o discurso do prof. Luiz Gil, representante do proletariado campinense, que manifesta a gratidão dos lares proletários do município, visto que Argemiro havia conseguido trabalho para esses lares através das obras públicas: “[...] operários humildes levantam aos céus os olhos agradecidos numa súplica ardente pela felicidade de quem lhes mitigou a fome” (DEP, 1939, p. 20). Ele também agradece pela oportunidade que o governo deu aos estudantes pobres estudarem e seguirem carreira especializada, buscando assim “elevar o grau de cultura do proletariado”. Fala da escola de artes e ofícios, onde homens sem possuírem estudos superiores, mas detentores de um ofício e uma profissão poderiam ensinar e era neste lugar que as filhas dos operários conquistariam um diploma afastando-as do ambiente das fábricas “onde estragam a saúde e obliteram a moral e os bons costumes”. Nessas escolas essas mulheres aprenderiam a serem “verdadeiras donas de casa” (DEP, 1939, p. 20-21), reforçando concepções hegemônicas patriarcais sobre os lugares de gênero naquela sociedade. Contudo, ao mesmo tempo em que agradece pelos feitos do Estado

que considera benéficos, o orador aponta aspectos da realidade do campo que deveriam ser transformados, a bem dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais:

Nós, sr. Interventor, que batalhamos na imprensa proletária pelo direito dos trabalhadores do campo, do pequeno agricultor a quem a sanha feroz do latifundiário espreita as ocasiões das grandes crises econômicas para lançar as garras aduncas, transformando as roças e os pomares dos lavradores pobres em campos de pastoreação para engorda de seus rebanhos despoando o lavrador pobre do trato de terra herdado de seus antepassados, precisamos sim dizer a v. excia, da simpatia com que foi recebida na humilde e laboriosa classe a sábia medida do governo dispensando do imposto territorial as pequenas propriedades, que o são na maioria nos municípios de Campina, Esperança, Laranjeira, Areia, Serraria, etc., favorecendo e incentivando por este modo o regime da pequena propriedade. (DEP, 1939, p. 20).

Enquanto no campo apontava o feito benéfico do Estado em dispensar o imposto territorial das pequenas propriedades, ao mesmo tempo Luiz Gil colocava o latifundiário como o responsável pelo mal que o lavrador sofria no campo, mas esqueceu de dizer que muitos lavradores nem se quer tinham acesso à posse da terra, estando submetido à condição de morada, o que fazia essa ajuda ao pequeno lavrador pobre não ter serventia alguma. Ademais, em relação ao trabalho na cidade, ele agradecia ao Estado por receberem vagas no trabalho das obras públicas, mas devemos atentar ao fato que nem sempre existiriam obras públicas para que esses trabalhadores continuassem ganhando alguma renda. E sem trabalho, o destino desses trabalhadores não será pior nem melhor do que a do trabalhador do campo remetido por Luiz Gil.

3.3 O legado da modernização algodoeira

Adentrando na década de 1950, podemos verificar os resquícios e o legado deixado pelo programa de modernização agrícola e algodoeira do governo Argemiro de Figueirêdo e mais uma vez remontaremos ao município de Ingá, município exemplo do programa de seu governo. Nesta década, a Anderson Clayton se retira desse local, marcando um “ponto final” para o legado deixado na época em que o algodão era símbolo de progresso no estado. A partir disso também podemos remontar aos resultados e consequências da entrada dessas empresas na Paraíba e no Nordeste e verificarmos quais os impactos desse legado ao povo paraibano:

[...] em 1950, os sinais do declínio da produção algodoeira já eram bem visíveis. O Ingá passara a ser o oitavo produtor do Estado, com uma

tendência a cair ainda com o passar dos anos. Em 1956, a produção ficou abaixo de 400 Kg, quando em 1955 fora de 600 Kg. Os descaroçadores e as boladeiras foram parando e até a Anderson Clayton foi se embora! (SORRENTINO et al., 1993, p. 55).

Vale salientar que segundo o Recenseamento Geral de 1950, dos 29.107 habitantes, na área rural se encontravam 21.939 e no urbano 7.168, sendo que em Ingá, “A agricultura e a pecuária do município ocupam 60% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), principalmente distribuídas no trato das culturas de algodão, agave, feijão, milho e mamona” (RAMALHO, 1960, p. 270), o que demonstra o caráter eminentemente agrícola do município ainda na década de 1950, tendo o algodão o principal produto:

QUADRO 11: PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE INGÁ EM 1956				
ESPÉCIE	ÁREA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$ 1 000)
Algodão herbáceo	2 620	Arrôba	60 590	6 816
Feijão	1 520	Saco de 60 kg	4 950	5 940
Agave (fibra)	573	Kg	315 000	1 890
Fava	1 200	Saco de 60 kg	3 500	1 400
Milho	1 292	4 120	824
Mamona	20	Kg	60 000	360
Laranja	4	Cento	3 500	350
Manga	3	.	1 920	192
Mandioca	34	Tonelada	160	144
Côco-da-baía	27	Cento	570	114
Banana	1	.	2 700	76

Fonte: RAMALHO, 1960, p. 271.

A década de 1950 foi um período em que a Paraíba passou por grandes adversidades. O setor algodoeiro começou a perder rendimento entre 1951 e 1953, em grande medida devido às estiagens que o estado sofrera nessa época, além do mercado internacional também não se encontrar em boas condições. E mesmo os governos atuantes terem procurado métodos para defender a produção algodoeira, nesse período ela diminuía a cada ano. Até o óleo comestível do caroço de algodão perdeu mercado por conta do óleo de soja, o que ocasionou o fechamento de filiais de empresas do Nordeste (GONÇALVES, 1999, p. 36). Ao demonstrar os tempos de crise da economia paraibana (1945-1964), a pesquisadora Martha Araújo (2001) nos indica o momento quando a crise no setor algodoeiro atingiu a Anderson Clayton e a SANBRA:

A cultura do algodão, a mais importante do Estado, não consegue acompanhar as mudanças que estão se processando no Centro-Sul. Mantendo técnicas atrasadas de plantio e colheita, não aumenta a produção. Além disso, firmas como a SANBRA e a CLAYTON, financiavam os pequenos produtores, porém, após a colheita, determinavam os preços, em detrimento dos produtores, desestimulando, assim, a produção.

Essas firmas sofreram a crise do comércio de algodão do Estado e aos poucos foram se retirando do mercado paraibano. (ARAÚJO, 2001, p. 67).

E municípios como Ingá sofreriam por dependerem do legado dessa época em que o algodão era o principal produto do Estado. Além da baixa dos preços e queda da comercialização do algodão, a Anderson Clayton fechou suas atividades no município em meados da década de 1950. Como afirma um antigo trabalhador da firma, “foi a Anderson Clayton e essa estação fechar que deu muito fracasso em Ingá”⁶⁰. E outros municípios também iriam sofrer com o fechamento da firma que concentrava a maior parte da produção do algodão da região. Pelo declínio da produção algodoeira, dentre outros fatores, na década de 1950, o Nordeste passaria a ser tratado pelo governo federal e pela imprensa do Centro-Sul como região-problema:

Na década de 50, o Nordeste começou a ser tratado pelo Governo Federal e a ser visto pela opinião pública do Centro-Sul como uma “região-problema”. Seus principais produtos agrícolas (cana e algodão) haviam, aos poucos, perdido mercado (tanto internacional quanto o nacional), devido à forma ultrapassada com que eram cultivados. (SORRENTINO et al., 1993, p. 58).

Ou seja, a modernização do cultivo era relativa. No entanto, no Centro-Sul, mais especificamente em São Paulo, principal concorrente da Paraíba desde a década de 1930 na produção algodoeira, o algodão também demonstrava sinais de desgaste. Rui Albuquerque (1983, p. 185-186) nos alerta sobre a realidade da concorrência das fibras sintéticas no mercado internacional na década de 1950. Então com a crise no mercado internacional de algodão, uma das empresas que buscou mudar seu foco foi a Anderson Clayton, iniciando suas atividades com o café, alternativa levada em consideração pela empresa desde o final de 1949. Segundo o autor:

A diferença entre a pequena e grande empresa, uma vez mais, se conhece na crise. Enquanto os pequenos maquinistas abriram falência, a

⁶⁰ Entrevista de José Paulo de Santana *apud* LIRA NETO, 2016, p. 32.

ACCO simplesmente reduzia a importância de um de seus subsectores, elegendo um outro “produto exportável”... O algodão continuava a ser produzido no Estado de São Paulo, mas agora subordinado ao padrão de acumulação do setor industrial, com preços mínimos de pluma definidos para atender as necessidades deste. A cultura algodoeira passava, então, a vincular-se às indústrias têxtil e alimentar e, com isso, define-se um outro padrão de desenvolvimento da cotonicultura do Estado. O capital comercial perderia sua hegemonia e era substituído pelo industrial — sem isso, por vezes, significasse mudança do controle do grupo econômico (Sanbra e Anderson Clayton transformam-se em grandes empresas industriais, deixando o comércio em posição subordinada...). (ALBUQUERQUE, 1983, p. 186).

A SANBRA e a ACCO apenas mudaram de foco quando o algodão perdera sua rentabilidade. Para os estados que dependiam do capital comercial restava seguir os ditames dessas duas grandes donas do algodão brasileiro e verterem suas atenções ao setor industrial. Contudo a dependência para com o capital gerado pelo algodão ainda continuaria. O campo ainda era muito dependente do algodão em alguns estados em que essas empresas atuavam. Por isso que, de certo modo, podemos relacionar os acontecimentos de São Paulo com os da Paraíba. Vendo que a produção algodoeira paraibana não estava mais dando bons resultados, os *trusts* se retiram do local e esquecem o caráter de dependência do estado, dos municípios e de seus habitantes para com o papel dessas empresas no que concerne à compra e beneficiamento da produção de algodão. Por mais que estivesse em crise, muitos ainda dependiam desse produto e da permanência dessas empresas para negociação.

Enquanto o algodão do Nordeste caía, em matérias do *Diario de Pernambuco* já podíamos presenciar a mudança de foco da ACCO para o café. Em notícia⁶¹ de 30 de novembro de 1956, era apontado que: “NO COMÉRCIO dispondo de uma vasta rede de intercâmbio nas principais partes do mundo, ACCO leva nosso algodão e nosso café aos mais importantes mercados” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 30 nov. 1956 p. 11), colocando agora o café junto ao algodão no que representa os interesses comerciais dessa empresa. Ainda na mesma matéria é demonstrada a gênese desse interesse para com o café: “Neste ano [1950] ACCO resolve também dedicar os seus conhecimentos comerciais e técnicas assim como suas facilidades de distribuição mundial ao nosso café” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 30 nov. 1956 p. 11). O que nos atenta a esse interesse é que o café, produzido nos estados do atual Sudeste, é tratado como

⁶¹ ANDERSON, CLAYTON & CIA. LIMITADA completa 22 anos de atividades no Brasil. **Diario de Pernambuco**. 30 nov.1956, p. 11.

alternativa da empresa no mesmo período em que o Nordeste e a Paraíba, mais especificamente, passam por momentos de grande crise no setor algodoeiro. E em 1956 eles já estavam prontos para “levar o café e o algodão aos maiores mercados do mundo” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 30 nov. 1956 p. 11). Nessa frase o café ficava agora à frente do algodão, o que não se diferenciava da realidade que estava acontecendo na época. Alguns poucos dias depois, em matéria intitulada “Progredindo com o Brasil”, o *Diario de Pernambuco* de 6 de dezembro de 1956 mais uma vez atribui importância a essa empresa para a indústria nacional, sendo que mais uma vez o café aparece dividindo o protagonismo com o algodão:

Na industria, que tomou nos ultimos vinte e dois anos um impulso só comparavel ao dos Estados Unidos no fim do século passado, a ACCO adquire algodão na fonte produtora, beneficia a fibra com absoluto rigor técnico, fornecendo-a depois ao parque testil nacional para sua transformação em tecidos No que respeita à área das moedas conversíveis, o grande elemento de “superavit” foi, contudo o aumento das exportações de café para os Estados Unidos. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 06 dez. 1956, p. 4).

Contudo ao mesmo tempo em que o café ganhava destaque para com a ACCO no período de crise do algodão paraibano, na Paraíba já existia denúncias contra esses *trusts* no mesmo ano da matéria citada. Em 1956, enquanto no *Diario de Pernambuco* se comemorava os 22 anos da ACCO na Paraíba, no jornal *A União* eram salientadas denúncias contra os *trusts*, como na matéria intitulada “Em defesa da produção algodoeira do Nordeste”, de 9 de setembro de 1956. Neste artigo, alguns lavradores sertanejos de Cajazeiras mandam uma mensagem ao jornalista Octacílio Nóbrega de Queiroz, que havia publicado uma série de artigos no jornal *A União* em que procurava defender a produção algodoeira do Nordeste. Os lavradores de Cajazeiras diziam o seguinte:

É com entusiasmo e imensa satisfação que nos dirigimos a V. S. por intermédio da presente mensagem, para lhe fazer ciente de que os seus recentes artigos publicados no jornal “A UNIÃO”, em defesa do algodão e seus derivados, vem merecendo toda atenção dos lavradores sertanejos. Ainda bem que pudemos contar com homens do seu quilate que, enfrentando com coragem e patriotismo o poderio econômico dos “trusts” internacionais, aparecem em público fazendo, através da palavra escrita, a defesa da produção e comércio algodoeiros do Nordeste, tão seriamente abalados nos alicerces de sua economia financeira.

Por isso, nós, sertanejos produtores de algodão desta zona, alarmados com a situação em que se encontra a presente safra dessa lavoura, em face da humilhante exploração do comércio algodoeiro por Sanbra e Clayton, vimos, pela presente mensagem, declarar que apoiamos e felicitamos a V. S. ilustre jornalista e bravo paraibano, pela brilhante e oportuna campanha de acusação, fundamentada e justa, contra a opressão econômica dos famigerados “trusts” do algodão e seus derivados, alertando a consciência nacional em defesa dos nossos interesses, que são também os interesses do Nordeste e do Brasil. (A UNIÃO, 09 set. 1956, p. 3-4).

Dependentes do algodão e muitas vezes só empregados na retórica do Estado sem atuações reais na sua prática cotidiana de sobrevivência do dia-a-dia, os lavradores paraibanos que sofriam de várias maneiras encontraram eco em alguns articulistas da imprensa oficial do estado na década de 1950. Por muitos anos desde o início das políticas de modernização agrícola algodoeira, denunciava-se o peso dos *trusts* sobre os lavradores paraibanos em seu processo de subjugação e dependência.

Em 1958 também poderíamos ver denúncias contra as companhias estrangeiras no comércio do sisal e do algodão na Paraíba, agora no *Diario de Pernambuco* de 20 de abril de 1958, em reportagem intitulada “Manobra do truste contra o sisal paraibano”. Embora tenha por foco o sisal, a reportagem cita em vários momentos o algodão, a SANBRA e a Anderson Clayton. Feita pelo jornalista Falconi, a reportagem traz a seguinte afirmação:

Em princípio do ano passado escrevi uma série de artigos contra a ação de algumas firmas estrangeiras que atuam entre nós e que monopolizam praticamente o mercado do sisal e do algodão. Estudei sobretudo o domínio que SANBRA e Anderson Clayton exercem sobre o comercio exportador da Paraíba, onde ditam preços e as demais regras do jogo. O próprio sistema de financiamento do agricultor, utilizado pelos dois trustes, apenas disfarça uma exploração inqualificável (DIARIO DE PERNAMBUCO, 20 abri. 1958, Secção 2, p. 6).

Falconi colocou a SANBRA e a Anderson Clayton como as grandes controladoras do comércio exportador algodoeiro paraibano e ainda denunciou que o processo de financiamento que essas empresas faziam juntamente aos agricultores era uma exploração disfarçada. E ele continua a reportagem avaliando que as isenções de impostos que essas empresas estrangeiras receberam no momento de sua instalação, em 1935, foram inadequadas:

Mostrei também como aquelas companhias estrangeiras penetraram na Paraíba, celebrando contratos com o governo do Estado, isso em 1935. Muito embora houvesse aqui centenas de firmas que já beneficiavam o algodão e dezenas que exportavam, SANBRA e Clayton obtiveram favores excepcionais, como dispensa do imposto de indústria e profissão, do imposto de vendas e consignações, de diversas taxas, havendo um desses contratos que ia ao cúmulo de dizer que o truste ficava isento de qualquer tributo que fosse criado no futuro. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 abri. 1958, Secção 2, p. 6).

O articulista ainda faz uma dura denúncia sobre a manipulação dos preços no exterior por parte dos *trusts* para o rebaixamento dos produtos, incidindo numa superexploração do trabalhador paraibano:

Não debati porém, naquela época, porque ainda não tinha informações a respeito, certos golpes que SANBRA e Clayton dão no estrangeiro com o fim de determinar a baixa do preço de nossos produtos. Manobras dessa natureza estão sendo levadas a efeito atualmente. Não adianta o nosso governo tomar providencias para assegurar um preço mínimo ao agricultor. O truste encontra sempre um jeito de anular os efeitos das medidas protecionistas postas em prática pela administração federal. Não tenho estatísticas exatas a respeito, mas tenho a impressão de que SANBRA e Anderson Clayton controlam cêrca de 80% da nossa produção de sisal e algodão. E é por isso que as duas firmas podem executar manobras baixistas com o mais completo êxito. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 abri. 1958, Secção 2, p. 6).

E logo após ele procura demonstrar a manobra dos *trusts* contra o sisal paraibano, de acordo com cartas das companhias aos comerciantes que comprovavam a denúncia. O jornalista Falconi diz que tentou conseguir uma dessas cartas para publicação, mas não obteve êxito, visto que os comerciantes tinham medo dos *trusts*:

Fiz o possível a fim de obter uma dessas cartas, para efeito de publicação. Prometi mesmo tirar uma cópia fotostatica em que se omitissem os nomes do remetente e do destinatário, mas tudo foi em vão. Os nossos exportadores, os nossos corretores, os nossos comerciantes tem um mêdo pânico da SANBRA, e isso com sobradas razões. Qualquer dêles que botar a cabeça será esmagado pelo truste estrangeiro que nos escraviza, que nos domina, que nos governa como fôssemos uma colônia.

De qualquer maneira, porém resolvi narrar o que está acontecendo, embora saiba que se trata de uma luta desigual. Que os nossos governos, as nossas autoridades fiquem, pois cientes da ação nefasta, na Paraíba, do truste do algodão e do sisal. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 abri. 1958, Secção 2, p. 6).

Pelo que pesquisamos, até o final da década de 1950, não encontramos mais relatos de denúncias do jornalista Falconi contra os *trusts* no *Diário de Pernambuco*. Contudo em 1959 podíamos observar em Pernambuco mais algumas denúncias contra essas empresas estrangeiras publicadas no referido jornal. É o caso da crítica ao trabalho do economista Thomaz Pompeu Accioly Borges sobre a “Expansão do Mercado Regional”⁶². Em relação à condição de arrendamento no Nordeste, o autor teria assinalado o seguinte:

Na consideração aos tipos de cultura de algodão no Nordeste, o sr. Accioly Borges chega a afirmar, com muita ênfase, que os «contratos de arrendamento (verbais na quase totalidade) incluem cláusulas de tipo feudal, como prestação de uma diária de serviços por alqueire arrendado, a obrigação de consertar estradas, plantar capim e fazer aceiros na mata, tudo gratuitamente, além da proibição de vender livremente seus produtos no mercado». (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28 abri. 1959, p. 15).

Além de demonstrar as condições precárias e de submissão de quem se encontrava na condição de arrendatário, o economista também faz duras críticas contra a Anderson Clayton e a SANBRA, que controlavam o capital comercial e usavam da estratégia dos preços fixados para compra dos produtos de seus interesses:

«Na cultura do algodão do Nordeste, ao contrário da usina de açúcar, há uma separação completa entre a indústria do beneficiamento do produto e da exploração agrícola. A primeira, juntamente com a indústria dos sub-produtos, é dominada pelas poderosas firmas norte-americanas, Anderson Clayton e Sanbra, que são os donos das máquinas de beneficiamento, controlam o capital comercial, monopolizam os produtos industriais destinados à lavoura e adquirem a preços por elas fixados, toda a matéria prima disponível». (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28 abri. 1959, p. 15).

O autor aponta ainda que essas empresas desestimulam o surgimento do trabalhador assalariado em substituição do parceiro e do arrendatário. E que por meio do monopólio dessas empresas há o desestímulo do surgimento de firmas nacionais que unissem a produção e o beneficiamento do algodão:

E, mais adiante, caracterizando a dificuldade de substituir o arrendatário e o parceiro pelo assalariado, ou de marchar do sistema de arrendamento a pequenos produtores para o arrendamento a grandes

⁶² Deputado investe contra “monopólios estrangeiros” no setor do algodão. **Diário de Pernambuco**. 28 abr. 1959, p. 15.

intermediários: «Tal impossibilidade — diz ele — existirá quanto persistir o predomínio absoluto das duas organizações estrangeiras citadas, que apenas se interessam pelo beneficiamento do produto obtido a baixo preço e que, dado o seu poderio, desestimulam o surgimento de capitalistas nacionais, interessados em fazer da plantação do algodão o seu beneficiamento uma só unidade empresarial, a exemplo do que sucede com a cana de açúcar». (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28 abri. 1959, p. 15).

De maneira mais radical, ele propõe a eliminação da Anderson Clayton e da SANBRA do território brasileiro, visto que, a seu ver, essas firmas estrangeiras atrasavam o desenvolvimento das forças produtivas e retardavam a expansão do mercado regional. Entendia ser necessário ter como objetivo a abolição da renda-trabalho e da renda-produto, tão presentes na vida dos pequenos agricultores (moradores) que estavam submetidos aos ditames dos grandes proprietários. Para Thomaz Accioly Borges, “o truste que escraviza” pressiona o latifundiário, que pressiona o pequeno agricultor. Como solução, o autor coloca que a emancipação do trabalhador do campo era o que iria derrotar a situação de estagnação e subjugação que o latifúndio e o truste impunham. E o caminho para isso era, a seu ver, o processo de expansão da legislação trabalhista ao campo, com contratos legalizados de concessão de terras e de crédito realmente efetivo ao pequeno agricultor:

«É nesse sentido que o monopólio da terra, exercido pelo latifundiário e o monopólio do beneficiamento da produção algodoeira mantido por **Anderson Clayton e Sanbra** entorpecem o desenvolvimento das forças produtivas e freiam a expansão do mercado regional. A sua eliminação, entretanto, deverá ser precedida da abolição das formas de renda pre-capitalistas, sobretudo da renda-trabalho e da renda-produto, que são as mais agressivas, estendendo, para isso, a legislação trabalhista ao campo, regulando os contratos de arrendamento, incentivando o crédito agrícola, assegurando a posse da terra ao ocupante, combatendo a ação dos «grileiros», e uma série de outras medidas capazes de abalar a base econômica em que se assentam aquelas entidades monopolistas». (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28 abri. 1959, p. 15).

Ao analisarem a tese defendida por Accioly Borges, os representantes da Federação das Indústrias de Pernambuco, Paulo Maciel e Luiz Fernando Guedes Pereira, e o técnico do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Mario Lacerda, fazem várias considerações, principalmente sobre a proposta de eliminação das firmas ACCO e SANBRA:

O sr. Accioly Borges, ao que tudo indica, não conhecia por menores do funcionamento das emprêsas. A tese proposta, no Documento Básico, irá necessariamente sofrer modificações essenciais, inclusive no tocante à sugestão sobre as emprêsas norte-americanas. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 28 abri. 1959, p. 15).

Mesmo sendo apontado que as afirmações da tese de Accioly Borges eram infundadas e que deveriam sofrer modificações, por ironia, alguns dias depois da publicação do artigo, a Assembleia Legislativa de Pernambuco recebia uma denúncia contra a Anderson Clayton. Em 19 de maio de 1959 era publicada no *Diario de Pernambuco* a busca de esclarecimentos de Libanio Ribeiro, deputado estadual, sobre uma notícia publicada na imprensa nacional:

O sr. Libanio Ribeiro encaminhou veementes apêlos aos lideres das oposições nas duas casas do Congresso Nacional, no sentido de ser averiguada a procedência, ou não, da noticia divulgada pela imprensa nacional que, em face de Resolução baixada pela Superintendencia da Moeda e do Crédito (SUMOC), havia a emprêsa monopolizadora da maior parte da produção do algodão nacional, Anderson Clayton, ganhou nada menos de 350 milhões de cruzeiros, provenientes de produto financiado pelo Govêrno, por intermédio da carteira competente do Banco do Brasil, sem haver vantagem alguma na transação quer para o produtor quer para a própria Nação. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 19 mai. 1959, p. 22).

Mesmo com essa grave denúncia de concessão de crédito sem retorno para o produtor e para o Brasil, ao final do mesmo ano o *Diario de Pernambuco*⁶³ publicava uma matéria enaltecendo os 25 anos da ACCO no Brasil, contando a história de sua atuação no país e mais especificamente em São Paulo. E um dia depois o *Diario de Pernambuco*⁶⁴ publicou um agradecimento da ACCO ao Brasil dizendo o seguinte:

Sempre foi tradicional a boa acolhida que os brasileiros dispensam a todos que para cá se dirigem, quer em simples visita, quer com o intuito de aqui se fixarem. Nós, da Anderson Clayton & Cia. Ltda., somos mais uma testemunha disso — desde que aqui chegamos em 1934, temos sido continuamente distinguidos com essa maneira afável, cordial, bem brasileira de fazer e manter amigos. E hoje, quando completamos nossos 25 anos de Brasil, já nos sentimos brasileiros de coração [...]

Muito obrigado! (DIARIO DE PERNAMBUCO, 29 nov. 1959, p. 10).

⁶³ SILVA, Sebastião Gonçalves da. História de ‘Anderson, Clayton & Cia. Ltda. **Diario de Pernambuco**. 28 nov. 1959, p. 9.

⁶⁴ Muito obrigado! **Diario de Pernambuco**. 29 nov. 1959, p. 10.

Para os americanos o Brasil é o bom amigo, aquele que os acolhe que os torna brasileiro, ao que o agradecem por isso. Mas eles não estão enganados... O Brasil realmente os acolheu de braços abertos, deu-lhes isenções e créditos que nem as próprias firmas locais recebiam. Essa relação de amizade foi salientada em 8 de dezembro de 1956, quando o jornal *A União* publicou o artigo intitulado: “O Brasil, bom amigo com o qual pode a América contar na boa ou má fortuna”. Nessa matéria do referido jornal é demonstrada a homenagem que a embaixada de prefeitos e altos funcionários norte-americanos receberam do comércio brasileiro: “Estas visitas de brasileiros aos Estados Unidos e de norte-americanos ao Brasil se lhe afiguram o processo indicado para se conhecerem melhor uns aos outros e para estreitar os vínculos de amizade entre os dois países” (A UNIÃO, 8 dez. 1956, p. 1). O Brasil seria o bom amigo que os EUA poderiam contar. E ao longo do que foi levantado durante este trabalho, pelos benefícios que a Paraíba concedeu a empresas norte-americanas como a ACCO, podemos dizer que a Paraíba também era um bom amigo que os EUA poderiam contar, mas essa amizade teve um “preço”. E qual foi o preço pago pela Paraíba? Uma modernização que não resultou em grandes estímulos à produção algodoeira:

Quanto aos anos de 1936 e 1937, as safras aí registradas sofrem uma queda em relação a 1935, o que prova que o estímulo a produção algodoeira não dependia só da capacidade modernizadora instalada no Estado. Dependia, isto sim, de estímulos oferecidos ao produtor, em particular ao pequeno produtor, estímulos inexistentes na Paraíba. Passada a fase da euforia inicial, essas multinacionais demonstraram a que vieram. É que, com enormes disponibilidades de capitais, elas puderam bancar, nas várias localidades onde instalaram filiais, a compra do algodão ainda na “folha”, cujo preço normalmente ficava abaixo do preço mínimo de mercado. (ARANHA, 1991, p. 149).

E esse foi o legado da modernização do setor algodoeiro na Paraíba, que mesmo sem trazer mudanças significativas à produção de algodão perdurou por vários anos, a partir da escolha do governo Argemiro de Figueirêdo em conceder isenções de impostos para a entrada dessas multinacionais. Localidades como Ingá, que seguiam com afinco o programa agrícola do Estado, foi fortemente impactada pela retirada da ACCO dali, porque essas empresas serviam como engrenagem que segurava a produção algodoeira no estado.

Tal qual na Paraíba, é possível observar processos semelhantes na América Latina. Eduardo Galeano, em *As Veias abertas da América Latina* (1978), na parte

denominada “Braços baratos para o algodão”, tece duras críticas à ACCO no que concerne à sua atuação na América Latina, em especial no Brasil. Ele aponta que o império formado pela empresa norte-americana Anderson Clayton and. Co. na América Latina, e mais especificamente sobre as plantações de algodão do Brasil. Com suas trinta filiais, assenta-se em “salários de fome [que] se alternam com o trabalho servil” (GALEANO, 1978, p. 107). E demonstra o exemplo do México que se assemelha em grande medida ao corrido no Brasil:

No México, por exemplo, embora não possua terras, exerce de todos os modos seu domínio sobre a produção de algodão; em suas mãos estão, de fato, os oitocentos mil mexicanos que o colhem. A empresa compra a preço muito baixo a excelente fibra de algodão mexicano, porque previamente concede créditos aos produtores com a obrigação de que vendam as colheitas ao preço com que ela abra o mercado. Aos adiantamentos em dinheiro se soma o fornecimento de fertilizantes, sementes, inseticidas; a empresa se reserva o direito de supervisionar os trabalhos de fertilização, semeadura e colheita. Fixa a tarifa que lhe apetece para descaroçar o algodão. Usa as sementes em suas fábricas de azeite, graxa e margarinas. (GALEANO, 1978, p. 107-108).

Semelhante ao que aconteceu no Brasil e na Paraíba, no México a ACCO também financiava e comprava a preços fixados, como o caso da “compra na folha”. Do mesmo modo que Eduardo Galeano, também podemos afirmar que milhares de brasileiros e paraibanos estavam nas mãos dessa empresa no que concerne à produção algodoeira. O grau de dependência era muito grande e isso se fortalecia ainda mais com as políticas agrícolas para com o algodão.

E atentando ao café, Galeano afirma que a ACCO é a maior exportadora de café do Brasil na época da sua publicação (1971)⁶⁵. Sobre o café produzido pela ACCO, o autor uruguaio afirma: “Em 1950, interessou-se pelo negócio. Três anos depois, já tinha destronado a American Coffee Corporation. No Brasil é, além disso, a primeira produtora de alimentos, e figura entre as trinta e cinco empresas mais poderosas do país” (GALEANO, 1978, p. 109). Mas não só sobre a ACCO o autor reserva sua análise sobre as relações entre EUA e Brasil. Em outro trecho ele também fala da questão empresarial norte-americana em geral para com o Brasil, onde o *slogan* dos jornais nova-iorquinos *Grow with Brazil* (“Cresça com o Brasil”) buscava estimular os empresários estrangeiros a se juntarem ao “gigante dos trópicos”, deveria ter por

⁶⁵ A publicação original do livro é de 1971.

tradução, ao ver do autor, “Cresça às custas do Brasil” (GALEANO, 1978, p. 266). A ACCO realmente cresceu muito nos países da América Latina e no Brasil. Seu crescimento deveu-se ao trabalho de muitos lavradores que viram-se subjugados pelas promessas de bons negócios que a venda da “folha” parecia lhes dar. A ACCO se despediu da Paraíba em 1968, dividindo o mercado produtor brasileiro com a SANBRA, conforme afirma Silvano Vasconcellos:

A Anderson Clayton retirou-se do mercado paraibano em 1968, e ao que tudo indica, houve uma divisão de áreas de atuação entre ela e a SANBRA, sendo que esta última ficou com o Nordeste, estando atualmente [1980] empenhada em concentrar-se em Recife. A Anderson Clayton concentrou-se no centro-sul do país, num típico acordo de empresas multinacionais, abandonando assim, a concorrência irracional. (VASCONCELLOS, 1980, p. 69).

Mais uma vez as multinacionais mostram que com um simples acordo elas podem decidir o destino dos produtos brasileiros, mas foi o próprio Brasil que lhes deu esse poder. Ao final dessa jornada das multinacionais na Paraíba, podemos concluir que a modernização algodoeira paraibana possui dois nomes: CLAYTON e SANBRA. E esse foi o legado deixado pelo governo Argemiro de Figueirêdo. O referido governo acreditava que com a chegada das novas empresas as antigas iriam se modernizar. Contudo, não existia a possibilidade das firmas locais antigas se desenvolverem se algumas delas não tinham capital para isso, principalmente as pequenas e os fazendeiros/comerciantes com seus pequenos vapores e bolandeiras. E nos municípios pequenos onde a concorrência era apenas dos pequenos vapores dos fazendeiros/comerciantes, esses pequenos estabelecimentos iriam ser facilmente engolidos pelas empresas estrangeiras. Sem possuírem máquinas para comércio e ficando subjugados aos ditames das usinas modernas, esses proprietários iriam tirar o seu lucro sobre o trabalhador do campo que estava sob seu domínio. Não havia a possibilidade das pequenas empresas brasileiras se destacarem contra a concorrência de grandes empresas no referido contexto. Podemos perceber que abrir a porta para os *trusts* sempre tem um preço muito alto a ser pago.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passar da discussão deste trabalho, podemos perceber alguns indícios sobre a condição desfavorável do trabalhador do campo em meio a todo esse processo da política agrícola de modernização no setor do algodão. Já outros indícios deixados pela referida modernização apontam que a ação do *trust* dificultou em grandes medidas a ascensão social do trabalhador do campo, que cada vez mais estava subordinado aos proprietários das terras, além de acarretar em uma dependência de todos que formavam o setor algodoeiro para com as empresas estrangeiras. Podemos constatar que, a partir do momento que houve a ruptura da atuação dessas empresas no comércio algodoeiro local, os agricultores, desde o grande ao pequeno, sofreram um grande impacto negativo, dado o grau de dependência construído em torno desses *trusts*.

A situação desfavorável no campo levaria a formas de resistência durante a década de 1950, como a sugestiva busca da extensão da legislação trabalhista ao campo, como pudemos observar no capítulo 3. A luta continuaria, mas agora o trabalhador do campo deveria lutar por si só. O sertanejo deveria continuar sua luta diária, sem influência do Estado, do grupo algodoeiro e das empresas algodoeiras. Não cabia mais só aos grandes proprietários e a elite produtora lutar pelos agricultores paraibanos. A partir da década de 1950, os pequenos agricultores tomariam consciência política e lutariam suas próprias batalhas.

Formas de resistência começariam a surgir para conquistar novos direitos para os agricultores e combater a exploração contra o trabalhador do campo, como os sindicatos rurais. No caso de Ingá, município tão citado neste trabalho, que tinha na política agrícola do Estado seu grande enfoque, nesse período de crise da década de 1950 analisado durante a dissertação, seu Sindicato de Trabalhadores Rurais começa a ser idealizado, vindo “a ser organizado em 1959, mas [...] só se legalizou alguns anos depois, lá pelos idos de 1963” (SORRENTINO et al., 1993, p. 62). Tal sindicato deve ter surgido pela situação dos trabalhadores em meio ao contexto em que se encontrava o município em meados da década da grande crise do algodão na Paraíba. Devemos tomar, então, o referido sindicato como símbolo da continuação da luta desses trabalhadores do campo.

Pudemos perceber também ao longo deste trabalho que a modernização do setor nesse período foi tomada pelo Estado durante o governo Argemiro de Figueirêdo e pela

elite algodoeira como atitude benéfica, porém os resultados, em grande medida, tiveram imprecisões e limitou-se basicamente a esse grupo, que por sua vez também se viu atingido pelas práticas comerciais vigentes, fazendo assim com que a modernização não alcançasse o objetivo que o Estado paraibano propunha quando houve sua implantação, isto é, houve mais uma dependência internacional do que uma evolução e fortalecimento da economia local. Não podemos deixar de afirmar que houve mudanças positivas por meio da política agrícola e de modernização, mas a estrutura social em grande parte continuou a mesma nos campos, sem oportunidade de ascensão dos pequenos agricultores.

Ao final dessas considerações também cabe salientar um fato interessante sobre o caso de Campina Grande levantado por Josefa Silva (1985) ao final da sua pesquisa: “a economia algodoeira dirigia poucos esforços para o setor industrial têxtil e o capital comercial era drenado para fora do município” (SILVA, 1985, p. 249). Este aspecto deve se somar a outra informação sobre o caso de Ingá dada por Sorrentino et al. (1993, p. 52), que afirma o seguinte: “a riqueza gerada pelo algodão não trouxe desenvolvimento econômico para a cidade”. E, por fim, vale lembrar o relato de Antônio Pereira de Moraes, já citado neste trabalho: “Mas o pior de tudo isto, é que o dinheiro ganho por tais multinacionais não era investido aqui, ia todo para fora do país” (ARANHA, 1991, p. 159). Esses elementos ajudam a sistematizar algo que se pretendeu demonstrar ao longo da dissertação: a modernização da economia algodoeira não trouxe desenvolvimento em si para algumas localidades, visto que seu capital era direcionado, na maior parte dos casos, para fora desses territórios.

E isso traria consequências para municípios como Ingá, já citado nessas Considerações, uma vez que na década de 1950 (mesmo período em que a ACCO se retira do município), com a crise algodoeira instaurada, o trabalhador do campo já começa a perder espaço. No caso ingaense, os trabalhadores do campo foram afastados dos campos de cultivo, visto que a economia algodoeira seria substituída pelo capim destinado à pecuária. Essa crise algodoeira também gerou um êxodo rural. No referido caso de Ingá, alguns trabalhadores tiveram de migrar para a zona da cana-de-açúcar paraibana e também na pernambucana, além de migrar para o Sul do país para vender sua força de trabalho (SORRENTINO et al., 1993, p. 60-61). Podemos identificar por meio desse fato, que a dependência para com a economia algodoeira evidenciada durante a dissertação trouxe graves consequências para o trabalhador rural do campo,

que perdeu o espaço para o cultivo de tal produto em detrimento ao novo foco que estava sendo tomado por quem era proprietário da terra. Restava ao trabalhador do campo lutar por seus direitos ou seguir o caminho do sertanejo e procurar uma nova terra para trabalhar em outro lugar do território nacional.

Por mais que o discurso de progresso econômico por meio do algodão e da política agrícola, apregoados pelos órgãos de opinião pública e pelo governo do estado fosse alvo de contranarrativas, como as do período do governo de Ruy Carneiro, que tentava desmitificar tal ascensão econômica, podemos perceber que, com o passar dos anos, ainda ficou o sonho do agricultor paraibano alcançar o progresso. Ao falarmos informalmente com as pessoas que viveram o período do algodão paraibano, muitas irão apontar que talvez, se tivesse continuado a economia algodoeira no estado, seria melhor para muitos municípios paraibanos, o que demonstra o quanto a retórica do progresso por meio do algodão foi efetiva durante o período analisado, visto que o sonho do progresso através do “ouro branco”, ainda permanece em suas mentes.

Outro ponto que podemos atentar ao caso paraibano é o quanto nesse período a Paraíba era dependente da agricultura e o quanto os seus políticos concentravam suas atenções para a mesma. A agricultura de exportação sempre recebeu especial atenção das políticas brasileiras, até hoje o “agro é pop”. Muito se fala da agricultura de exportação ser a riqueza do país. Contudo, nesse período que pesquisei, vimos que muito do que se pensou para agricultura não se reverteu positivamente para os trabalhadores. Portanto fica uma questão para refletirmos nos dias atuais: as políticas agrícolas atuais estão servindo para quem?

REFERÊNCIAS

FONTES

a) Periódicos

Jornal *A União*. Disponível no Arquivo Histórico da Fundação Espaço Cultural - FUNESC.

Jornal *Diario de Pernambuco*. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira localizada no site da Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

Jornal *Jornal Pequeno*. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira localizada no site da Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

Revista *O Cruzeiro*. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira localizada no site da Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

A União, Paraíba, “Creada a Caixa do Fomento da Agricultura”, 09 de janeiro de 1936, p. 1.

A União, Paraíba, “Calendario Agricola”, 12 de janeiro de 1936, Secção 2, p. 8.

A União, Paraíba, “Enriquecer plantando algodão”, 19 de janeiro de 1936, Secção 2, p. 1.

A União, Paraíba, “A compra de machinas Agricolas pelas Prefeituras”, 19 de janeiro de 1936, Secção 2, p. 1.

A União, Paraíba, “Directoria de Produção: plantar para enriquecer”, 15 de março de 1936, Secção 2, p. 1.

A União, Paraíba, “A visita do ministro Fernando Costa á Paraíba”, 20 de janeiro de 1940, p. 1.

A União, Paraíba, “Um lustro de trabalhos que estimulam as fontes de vida da Paraíba e realizam a segura prosperidade de nosso estado: A diretoria de fomento da produção sob as diretrizes firmes de um programa de governo orientado no sentido do bem público”, 25 de janeiro de 1940, Secção 2, p. 1.

A União, Paraíba, “O Cooperativismo na Paraíba”, 25 de janeiro de 1940, Secção 2, p. 5.

A União, Paraíba, “As repartições da atual secção de fomento agrícola no quinquênio 1935-1939”, 25 de janeiro de 1940, Secção 3, p. 5.

A União, Paraíba, “Atividades da Diretoria de Serviço de Classificação do algodão”, 25 de janeiro de 1940, Secção 3, p. 7-8.

A União, Paraíba, “A Escola de Agronomia do Nordeste no atual Governo”, 25 de janeiro de 1940, Secção 4, p. 1.

A *União Agrícola*, Paraíba, “Renovemos os plantios de algodão mocó”, 11 de fevereiro de 1940, Secção 2, p. 2.

A *União*, Paraíba, “As novas diretrizes da genética do algodão”, 16 de fevereiro de 1940, p. 1 e 5.

A *União*, Paraíba, “Apóstolo da renovação da lavoura”, 20 de fevereiro de 1940, p.1.

A *União Agrícola*, Paraíba, “Cultura do algodão mocó”, 10 de março de 1940, Secção 2, p. 2.

A *União*, Paraíba, “A Paraíba em franca expansão produtora”, 13 de março de 1940, p. 1.

A *União*, Paraíba, “Plante e prospere”, 24 de março de 1940, p. 1.

A *União Agrícola*, Paraíba, “A Cooperativa poderá ser o intermediário responsável entre o pequeno agricultor e a Carteira de Crédito Agrícola”, 24 de março de 1940, Secção 2, p. 1.

A *União Agrícola*, Paraíba, “Lavrador, consulte os técnicos da Escola de Agronomia do Nordeste”, 24 de março de 1940, Secção 2, p. 2.

A *União*, Paraíba, “Plante e prospere”, 26 de março de 1940, p. 1, 6 e 7.

A *União*, Paraíba, “Arranquem as soqueiras de algodão”, 31 de março de 1940, Secção 2, p. 2.

A *União*, Paraíba, “Crédito fácil para o pequeno agricultor”, 02 de abril de 1940, p. 1.

A *União*, Paraíba, “A Paraíba Trabalha e Produz”, 12 de abril de 1940, p. 1.

A *União*, Paraíba, “As condições atuais da lavoura paraibana”, 09 de junho de 1940, p.7.

A *União*, Paraíba, “Para que os ensinamentos agrícolas divulgados pela Rádio Tabajára sejam ouvidos pelo maior número de lavradores”, 20 de junho de 1940, p. 8.

A *União*, Paraíba, “Um curso rápido de plantas têxteis da Escola de Agronomia do Nordeste”, 21 de junho de 1940, p. 1.

A *União Agrícola*, Paraíba, “Agricultor”, 07 de julho de 1940, Secção 2, p. 1.

A *União*, Paraíba, “Para o melhor beneficiamento do algodão paraibano”, 10 de julho de 1940, p. 8.

A *União*, Paraíba, “A apuração final da safra algodoeira 1939-1940 da Paraíba”, 16 de julho de 1940, p. 1 e 5.

A *União Agrícola*, Paraíba, “A distribuição de sementes e mudas feita pelo govêrno, por intermédio da Diretoria de Produção, atingiu, no primeiro semestre, às extraordinárias cifras de 431.247 quilos e 959.697 pés, respectivamente”, 21 de julho de 1940, Secção 2, p. 2.

A *União*, Paraíba, “A despedida do interventor Argemiro de Figueirêdo ao povo paraibano”, 30 de julho de 1940, p. 1.

A *União*, Paraíba, “Nomeado o Dr. Rui Carneiro interventor federal neste estado”, 31 de julho de 1940, p. 1.

A *União*, Paraíba, “A situação economico-finaceira do nosso Estado”, 28 de agosto de 1940, p. 3 e 5.

A *União*, Paraíba, “Verbas estouradas e créditos extraordinários”, 31 de agosto de 1940, p. 1.

A *União*, Paraíba, “O Algodão”, 27 de setembro de 1940, p. 3.

A *União*, Paraíba, “O algodão e outros produtos agrícolas em face da crise”, 28 de setembro de 1940, p. 3.

A *União*, Paraíba, “Em defêsa do nosso comércio algodoeiro: o que tem sido, no Rio, a atuação do interventor Ruy Carneiro”, 10 de novembro de 1940, p. 1.

A *União*, Paraíba, “No que deu a obra de um ‘notável’ estadista... a situação real em que o sr. Argemiro de Figueirêdo deixou a Paraíba”, 13 de novembro de 1940, p. 1.

A *União*, Paraíba, “A economia brasileira em face do conflito europeu”, 21 de novembro de 1940, p.1 e 6.

A *União*, Paraíba, “O escoamento da nossa produção algodoeira”, 01 de dezembro de 1940, p. 1.

A *União*, Paraíba, “Em defesa da produção algodoeira do Nordeste”, 09 de setembro de 1956, p. 3-4.

A *União*, Paraíba, “O Brasil, bom amigo com o qual pode a América contar na boa ou má fortuna”, 08 de dezembro de 1956, p. 1.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Lavoura que henriquece”, 02 de julho de 1935, p. 2.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Formação de semi-technicos para o serviço agrícola”, 12 de julho de 1935, p. 2

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “A situação da Parahyba através á mensagem governamental”, 03 de outubro de 1935, p. 10.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Mensagem do exmo. Sr. Governador Argemiro de Figueirêdo á Assembléa Legislativa da Parahyba”, 10 de outubro de 1935, p. 6.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Banco do Brasil”, 07 de novembro de 1935, p. 6.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Campanha em prol da mechanização da lavoura”, 18 de janeiro de 1936, p. 3.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Parahyba: Escola de Agronomia de Areia”, 10 de abril de 1936, p. 2.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Parahyba: A agricultura e o governo do Estado”, 10 de maio de 1936, p. 6.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “A situação da Parahyba do ponto de vista politico, administrativo e economico: declarações do deputado Aloysio Campos ao ‘Diario de Pernambuco’”, 02 de outubro de 1936, p. 7.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Lavoura algodoeira do Nordeste, um caso que requer as vistas do poder publico”, 13 de outubro de 1936, p. 14.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “O rei mundial do algodão. Quem é William Clayton, chefe da firma Anderson Clayton & CO.”, 28 de outubro de 1936, p. 7.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Sabedoria de Gringo”, 05 de novembro de 1936, p. 4.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “A Directoria de Fomento da Produção Vegetal e de Pesquisas Agronomicas da Parahyba, em 1936: Iniciativas que elevam cada vez mais o progresso desse Estado”, 07 de novembro de 1936, Secção 3, p. 1.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “A Parahyba sob um regimen de trabalho e de progresso”, 07 de novembro de 1936, Secção 3, p. 1.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Escola de Agronomia do Nordeste: Um estabelecimento destinado a ter um papel saliente no preparo de uma nova ordem de coisas na economia dessa região”, 07 de novembro de 1936, Secção 3, p. 1.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “O Vergel Parahybano”, 29 de novembro de 1936, p. 4.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “O Dilema”, 25 de fevereiro de 1937, p. 4.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Verdades que não se encobrem...”, 27 de agosto de 1937, p. 8.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “A situação da Parahyba sob o governo do interventor Argemiro de Figueiredo”, 26 de julho de 1938, p. 4.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “A exportação do algodão brasileiro no Nordeste”, 27 de setembro de 1938, p. 12.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Repercussão dos acontecimentos europeus no commercio brasileiro”, 01 de outubro de 1938, p. 1.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “A Parahyba exportará novamente algodão para o Reich, pelo systema de marcos compensados”, 12 de novembro de 1938, p. 12.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Da Parahyba: Esperado, hoje, o interventor Argemiro de Figueiredo” 17 de novembro de 1938, p. 3.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Da Parahyba: A entrega de diplomas aos novos agronomos da Escola de Areia”, 17 de novembro de 1938, p. 3.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Gente agradecida da Parahyba: A cidade está cheia de matutos e sertanejos dos Cariris que vieram receber o interventor Argemiro de Figueiredo”, 17 de novembro de 1938, p. 12.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Da Parahyba: Resultado do concurso para inspectores agricolas”, 15 de dezembro de 1938, p. 2.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “A visita do director da Carteira de Credito Agricola e Industrial do Banco do Brasil á Parahyba”, 09 de fevereiro de 1939, p. 3.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Da Caravana Souza Mello á agencia do Banco do Brasil em João Pessoa”, 09 de fevereiro de 1939, p. 3.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “A excursão do director da Carteira de Credito Agricola á Escola de Agronomia do Nordeste e a Campina Grande”, 09 de fevereiro de 1939, p. 9.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Da Parahyba: A situação do Estado atravez de uma entrevista do secretario da Interventoria”, 29 de junho de 1939, p. 4.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “A Parahyba não estaciona no seu rythmo”, 29 de junho de 1939, p. 4.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Safra Algodoeira 1939/40 na Parahyba”, 29 de julho de 1939, p. 3.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Da Parahyba: Mercado do Algodão”, 19 de agosto de 1939, p. 2.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Parada de machinas agrícolas”, 21 de dezembro de 1939, p. 2.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “O Sr. Ruy Carneiro, nomeado interventor da Parahyba: carta do presidente Getulio Vargas ao Sr. Argemiro Figueiredo”, 30 de julho de 1940, p. 3.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Da Parahyba: Facilidades de credito ao commercio algodoeiro”, 06 de outubro de 1940, p. 6.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “O sr. Will L. Clayton dirigirá as operações para os Mercados da America do Sul”, 11 de outubro de 1940, p. 1.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Da Parahyba: Constadada uma dívida de 27.168:256\$480, herdada da administração anterior”, 22 de outubro de 1940, p. 6.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “É angustiosa a situação da Parahyba”, 05 de novembro de 1940, p. 3.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “ANDERSON, CLAYTON & CIA. LIMITADA completa 22 anos de atividades no Brasil”, 30 de novembro de 1956, p. 11.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Progredindo com o Brasil”, 06 de dezembro de 1956, p. 4.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Manobra do truste contra o sisal paraibano”, 20 de abril de 1958, Secção 2, p. 6.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Deputado investe contra “monopólios estrangeiros” no setor do algodão”, 28 de abril de 1959, p. 15.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Algodão”, 19 de maio de 1959, p. 22.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “História de ‘Anderson, Clayton & Cia. Ltda.’”, 28 de novembro de 1959, p. 9.

Diario de Pernambuco, Pernambuco, “Muito obrigado!”, 29 de novembro de 1959, p. 10.

Jornal Pequeno, Pernambuco, “Um ‘record’ do governador Argemiro de Figueirêdo”, 23 de abril de 1936, p. 4.

Jornal Pequeno, Pernambuco, “Um exemplo a seguir”, 18 de maio de 1938, p. 6.

Jornal Pequeno, Pernambuco, “A Parahyba e o Estado Novo”, 3 de março de 1938, p. 1.

Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1938.

Revista da Assessoria de Comunicações da SANBRA Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. Disponível no acervo do Centro de Memória Bunge. <http://www.fundacaobunge.org.br/acervocmb/assets/publicacoes/sanbra-70-anos-1993.pdf> Acesso em 23 de março de 2018.

Histórico Bunge Brasil. Disponível no acervo do Centro de Memória Bunge. <http://www.fundacaobunge.org.br/acervocmb/assets/historicos/historico-bunge-brasil.pdf> Acesso em 13 de março de 2018.

b) Documentos Oficiais

5 anos de Govêrno – Reportagens das festas do quinto aniversário do Govêrno Argemiro de Figueirêdo e uma síntese das suas impressionantes realizações sociais e econômicas que renovaram inteiramente a paisagem paraibana - (1940). Disponível na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.

Anuário da Associação Comercial da Paraíba (1939). Disponível no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Anuário Estatístico do Estado da Paraíba 1949-1953 (1955). Disponível no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Anuário Estatístico da Paraíba 1953-1956 (1959). Disponível no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Atividades do Govêrno da Paraíba em 1942 (1943). Disponível na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.

A Administração Paraibana em 1941 (1942). Disponível no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP e na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.

A gratidão de Campina Grande ao Interventor Argemiro de Figueirêdo (1939). Disponível na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.

Paraíba (Aspectos Econômicos) (1948). Disponível no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Realizações do Governo Argemiro de Figueirêdo (1938). Disponível no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP e na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.

Sinopse Estatística do Estado da Paraíba (1942). Disponível no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Sinopse Estatística do Município de Ingá (1948). Disponível no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

c) Inventários

Inventário de Américo Tito de Araújo (1954). Disponível no acervo da Comarca de Ingá.

Inventário de Felismino Rodrigues do Rego (1935). Disponível no acervo da Comarca de Ingá.

Inventário de Francisca Cavalcante de Moraes Farias (1941). Disponível no acervo da Comarca de Ingá.

Inventário de João Alves Trigueiro (1955). Disponível no acervo da Comarca de Ingá.

Inventário de Manoel Francisco da Silva (1939). Disponível no acervo da Comarca de Ingá.

Inventário de Manuel Magno Bacalháu (1952). Disponível no acervo da Comarca de Ingá.

Inventário de Roza Verissimo de Araujo (1950). Disponível no acervo da Comarca de Ingá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite de. **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola:** as relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

ALMEIDA, José Américo de. **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação**. 2 Ed.. João Pessoa: Fundação Casa José Américo de Almeida/Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, 1982.

AMORIM, Laura Helena Baracuhy. A economia paraibana na etapa da articulação comercial (1930-1970). In: FERNANDES, Irene Rodrigues; BARACUHY, Laura Helena. **Atividades Produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no Espaço Econômico Regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Campina Grande, PB: UFPB, 1991.

_____. Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2005. p. 79-132.

_____. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)**. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. O processo político na Paraíba: 1945-1964. In: Silveira, Rosa Maria Godoy da et al. **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1999.

_____. Tempos de crise e decadência na economia paraibana (1945 - 1964). In: GURJÃO, Eliete de Queiroz; LIMA, Damião de. (Orgs.) **Estudando a História da Paraíba**. 2 ed. Campina Grande, EDUEPB, 2001.

ARAÚJO, Naughton Rocha França de. **Argemiro de Figueiredo** (um esboço de sua vida). Série Histórica. Campina Grande: Editora A União, 2000.

ARNAUD, Antônio Carneiro. **Ruy Carneiro**. Série Histórica. Editora A União, 2000.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2011.

BURITY, Luiz Mário Dantas. **Tempos misteriosos: uma história da população rural pelas estradas do mundo moderno (Paraíba, 1932-1962)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2017.

CABRAL FILHO, Severino. O medo da morte e os seus escritos: Campina grande, décadas de 1930 e 1940. **Saeculum – Revista de História (UFPB)**, v. 31, 2014. p. 189-202.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988.

CIPRIANO, Maria do Socorro. O historiador e a fotografia: a imagem da infância na revista *Era Nova*. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; AIRES, José Luciano de

Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da; organizadores. **Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios.** João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016.

CITTADINO, Monique; SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Estado Novo na Paraíba: aspectos iniciais da interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945). In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia; organizadoras. **Historiografia em diversidade: ensaios de história e ensino de história.** Campina Grande-PB: Editora Universitária/UFCG, 2008, p. 121-141.

COSTA, José Jonas Duarte da. **A crise do sistema de produção algodoeiro paraibano (uma análise das causas).** Dissertação (Mestrado em Economia). Campina Grande, PB: UFPB, 1996.

COSTA, Sérgio Rodrigues; BUENO, Miguel Garcia. **A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC.** Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004.

COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. **Flávio Ribeiro Coutinho.** Série Histórica. Editora A União, 2000.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. **5 anos de Governo –** Reportagens das festas do quinto aniversário do Governo Argemiro de Figueirêdo e uma síntese das suas impressionantes realizações sociais e econômicas que renovaram inteiramente a paisagem paraibana. João Pessoa, 1940.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE. **A gratidão de Campina Grande ao Interventor Argemiro de Figueirêdo.** João Pessoa, 1939.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA. **Realizações do Governo Argemiro de Figueirêdo.** Brasil, 1938.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios.** Campinas, SP: Papirus, 1993.

EISENBERG, Peter L.. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.** Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FEITOSA, André Fonseca. **Documentário e cultura histórica: o sertão de trabalho e relações de classe em O País de São Saruê (1971).** Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2014.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. A economia paraibana na fase do isolamento relativo (1585-1930). In: FERNANDES, Irene Rodrigues; BARACUHY, Laura Helena. **Atividades Produtivas na Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

_____. **Comércio e subordinação: a Associação Comercial da Paraíba no Processo Histórico Regional - 1889/1930.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999)

FERREIRA, Alexandre. **Ingá: Retalhos da História...resquícios de memórias.** Campina Grande: Cópias & Papéis, 2012.

FIGUEIRÊDO, Argemiro de. **Em defesa do meu governo.** João Pessoa, 1940.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 3-14.

GALEANO, Eduardo. **As Veias abertas da América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa, Idéia, 1993.

GONÇALVES, José Sidnei; RAMOS, Soraia de Fátima. Da origem à hegemonia e crise do algodão meridional brasileiro no século XX. **Informações Econômicas**, SP, v.38, n.2, fev. 2008. p. 25-41.

GONÇALVES, Regina Célia. Questão Urbana na História da Paraíba. In: GONÇALVES, Regina Célia et al. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste** (da articulação comercial à integração produtiva). Recife: Editora Massanga – Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da et al. **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1999.

_____. **Morte e vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

_____. Um panorama da Província da Parahyba. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz; LIMA, Damião de. (Orgs.) **Estudando a História da Paraíba**. 2 ed. Campina Grande, EDUEPB, 2001.

GURJÃO, Eliete de Queiroz; LIMA, Damião de. (Orgs.) **Estudando a História da Paraíba**. 2 ed. Campina Grande, EDUEPB, 2001.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 43-62.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LIRA NETO, José Batista de. **A era do ouro branco em Ingá-PB: caminhos da modernidade e declínio da economia algodoeira (1920 - 1983)**. Monografia (Licenciatura em História) Campina Grande, PB: UEPB, 2016.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 15-26.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. **José Américo de Almeida**. Série Histórica. Editora A União, 2000.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto?:** o arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

MARINHO, Armando Nóbrega. **Assis Chateaubriand**. Série Histórica. Editora A União, 2000.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União Companhia Editora. 1978.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró. **História:** pensar e fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

_____. Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 94-125.

MORAIS, Fernando. **Chatô:** o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993. p. 07-28.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, Nº3, 1989, p.3-15.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAMALHO, Severino Baracuhy. Ingá – PB. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1960.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Poder e Intervenção Estatal**. – Paraíba: 1930-1940. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. O salvador, o realizador e o democrata: a construção do mito político do interventor Ruy Carneiro (1940-1945). In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Cultura e poder Político:** historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012, p. 171-195.

SILVA, Jean Patrício da. **A construção de uma nova ordem**: análise da interventoria de Ruy Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2013.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. **Latifúndio e Algodão em Campina Grande**: modernização e miséria. Dissertação (Mestrado em História). Recife, PE: UFPE, 1985.

SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda**: a Paraíba no governo Argemiro de Figueiredo (1937-1940). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2017.

SORRENTINO, Rossana de Souza (coord.); CAVALCANTI, Maria Helena Pereira; GONÇALVES, Regina Célia; SOUSA, Vilma de Lurdes Barbosa. **Uma História do Ingá**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

SOUSA NETO, Bento Correia de. **Governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós-1930**: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: UFPB, 2016.

TEJO, William. **Argemiro**: Confidências de um líder. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2001.

VASCONCELLOS, Silvano Alberto de. **A ascensão e queda da economia algodoeira de Campina Grande (1907 -1940)** – Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). João Pessoa, PB: UFPB, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.